

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 1 de 115

Conteúdo

1.	Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança	5
1.1.	Estrutura Organizacional	5
1.2.	Quadro de funcionários	6
1.3.	Ações de Treinamento, Capacitação e Educação	7
2.	Identificação e Acompanhamento de Requisitos Legais.....	8
2.1.	Licenciamento Ambiental	8
2.2.	Planos e Programas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança.....	24
2.2.1.	Programas de Monitoramento Ambiental – LI.....	24
2.2.2.	Plano de Controle Integrado de Vetores – PCIV (Anexo 03)	26
2.2.3.	Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos (Anexo 04)	26
2.2.4.	Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRESF).....	27
2.2.5.	Plano de Área do Porto De Santos e Região.....	27
2.2.6.	Plano de Emergência Individual - PEI	29
2.2.7.	Plano de Controle de Emergência – PCE	31
2.2.8.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA.....	32
2.2.9.	PAM	33
2.2.10.	Projetos em andamento.....	34
2.2.11.	Resíduos Sólidos	34
2.2.12.	Qualidade do Ar	35
2.2.13.	Passivos Ambientais	35
2.2.14.	Comunicação Social.....	35
3.	Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário Nacional	36
3.1.	Plano Mestre	36
3.2.	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ	36
3.2.1.	Situação dos trabalhos de atualização do PDZ.....	36
3.2.2.	Expectativa para finalização de uma primeira versão completa segundo portaria 3/2014	37

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 2 de 115

3.2.3.	Ações tomadas para estruturar equipe do PDZ na CODESP.	37
3.2.4.	Próximas ações previstas.	38
4.	Ações de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança	39
4.1.	Segurança Pública Portuária	39
4.1.1.	Ações concluídas em 2017:	39
4.1.2.	Ações a serem cumpridas em 2018:	39
4.2.	Saúde nos Portos	39
4.3.	Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário	39
4.4.	Emergência e Contingência	43
4.4.1.	Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRESP).....	43
4.4.2.	Monitoramento permanente de atividades realizadas nos terminais de graneis líquidos	44
4.4.3.	Estudo de Análise de Risco / Plano de Atendimento a Emergências / Programa de gerenciamento de riscos.....	45
4.4.4.	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB	45
4.4.5.	Cilindros contendo Gases Tóxicos e Inflamáveis.....	46
4.4.6.	Inspeções de Áreas, Obras e Serviços.....	46
4.4.7.	Avaliação de Planos de Segurança de obras e serviços.	47
4.4.8.	Sistema Porto sem Papel.....	47
4.5.	Controle Integrado de Vetores.....	48
4.5.1.	Programa de Controle de Pombos	48
4.5.2.	Programa de Controle de Roedores.....	53
4.5.3.	Programa de Controle de Culicídeos	55
4.5.4.	Programa de Controle e Vigilância de Outros Vetores e animais peçonhentos	58
4.5.5.	Programa de Controle de Animais Domésticos	61
4.5.6.	Ações de Fiscalização	66
4.5.7.	Medidas de Infraestrutura	68
4.5.8.	Contratos e Gestão	74
4.6.	Qualidade do Ar	74
4.7.	Qualidade da Água.....	74

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 3 de 115

4.8.	Resíduos Sólidos.....	78
4.8.1.	Plano de Gestão	78
4.8.2.	Programa de Gerenciamento.....	79
4.8.3.	Desafios	84
4.9.	Fluentes Líquidos.....	85
4.10.	Monitoramento de Biota, Bioindicadores e biomonitores	87
4.10.1.	Biota aquática.....	87
4.10.2.	Monitoramento de Avifauna	91
4.11.	Educação Ambiental	92
4.11.1.	Programa de Educação Ambiental – Licença de Instalação nº 961/2013 (obras de dragagem).....	92
4.11.2.	Programa de Educação Ambiental Patrimônio	94
4.12.	Certificações	95
4.13.	Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas e etc.)	96
4.13.1.	Terras Indígenas.....	96
4.13.2.	Comunidades Quilombolas	97
4.13.3.	Comunidades Ribeirinhas	98
4.14.	Igualdade de Gênero e Direitos das Mulheres.....	99
4.15.	Acessibilidade nos Portos	99
4.16.	Relação Porto-Cidade.....	102
4.17.	Demais ações.....	104
4.17.1.	Atividades de Fiscalização GECAM	104
4.17.2.	Gerenciamento Ambiental das Obras de Reforço e Recuperação do Cais dos Armazéns 12A ao 23	105
4.17.3.	Obras de alinhamento de cais - PAC COPA.....	105
4.17.4.	Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho entre Canal 4 e a Ponta da Praia	105
4.17.5.	Monitoramento arqueológico - 12A ao 23.....	106
4.17.6.	Reforço do Cais da Ilha Barnabé	106
4.17.7.	Avenida Perimetral da margem direita - Trecho 4.....	106
4.17.8.	Educação Patrimonial	107

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 4 de 115

5.	Campanhas e eventos realizados	107
6.	Objetivos e Metas para 2018	107
6.1.	GECAM	107
6.2.	GESET - Área de Vigilância Sanitária.....	108
6.3.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA.....	109
6.4.	Estudo de Análise de Riscos, Plano de Atendimento a Emergências - PAE/ Programa de Controle de Emergências - PCE, Programa de Gerenciamento de Riscos	111
6.5.	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB	111
6.6.	Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações.....	112
6.7.	Sistema Porto sem Papel.....	112
6.8.	Melhorias na gestão de informação e estatísticas de acidentes ocorridos no Porto de Santos.....	112
6.9.	PAM - Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos	112
6.10.	Gerenciamento ambiental de obras.....	113
6.10.1.	Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho entre Canal 4 e a Ponta da Praia	113
6.10.2.	Alinhamento de cais - PAC COPA.....	113
6.10.3.	Programa de Passivos Ambientais	113
7.	Anexos	113

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 5 de 115

Santos, 20 de novembro de 2017.

1. Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

1.1. Estrutura Organizacional

A Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho - SUMAS está subordinada hierarquicamente à Diretoria da Presidência – DIPRE, conforme estrutura organizacional, mas subordinada funcionalmente à Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade – DIREM.

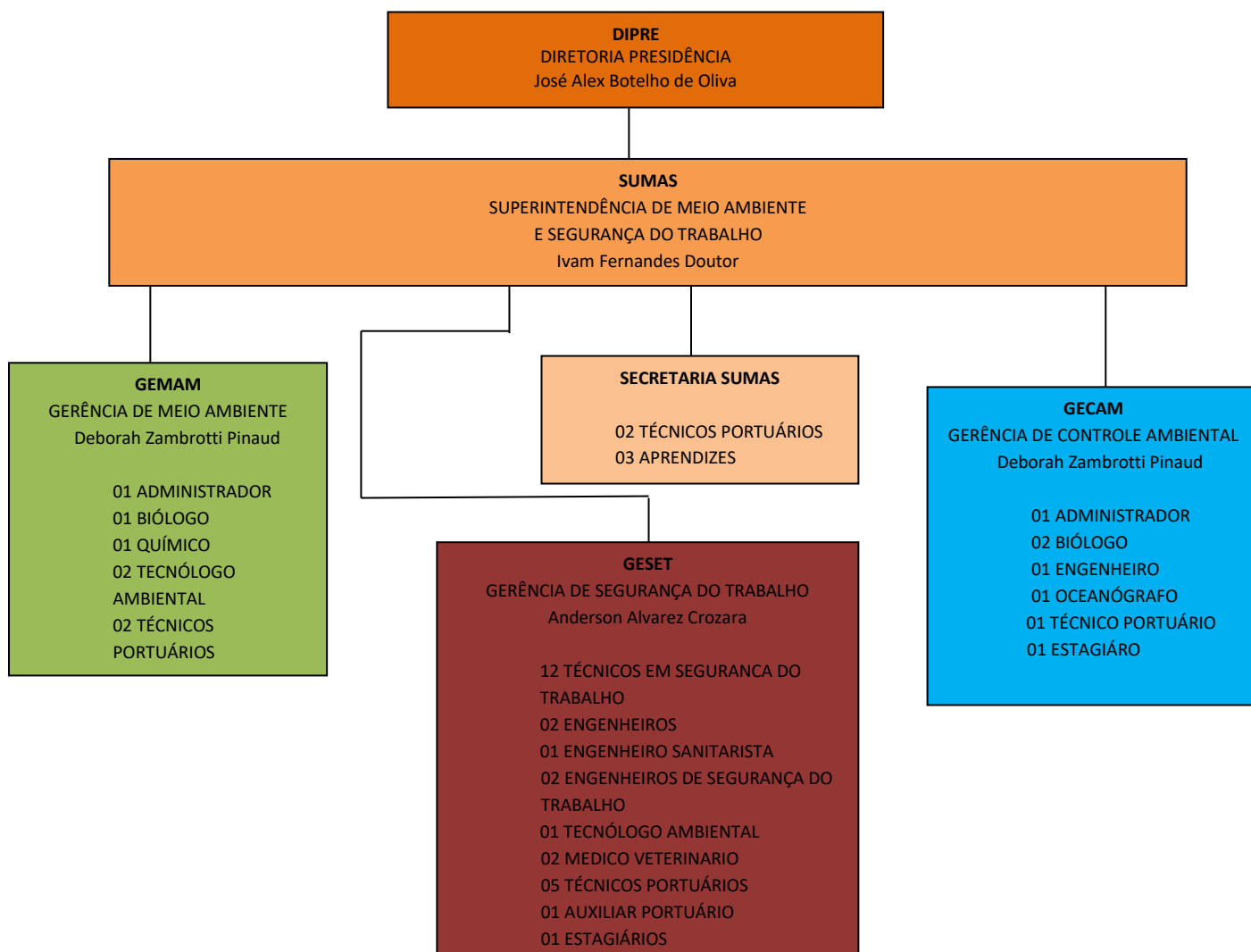


Figura 1: Estrutura organizacional da Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – SUMAS

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA	Página 6 de 115

Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.

1.2. Quadro de funcionários

A SUMAS possui 3 (três) gerências em sua subordinação hierárquica, Gerência de Controle Ambiental – GECAM; Gerência de Meio Ambiente – GEMAM e Gerência de Segurança do trabalho – GESET.

Na **Tabela 1** segue a relação de funcionários desta Superintendência.

Tabela 1 – Quadro de Funcionários SUMAS

REGISTRO	NOME	CARGO	SIGLA
36833	IVAM FERNANDES DOUTOR	SUPERINTENDENTE	/DIPRE/SUMAS
35329	SIDNEY ANTONIO VERDE	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS
36478	BRUNA SOUZA E S. DO NASCIMENTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS
36847	ANDERSON ALVAREZ CROZARA	GERENTE	/DIPRE/SUMAS/GESET
36452	EVANDRO SANTOS LOURENCO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36145	JURANDYR SIGNER SIMONETTI	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36108	NOELE GUIMARAES RENO R. FLORINDO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
18132	JANETE DE ALMEIDA PAULO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
24196	ANTONIO SERAFIM LOPES	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
29150	ANTENOR GONCALVES DE LIMA FILHO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
29231	PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE	ENGENHEIRO	/DIPRE/SUMAS/GESET
30025	ANTONIO ERICO RUAS	ENGENHEIRO	/DIPRE/SUMAS/GESET
33766	SERGIO PAIVA	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
33894	ALTAIR NUNES	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34390	RONALDO BUENO MESQUITA	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34695	FRANCISCO DOS RAMOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
34804	EDSON DA SILVA FILHO	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36083	EDSON LIMA VASCONCELOS	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36106	MATHEUS FERNANDES DE CAMPOS	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36107	NATALIA DE O. SIMONETTI SIGNER	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36157	ROBSON PESSIS CARNEIRO KERN	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 7 de 115

36174	WILSON ZACARIAS SANTOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36203	WILSON PORTO DE OLIVEIRA NETTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36325	FABIO ALVES SILVEIRA	ENGENHEIRO SANITARISTA	/DIPRE/SUMAS/GESET
36410	RITA DE CASSIA RAMOS	TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36424	ERNESTO HENRIQUES DA COSTA JUNIOR	ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36544	MARCELA CRISTINA MENDES RIBEIRO	MEDICO VETERINARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36548	ANTONIO NONOHAY D. CUNHA DA SILVA	ENGENHEIRO DE SEGURANCA DO TRABALHO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36571	DANIEL RAGONETI DE MORAES	MEDICO VETERINARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36607	CARLA FIGUEIREDO BARRIOS DE MORAES	AUXILIAR PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GESET
36846	DEBORAH ZAMBROTTI PINAUD	GERENTE – GECAM / GEMAM	/DIPRE/SUMAS
36244	MAURICIO BERNARDO GASPAR FILHO	OCEANOGRAFO	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36278	LUIS ANTONIO NOGUEIRA JUNIOR	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36347	OSCAR JOSE DE SOUZA NETO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36460	KLEBER BARRIONUEVO BARALDO	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36608	ANDRE RENATO PALERMO	ENGENHEIRO	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36637	MARISTELA MIRIA RIBEIRO	ADMINISTRADOR	/DIPRE/SUMAS/GECAM
36141	JEAN CARLOS SILVA	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36476	BRUNO FERNANDES TAKANO	BIOLOGO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
33348	ARLINDO MANOEL MONTEIRO	ADMINISTRADOR	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36121	ANA CAROLINE DA SILVA G. ALUOTO	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36165	VALMIR DE TOLEDO	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36279	LUIZ FERNANDO LOPES DA SILVA	TECNICO PORTUARIO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36494	LUIZ FERNANDO MACIEL OLIVA	TECNOLOGO AMBIENTAL	/DIPRE/SUMAS/GEMAM
36508	THIAGO MENEZES FREIRE DE SOUZA	QUIMICO	/DIPRE/SUMAS/GEMAM

1.3. Ações de Treinamento, Capacitação e Educação

No **Anexo 01**, segue a relação de treinamentos e capacitações realizados ao longo do ano de 2017.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 8 de 115

2. Identificação e Acompanhamento de Requisitos Legais

2.1. Licenciamento Ambiental

Tabela 2 - Licenças, validades e status de atendimento das condicionantes.

Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 896/2012	22/11/2018	2.1 Comunicar ao Ibama o final das obras, bem como eventuais paralisações, sendo que após a finalização das obras, a operação deste empreendimento estará inserida no processo de regularização do Porto de Santos (Processo IBAMA nº 02001.001530/2004-22) não sendo necessária solicitação de Licença de Operação específica.	A previsão de término da obra é no final de Dezembro de 2017. Tão logo a obra se der por encerrada, o IBAMA será comunicado, formalmente, conforme condicionante.
		2.2 O Canteiro de Obras apresentado no Plano de Gerenciamento Ambiental das Obras (protocolo 02027.012297/2014-97), com as atividades ali descritas, fazem parte deste licenciamento, sendo que qualquer alteração no layout ou atividade não prevista no documento, deverão ser previamente comunicados ao Ibama para manifestação. A implantação de novos canteiros também deverão ser apresentados para manifestação prévia do Ibama.	Não houveram alterações no Canteiro de Obras e não foram implantados novos canteiros.
		2.3 Aplicar, caso seja necessário, as medidas preventivas e de emergências previstas nos programas (PEI, PAE, PCE e PAM) aprovados pelo IBAMA antes, atendendo ao preconizado nas condicionantes gerais 1.6 e 1.7.	No transcorrer da obra, não foram necessárias a adoção de tais medidas, haja vista que seu desenvolvimento vem ocorrendo sem maiores problemas.
		2.4 Dar continuidade ao Programa Ambiental da Construção - PAC e seus subprogramas, Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social, Programa de Monitoramento Arqueológico e Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, apresentando relatórios semestrais e relatório final consolidado, em até 90 (noventa) dias após o final das obras.	Todos os programas mencionados na condicionante estão sendo executados, com exceção do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, que teve sua última campanha realizada em Abril de 2017, devido à finalização das atividades de jet grouting no início de Junho de 2017. Os

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 9 de 115

			outros programas estão sendo executados pela CODESP e pelo Consórcio contratado (neste caso, sob fiscalização da CODESP). Mediante a execução de cada programa, são elaborados relatórios semestrais com as observações de campo e registros de ações, sendo enviados ao IBAMA dentro da periodicidade solicitada.
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 961/2013	23/12/2016 ¹	2.1. Executar, no âmbito do monitoramento ambiental da dragagem:	(status elencado abaixo nos sub itens)
		2.1.1. Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem;	Em andamento
		2.1.2. Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica;	Campanhas realizadas até jun/17. Em processo de contratação para continuidade.
		2.1.3. Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água;	Campanhas realizadas até jun/17. Em processo de contratação para continuidade.
		2.1.4. Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada;	Campanhas realizadas até jun/17. Em processo de contratação para continuidade.
		2.1.5. Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário;	Campanhas realizadas até jun/17. Em processo de contratação para continuidade.
		2.1.6. Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica;	Campanhas realizadas até jun/17. Em processo de contratação para continuidade.
		2.1.7. Programa de Comunicação Social;	Em andamento
		2.1.8. Programa de Educação Ambiental.	Em andamento

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 10 de 115

		2.2. Encaminhar, em protocolo único, relatório consolidado dos programas ambientais, mantendo-se as frequências de coletas de dados já estabelecidas. O relatório deve abarcar o período de janeiro a dezembro de cada ano, devendo ser entregue até o fim do primeiro trimestre do ano seguinte.	Relatório anual de 2016 protocolado em 31/03/2017 por meio da carta DIENG-GD/146.17. Relatório anual de 2017 deverá ser protocolado no 1º trimestre de 2018.
		2.3. Previamente ao início do próximo ciclo de dragagem de manutenção, encaminhar Plano conceitual de Dragagem (nos moldes da RC nº 454/2012) atualizado para o ano de 2016, consolidando o planejamento de dragagem de manutenção do canal de navegação, canais de acesso e berços, ao planejamento das intervenções necessárias para a readequação da geometria do canal de navegação, a saber: Área 3 (Curva de Entrada do Canal Interno); Área 4 (Curva Próxima à Torre Grande); Área 5 (Curva do Armazém 12 e adjacências do terminal da Embraport); Área 6 (Curva Próxima ap Terminal da BTP); e Área 7 (Adjacências da Alemoa). O Plano deve conter resultados recentes de recharacterização dos sedimentos.	Enviado por meio das cartas DIENG-GD/115.16 e SUMAS-GD/310.16
		2.4. Os setores SARM9-1/1-2M, SARM8-1, SARM8-1/3-4M, SARM8-1/5-6M, SARM8-2/3-4M e SARM8-2/5-6M devem ser avaliados quanto à ecotoxicidade previamente às respectivas dragagens.	Conforme detalhado nas páginas 17 a 19 da Nota Técnica GECAM/002.2015, encaminhada ao IBAMA por meio da carta DIENG-GD/115.2016, a área técnica da CODESP e os consultores responsáveis pela elaboração do trabalho de caracterização de sedimentos mais recente realizado pela Autoridade Portuária consideram desarrazoada a aplicação de testes ecotoxicológicos em amostras de sedimento de subsuperfície.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 11 de 115

			Outrossim, a caracterização do pacote sedimentar nos locais elencados na condicionante indicou que o material possui qualidade compatível para a disposição oceânica, face as prerrogativas da Resolução CONAMA Nº 454/12.
		2.5. Apresentar, ao fim do período de validade desta licença, os levantamentos batimétricos pré-dragagem e pós-dragagem. Devem estar destacadas as áreas com cotas superiores às de projeto, bem como o polígono delimitador do berço ou acesso. Apresentar em formato digital <i>.pdf</i> e/ou <i>.dwg</i>.	Os respectivos resultados foram encaminhados no relatório anual consolidado do ano de 2016 do Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem, protocolado junto ao IBAMA por meio da carta DIENG-GD/146.2017.
		2.6. Realizar campanha de recaracterização dos sedimentos no segundo semestre de 2016, devendo ser contemplados os canais de navegação, acessos e berços do empreendimento. O relatório ser entregue até o fim do primeiro trimestre do ano seguinte.	A CODESP solicitou a dispensa da realização da campanha de recaracterização de sedimentos para o segundo semestre de 2016 por meio da Carta DIENG-GD/331.16.

1- uma vez a CODESP procedeu com a renovação da LI 961/2013 dentro do prazo solicitado pelo Ibama (antecedência de 120 dias antes do vencimento), a LI continua válida até manifestação do órgão ambiental. Embora a Resolução Conama 237 /97 relate no Art. 18, § 4º que a “renovação da Licença de Operação(LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.”, mas recentemente a Lei Complementar nº 140/2011, em seu Art. 14, § 4º relata que “A renovação de licenças ambientais deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.”.

Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação nº 1150/2017	04/04/2021	2.1 O canteiro de obra previsto no projeto faz parte desta Licença de Instalação, ficando aprovado o local proposto e autorizadas as atividades descritas nos estudos. Para outras localidades ou execução de atividades não previstas deverá haver consulta prévia ao IBAMA sobre o procedimento	O projeto ainda não foi licitado. Desta forma, ainda não existe uma empresa executora. Após a definição da empresa, se houver a necessidade de alterações, o IBAMA será consultado.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 12 de 115

		a ser adotado.	
		2.2 Apresentar, antes do início das obras, informações complementares sobre a origem da mão de obra previstas para as obras, transporte de pessoal e acomodações, já que não há estrutura na Ilha Barnabé, nem previsão de acomodações no canteiro.	Da mesma forma, como não existe empresa executora, ainda não foi definido como se dará tais procedimentos.
		2.3 Apresentar, antes do início das obras, detalhamento de ações para atendimento de possíveis situações emergenciais específicas para as obras, como indicação de localização de equipamentos de atendimento mais próximos, treinamento aos trabalhadores para o caso de situações de risco e evacuações, interações entre a Codesp, a empreiteira contratada e as arrendatárias que operaram no cais;	Tal condicionante somente poderá ser atendida quando houver a empresa executora. Somente após tal definição é que serão adotados procedimentos específicos para o caso.
		2.4 Apresentar, antes do início das obras, projeto de engenharia para instalação das caixas de retenção nas extremidades do cais, detalhando seu funcionamento e capacidade (volume);	Esta condicionante será atendida após a contratação da executora, sendo definidas com a mesma, as devidas dimensões.
		2.5 Reapresentar, para aprovação do Ibama antes do início das obras, o Programa Ambiental de Construção e seus subprogramas, com o detalhamento executivo necessário para sua imediata implementação, conforme descrito no Parecer 02027.000289/2016-0 ESREG SANTOS/SP/IBAMA;	O PAC será elaborado pela futura executora e, mediante aprovação da CODESP, será encaminhado ao IBAMA.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 13 de 115

		2.6 Implementar, após aprovação do Ibama, o Programa Ambiental de Construção - PAC e seus subprogramas, os programas de gerenciamento de riscos e atendimento a emergências, o Programa de Educação Ambiental e o Programa de Comunicação Social, apresentando relatórios semestrais com registro da evolução dos parâmetros e processos monitorados durante a fase de obras;	Após o início das obras, todos os programas ambientais serão executados, sendo descritos em relatórios, as ações e registros de vistorias. Assim, conforme condicionante, os relatórios serão entregues, semestralmente, ao IBAMA.
		2.7 Apresentar, em até 90 (noventa) dias após o final das obras, relatório final consolidado dos programas ambientais, incluindo o Programa de Desmobilização do Canteiro;	Após a conclusão da obra, a condicionante será atendida.
		2.8 Comunicar ao Ibama o início e a finalização das obras, bem como eventuais paralisações;	Quando houver uma empresa contratada, será definida uma data de início e de finalização, com as devidas comunicações.
		2.9 Apresentar, em até 90 (noventa) dias, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, a ser implementado após a desmobilização, na área utilizada como canteiro. No âmbito desta recuperação, devem ser executados os plantios compensatórios previstos.	Foi solicitado ao IBAMA que tal programa fosse apresentado após a definição da contratada, pois somente nesta fase seria definida a estrutura do canteiro.
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Operação nº 1382/2017	26/04/2022	2.1 Apresentar, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta dias) dias, o Estudo de Análise de Risco Ambiental/EAR, o Programa de Gerenciamento de Riscos/PGR e o Plano de Ação de Emergência/PAE;	Elaborado o Termo de Referência para contratação de empresa especializada para a elaboração do EAR/PGR/PAE com a proposição de novo prazo, não havendo manifestação do IBAMA até o presente momento. O prazo previsto para a realização dos serviços, após a finalização do

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 14 de 115

			processo licitatório é de 12 meses.
		2.2 Apresentar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, revisão do Plano de Emergência Individual (PEI), contemplando as recomendações constantes do PAR.02027.000042/2016-43 NUPAEM/SP/IBAMA que aprovou o PEI;	Na LO fica estabelecido prazo de 360 dias para a elaboração do EAR/PGR/PAE e 180 dias para revisão do PEI, contudo, é prudente que a revisão do PEI seja feita apenas após a elaboração do EAR, pois o mesmo irá ratificar, adicionar ou alterar os cenários acidentais previstos no PEI.
		2.3 Apresentar relatórios anuais de execução dos programas ambientais abaixo elencados, levando em consideração as recomendações e readequações constantes dos Pareceres 02001.002121/2015-04 e 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA:	(status elencado abaixo nos sub itens)
		2.3.1 Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas;	Programa em execução no escopo antigo (conforme estudo de regularização ambiental protocolado no IBAMA em 2011). A CODESP atualmente está revisando o Termo de Referência para contratação do programa de monitoramento com o novo escopo elencando as propostas de melhoria solicitadas pelo IBAMA. Contratação prevista para 2018.
		2.3.2 Programa de Monitoramento da Qualidade dos Sedimentos;	Próxima campanha prevista para 2018
		2.3.3 Programa de Monitoramento da Biota Aquática;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. Aguardando manifestação do IBAMA acerca
		a - Subprograma de Monitoramento da Qualidade dos Organismos Bioindicadores – Bioacumulação;	

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 15 de 115

		b - Subprograma de Monitoramento de Quelônios;	da aprovação do mesmo.
		c - Subprograma de Monitoramento da Macrofauna Bentônica e Comunidades Fito e Zooplanctônica	
		2.3.4 Programa de Monitoramento dos Manguezais;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. Aguardando manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo.
		a - Subprograma de Monitoramento dos Remanescentes de Manguezal;	
		b - Subprograma de Monitoramento da Dinâmica das Espécies;	
		2.3.5 Programa de Monitoramento do Perfil Praia;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. Aguardando manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo.
		2.3.6 Programa de Monitoramento da Dragagem;	A CODESP encaminhou ao IBAMA através da Carta SUMAS-GD/391.2016 uma proposta de escopo revisada para a execução deste programa. Aguardando manifestação do IBAMA acerca da aprovação do mesmo.
		a - Subprograma de Gestão Ambiental e Controle da Dragagem;	
		b - Subprograma de Monitoramento Ambiental do Polígono de Disposição Oceânica;	
		2.3.7 Programa de Educação Ambiental	Em andamento (já iniciado no âmbito das obras de dragagem)
		a - Subprograma de Educação Ambiental para Trabalhadores;	
		2.4 Implementar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, e apresentar os relatórios anuais do Programa de Monitoramento de Resíduos Sólidos;	O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos já está implantado, sendo público, podendo ser consultado no site da CODESP. Os relatórios foram revisados, contemplando um melhor detalhamento das informações solicitados pelo IBAMA.
		2.5 Implementar, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, incorporando as recomendações apresentadas no Parecer	(status elencado abaixo nos sub itens)

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 16 de 115

		02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais dos seguintes programas:	
		2.5.1 Programa de Monitoramento das Espécies Exóticas Marinhas;	Previsto para ser implantado no início de 2018.
		2.5.2 Programa de Monitoramento da Avifauna;	Este programa já foi implantado e iniciado anteriormente à emissão da Licença de Operação.
		2.5.3 Programa de Educação Ambiental - Subprograma de Apoio à Pesca Artesanal;	Implantação prevista para o 1º semestre de 2018.
		2.5.4 Programa de Comunicação Social;	Em andamento
		2.6 Implementar, no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta dias), incorporando as recomendações apresentadas no Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais dos seguintes programas:	(status elencado abaixo nos subitens)
		2.6.1 Programa de Monitoramento e Controle dos Ruídos Ambientais;	Previsto para ser implantado em meados de 2018.
		2.6.2 Programa de Monitoramento e Controle de Vibrações;	Previsto para ser implantado em meados de 2018.
		2.7 Implementar, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta dias), o Programa de Monitoramento de Efluentes, incorporando as recomendações apresentadas no Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, e apresentar relatórios anuais do referido programa;	Implantação prevista para o 1º semestre de 2018.
		2.8 Apresentar relatórios anuais consolidados das ações do Programa de Monitoramento e Controle de Fauna Sinantrópica Nociva (Vetores e Reservatórios), desenvolvidas em cumprimento à RDC Anvisa nº 72/2009 e levando em consideração as recomendações do Parecer 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA;	O programa foi implantado e as atividades previstas foram executadas em 2017
		2.9 Apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, propostas com cronograma de execução dos seguintes	(status elencado abaixo nos sub itens)

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 17 de 115

		programas, conforme recomendações dos pareceres suprarreferidos:	
		2.9.1 Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;	Proposta elaborada e apresentada para avaliação do IBAMA. Termo de Referência em fase de elaboração.
		2.9.2 Programa dos Passivos Ambientais;	Proposta elaborada e apresentada para avaliação do IBAMA. Termo de Referência de estudo já elaborado, aguardando processo de licitação.
		2.9.3 Programa de Avaliação Meteorológica, Hidrodinâmica e de Transporte de Sedimentos;	Apresentação de proposta de programa prevista para o 1º semestre de 2018.
		2.9.4 Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira;	Solicitada reavaliação por parte do órgão ambiental acerca da necessidade de execução deste programa (Carta SUMAS-GD/344.2017).
		2.9.5 Programa de Mitigação das Interferências Viárias;	A proposta encaminhada para a avaliação do IBAMA, ressaltando que está sujeito a alterações em decorrência de projetos futuros, nos âmbitos logísticos e viários, no tangente as três esferas governamentais.
		2.9.6 Programa de Regularização Fundiária;	Sugerido ao IBAMA que estabeleça a oportunidade da Codesp mediar a discussão do assunto, com secretarias municipais e estaduais por demandar de ações, prazos, responsabilidades e interferência nas políticas públicas da região.
		2.10 Apresentar, a cada 2 (dois) anos, o relatório de auditoria ambiental e o plano de ação, em conformidade com a Lei nº 9966/00, Resoluções CONAMA nº 306/02 e 381/06, e Portarias MMA nº 319/03, 353/05 e 192/11, e alterações;	A Codesp promoveu a Auditoria Ambiental de seu Sistema de Gestão Ambiental, em conformidade com a Lei, Resoluções e Portarias citadas, em dezembro de 2016 e encaminhou o relatório ao

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 18 de 115

			órgão ambiental. A próxima auditoria está programada para dezembro de 2018.
		2.11 A solicitação para a realização das dragagens de manutenção deverá ser apresentada na forma de um Plano Conceitual de Dragagem, em conformidade com o disposto na Resolução CONAMA n 454/12, com prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do início previsto para a dragagem.	A apresentação de um novo Plano Conceitual de Dragagem dar-se-á quando houver mudança da empresa contratada para a realização das operações e/ou quando houver alguma alteração no projeto.
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação Nº 1098/2015	4 anos Válida até 23/12/2019	1. Condições Gerais	Em atendimento.
		1.1. Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução CONAMA nº 06/86, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA no prazo máximo de 30 (trinta) dias.	
		1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:	
		a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;	
		b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;	
		c) Graves riscos ambientais e de saúde.	
		1.3. Qualquer alteração das especificações do projeto, do escopo dos programas ambientais aprovados ou dos prazos previstos nesta Licença deverá ser solicitada anuência do IBAMA;	

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 19 de 115

		1.4. Deverá constar no escopo de todo material usado no âmbito dos Programas Ambientais e/ou fixado em local visível, informação para esclarecimento público de que tais ações fazem parte de condicionante de validade da licença ambiental exigida pelo IBAMA. 1.5. Conforme art. 6º da Instrução Normativa do IBAMA nº15, de 06 de outubro de 2014, os acidentes ambientais deverão ser comunicados via Sistema nacional de Emergências Ambientais - Siema, imediatamente após o ocorrido, independentemente das medidas tomadas para o seu controle. Esse sistema está disponível na página da emergência Ambiental do IBAMA, e pode ser acessado no link: http://www.ibama.gov.br/emergencias-ambientais. 1.6. Esta Licença não autoriza supressão de vegetação e não exime o empreendedor da obtenção de outras autorizações/licenças junto a outros órgãos, porventura exigíveis. 1.7. A renovação desta Licença deverá ser requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. 2. Condições Específicas 2.1. Executar e apresentar relatórios semestrais dos seguintes programas ambientais, observadas as recomendações dos pareceres técnicos já emitidos: a) Programa de Gerenciamento Ambiental; b) Programa de Controle de Ações de Obras (PCAO); Subprograma de Controle de Ruídos e Vibrações; Subprograma de Emissões Atmosféricas;	
--	--	--	--

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 20 de 115

		Subprograma de Controle de Erosões, Produção de Sedimentos e Efluentes; Subprograma de Controle de Resíduos Sólidos; e Subprograma de Tráfego. c) Programa de Plantios Compensatórios; d) Programa de Verificação de Ruídos e Vibrações (na operação); e) Programa de Comunicação Social (PCS); f) Programa de Educação Ambiental; e g) Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico; Subprograma de Educação Patrimonial. 2.2. Apresentar para aprovação do Iphan-Sede e posteriormente executar Projeto de Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial 2.3. IBAMA deve ser informado sobre a destinação do material lenhoso proveniente do corte, do local de realização da compensação referente aos indivíduos suprimidos e quais espécies serão utilizadas com seus quantitativos.	A ser atendida durante a operação dos viadutos. Em atendimento.
Licença	Validade	Condicionantes	Status de atendimento
Licença de Instalação 871/2012	12/07/2015 Solicitação de prorrogação da validade realizada no sítio eletrônico do IBAMA dentro do prazo e	1. Condições Gerais 1.1 Esta Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução nº006/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao IBAMA.	Todas as condicionantes foram atendidas durante a Fase I da obra.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 21 de 115

	confirmada por meio da carta SUMAS-GD 352/2016. Validade garantida até manifestação do IBAMA, o que não ocorreu até a presente data (12/12/2017).	1.2 Quaisquer alteração das especificações do projeto deverá ser precedida de anuência do IBAMA. 1.3 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra: a) Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais; b) Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença; c) Graves riscos ambientais e de saúde. 1.4 O empreendedor deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, caso necessário, num prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término da sua validade. 1.5 O não cumprimento das condicionantes nos prazos de terminados acarretará na suspensão desta Licença. 1.6 Em caso de ocorrência de acidente ambiental deverá haver imediata comunicação ao IBAMA, além da implementação das medidas previstas nos programas de gerenciamento de riscos. 1.7 Esta Licença não autoriza supressão de vegetação nativa ou coleta, captura ou transporte de animais silvestres, bem como não exime de obrigatoriedade na obtenção de outras licenças e autorizações exigíveis por legislações específicas.	
--	--	---	--

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 22 de 115

		2. Condições Específicas	
		2.1 Comunicar ao IBAMA, assim que houver definição, os dados da empresa responsável pela execução das obras (empreiteira), apresentando cópia do contrato com a definição das responsabilidades das partes envolvidas.	
		2.2 Comunicar ao IBAMA o início e a finalização das obras, bem como eventuais paralisações.	
		2.3 Apresentar, antes do início das obras, o detalhamento executivo do Programa Ambiental de Construção - PAC, com descrição das ações e medidas previstas e definição das responsabilidades, em relação aos seguintes subprogramas:	
		a) Subprograma de medidas gerais preventivas com o meio ambiente durante as obras;	
		b) Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos;	
		c) Subprograma de Gerenciamento das Emissões de Ruídos e Eventuais Vibrações;	
		d) Subprograma para as Operações de Transporte e Abastecimento de Veículos e Máquinas;	
		e) Subprograma para Controle de Vetores;	

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 23 de 115

		f) Subprograma de Saúde e Segurança do Trabalhador;	
		g) Subprograma para desmobilização do Canteiro;	
		h) Subprograma para Educação Ambiental;	
		i) Subprograma de Comunicação Social.	
		2.4 Para o subprograma de gerenciamento das Emissões de Ruídos e Eventuais Vibrações, deverá ser realizado, antes do início das obras diagnóstico das condições prévias das construções legalmente protegidas, verificando presença de trincas e rachaduras pré-existentes com monitoramento na fase construção, principalmente na fase de cravação. Também deverá ser previsto mais um ponto de monitoramento entre os pontos P1 e P2.	
		2.5 Apresentar, antes do início das obras, o detalhamento executivo dos modelos de Relatório de Controle Ambiental - RCA, e de Relatório de Não Conformidade - RNC previstos no Plano de Trabalho de Controle Ambiental.	
		2.6 Apresentar, antes do início das obras, detalhamento do projeto de aplicação de capa asfáltica, com inclusão de medidas adicionais de prevenção de derrame de material para o corpo d'água.	

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA	Página 24 de 115
	Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	

		2.7 Apresentar, antes do início das obras, o projeto detalhado dos canteiros de obras, incluindo planta geral das áreas e atividades que serão desenvolvidas. 2.8 Apresentar projeto de recuperação e futuro uso da área referente aos canteiros de obras, previstas no Subprograma de desmobilização do Canteiro. 2.9 Apresentar as Licenças Ambientais válidas das empresas coletoras e receptoras dos resíduos sólidos produzidos nas obras, mantendo cadastro constante durante a fase de obras. 2.10 Implementar, após aprovação do IBAMA, o Programa Ambiental de Construção - PAC e seus subprogramas, apresentando relatórios semestrais cumulativos com registro da evolução dos parâmetros e processos monitorados durante a fase de obras e relatório final consolidado, em até 90 (noventa) dias após o final das obras. 2.11 Implementar os programas de gerenciamento de riscos e atendimento à emergências (PEI, PCE e PAM) para a área do empreendimento em relação às medidas previstas para os riscos possíveis para a fase de obras, apresentando relatórios semestrais.	
--	--	--	--

2.2. Planos e Programas de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

2.2.1. Programas de Monitoramento Ambiental – LI

Ao longo do período abrangido pelo presente relatório, a CODESP viabilizou e/ou acompanhou a execução dos programas de monitoramento ambiental preconizados pelas licenças emitidas pelo órgão ambiental (elencadas no item 2.1) para as obras sob responsabilidade da Autoridade Portuária.

a) Dragagem de Manutenção (LI nº 961/2013)

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 25 de 115

Durante o ano de 2016, a Gerência de Controle Ambiental – GECAM deu prosseguimento às atividades de gestão ambiental das obras de dragagem do Porto Organizado de Santos e adjacências, tomando as providências cabíveis para que as mesmas se desenvolvessem de forma consoante às normativas ambientais vigentes.

Entretanto, ressalta-se que o contrato por meio do qual vinham sendo executados parte dos programas de monitoramento (subprogramas de monitoramento da Área de Disposição Oceânica, da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada e da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica) encerrou-se no início de julho/17.

Uma vez que não foi possível proceder com a continuidade do mesmo (tanto por prorrogação contratual quanto por realização de novo processo licitatório), as campanhas desses monitoramentos só foram executadas até o primeiro semestre de 2017. Não obstante, a CODESP vêm envidando esforços para viabilizar uma nova contratação visando a continuidade destas atividades.

Já os demais programas, por se encontrarem vinculados a instrumentos contratuais distintos, ainda estão vigentes. Desta forma, os mesmos vêm sendo executado normalmente.

Os relatórios contemplando o escopo dos programas, descritivo e comprovações das atividades realizadas se encontram no **Anexo 02**.

b) Gerenciamento Ambiental das Obras de Reforço e Recuperação do Cais dos Armazéns 12A ao 23

No ano de 2017, continuaram em andamento as obras de reforço e recuperação estrutural do cais situado entre os Armazéns 12A ao 23, sendo que a GECAM prosseguiu realizando atividades para garantir o adequado gerenciamento ambiental das atividades envolvidas. Foram realizadas vistorias de campo, atividades de educação ambiental com os colaboradores do Consórcio responsável pela execução do empreendimento, ações de comunicação social com os atores externos à obra, campanhas de monitoramento da qualidade da água estuarina, dentre outros trabalhos previstos nos Programas Ambientais exigidos pelo IBAMA.

Através das vistorias em campo, foram gerados relatórios semanais, mensais e semestrais, tendo sido enviado ao IBAMA, no ano de 2017, um relatório semestral, referente ao primeiro semestre do ano (**Anexo 02**). Além disso, constantemente são

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 26 de 115

revisados e propostos novos métodos e processos operacionais como forma de garantir a melhoria contínua no que tange à adoção de medidas para preservar a qualidade ambiental.

2.2.2. Plano de Controle Integrado de Vetores – PCIV (Anexo 03)

Status: Implantado

Descrição: A infestação de animais e insetos na área portuária oferece risco ao aparecimento de enfermidades diversas entre trabalhadores portuários e usuários do Porto. Buscando a prevenção de doenças e a manutenção da boa saúde dos trabalhadores portuários e visando ao atendimento de legislações específicas torna-se necessária a implantação deste programa. Ele tem característica preventiva e suas ações, quando desempenhadas conforme a descrição e cronograma proposto, possibilitam a gradual diminuição da prevalência de agravos de saúde transmitidos por vetores entre a comunidade portuária. Esse programa ambiental é composto nos seguintes subprogramas:

- Subprograma de controle de Pombos;
- Subprograma de controle de Roedores;
- Subprograma de controle de Culicídeos;
- Subprograma de controle e vigilância de Outros Vetores e Animais Peçonhentos; e
- Subprograma de controle de Animais Domésticos.

As atividades realizadas no programa e os resultados obtidos em 2017 serão descritos e evidenciados no item 4.5.

2.2.3. Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos (Anexo 04)

Status: Implantado

Descrição: este plano estabelece a rotina e o procedimento padrão de fiscalização das condições sanitárias nas áreas arrendadas do Porto de Santos que permitem a proliferação da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN). Nele são identificadas todas as arrendatárias que serão alvo de inspeções ao longo do ano e apresentadas todas as etapas que compõe o processo de fiscalização, desde a frequência das vistorias até os

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 27 de 115

documentos que são elaborados e seus desdobramentos. O plano é atualizado anualmente e seu cronograma é executado pela equipe técnica da GESET.

As atividades realizadas no programa e os resultados obtidos em 2017 serão descritos e evidenciados no item 4.5.

2.2.4. Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRES P)

Status: Em avaliação pelos órgãos envolvidos

Descrição: este plano estabelece, dentro das responsabilidades e limites de atuação da Administração do Porto de Santos, mecanismos de preparação e resposta às emergências em saúde pública, por meio da identificação, avaliação, notificação e resposta aos eventos de saúde pública que possam constituir-se em potencial Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional ou Internacional (ESPIN/ESP II), de modo a evitar interferências desnecessárias com o tráfego e o comércio, por meio de ações de prevenção e controle adequadas. O plano apresenta informações sobre caracterização do Porto de Santos, levantamento de riscos, fluxos de comunicação, simulados e frequência de atualização.

2.2.5. Plano de Área do Porto De Santos e Região

De acordo com o Decreto 4871/2003, o Plano de Área do porto de Santos e Região foi instituído em dezembro de 2015, após a definição de sua área de abrangência e árduo trabalho da comunidade envolvida, consolidando os planos de emergência individual de 47 empresas da região dentre estes arrendatários, terminais privativos, a Petrobrás e a Transpetro, estabelecendo assim ações conjuntas a serem tomadas em caso de incidente por poluição com óleo e outros derivados de petróleo.

Sua área de abrangência consiste nas áreas ocupadas pelas instalações portuárias e serviços de apoio, nas águas estuarinas e marítimas compreendidas entre a entrada do canal interno (Fortaleza da Barra) do Porto Organizado de Santos e o término do Canal de Piaçaguera e inclui a Refinaria Presidente Bernardes de Cubatão – RPBC da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS o Terminal Terrestre de Cubatão (Pilões) da PETROBRAS Transporte S.A. – TRANSPETRO e as linhas de dutos que ligam a RPBC ao

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 28 de 115

Terminal Terrestre de Cubatão, e este último ao Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa. A **Figura 2**, na página seguinte ilustra a área de abrangência do Plano de Área do Porto de Santos e Região.

Em junho de 2017, foi realizado o primeiro grande exercício simulado, simulando o atendimento a vazamento de 200 m³ de óleo combustível, integrando as equipes de atendimento, consolidando procedimentos e demonstrando oportunidades de melhorias dos modos de operação e coordenação das equipes e recursos utilizados. Anteriormente, no decorrer do ano de 2016 já haviam sido realizados simulados de acionamento, de comunicação, de preenchimento de documentação e de tomada de decisão.

A grade destes treinamentos inclui: O conteúdo do Plano de Área, Comunicação na Emergência, Treinamento de utilização dos rádios, Comunicação com a Mídia, ICS, Identificação de Áreas Sensíveis ao Óleo, Monitoramento de Manchas de Óleo, entre outros temas.

Temos como parceiros para a realização de treinamentos e simulados órgãos como a CETESB, IBAMA, DEFESA CIVIL dos Municípios de Santos e Guarujá, CORPO DE BOMBEIROS, além das empresas de atendimento e gerenciamento de emergências (HIDROCLEAN, ALBRIGGS, SUATRANS, BRAZIL P&I, WITT O'BRIENS e OCEANPACT).

É previsto para 2018, uma revisão do Plano de Área, a qual deve incluir as oportunidades de melhoria identificadas no decorrer do tempo e também durante a realização dos exercícios simulados. Para isso foi instituído um Grupo de Trabalho com previsão de reuniões quinzenais para a elaboração e posterior proposição das modificações desejadas. Apesar da programação de execução de reuniões mensais do Comitê do Plano

de Área a programação de atividades para o ano de 2018 ainda deverá ser proposta e discutida nas próximas reuniões do Comitê do Plano de Área, em dezembro e janeiro.

Para o ano de 2018, ainda está prevista a eleição do Comitê do Plano de área onde será definida a manutenção ou não da CODESP como coordenadora do comitê. Caso os integrantes do Plano, optem por elegerem outro coordenador, embora como simples integrante, a Codesp continuará participando do Plano de forma efetiva a fim de assegurar que as ações necessárias sejam tomadas, garantindo a segurança e o

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 29 de 115

atendimento adequado a ocorrências que extrapolem a capacidade de resposta do agente causador.



Figura 2: Área de abrangência do Plano de Área do Porto de Santos e Região.

2.2.6. Plano de Emergência Individual - PEI

O Plano de Emergência Individual – PEI tem por objetivo a preparação das empresas para resposta a acidentes e incidentes envolvendo derramamento de óleo e outros derivados de petróleo em águas sob jurisdição nacional, que decorre de sua atividade. Estabelecido pela lei 9966/2000 e regulamentado pela Resolução Conama 398/2008, segundo o IBAMA o plano deve “garantir a capacidade da instalação para executar, de imediato, as ações de respostas previstas para atendimento aos incidentes de poluição por óleo, nos seus diversos tipos, com emprego de recursos próprios, humanos e materiais, que poderão ser complementados com recursos adicionais de terceiros, por meio de acordos previamente firmados”.

O PEI da Codesp foi recentemente revisado e aprovado pelo IBAMA em 2016 após dois anos de trabalho, o que incluiu a realização de estudos de dispersão de óleo na

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 30 de 115

área do Porto Organizado de Santos, a revisão dos cenários acidentais, a revisão dos procedimentos de atendimento dentre outras atividades das quais grande parte foi realizada pela equipe da própria Codesp, a exceção do estudo de dispersão de óleo.

Agora temos nova perspectiva de atualização, a fim de eliminar a ressalva elencada pelo IBAMA no parecer emitido durante a aprovação do plano a qual cita o fato do levantamento dos cenários acidentais não ter sido realizada com base em um estudo de análise de riscos, mas somente com base em uma análise preliminar de perigos.

Para tanto aguardamos a licitação do referido estudo, cuja previsão para conclusão é de um ano e meio após a sua contratação e posteriormente, incluir ou excluir algum cenário que se mostre em demasia no plano, ou que se mostre ausente, assim como também a revisão de algum procedimento que se faça necessário face a obtenção de novas informações sobre a dinâmica de dispersão de óleo no estuário.

O PEI da Codesp abrange a totalidade das áreas do Porto Organizado de Santos, incluindo as suas áreas de fundeio e é dimensionado para prestar apoio aos arrendatários e prestadores de serviço do porto, caso a sua capacidade de resposta, não seja suficiente para tomada de ação adequada para a mitigação de evento que extrapole em quantidade e/ou área atingida a capacidade planejada em seu plano individual. Assim consiste em meio termo entre o plano de emergência individual dos terminais e prestadores de serviços e o Plano de Área do Porto de Santos, uma vez que este somente deverá ser acionado em casos em que nem o plano individual do ente somado a capacidade de resposta do PEI da Codesp são suficientes para a resposta de forma e em tempo adequado, visando a proteção do meio ambiente e o menor impacto possível.

O PEI é operacionalizado através de contrato com a empresa de atendimento a emergência, Brasbunker Participações S.A., cujo contrato tem o seu término previsto para abril de 2018. Neste interim, já há atividades desenvolvidas visando a renovação do contrato ou a realização de nova licitação. Para tanto o Termo de Referência encontra-se sob revisão.

Em junho/2017 foi executado um simulado em conjunto entre os PEIs da EMBRAPORT e CODESP bem como do Plano de Área do Porto de Santos e Região – PAPS. Este simulado foi realizado conjunto, pois o PAPS prevê que seu acionamento será realizado de forma escalonada, se iniciando com o PEI da instalação sinistrada, posteriormente é acionado o PEI da CODESP e por fim é acionado o PAPS. Portanto,

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 31 de 115

consideramos que este simulado atende a nossa proposta de realização de um exercício completo de resposta por ano para o nosso PEI.

2.2.7. Plano de Controle de Emergência – PCE

O Plano de Controle de Emergência foi instituído pela Norma Regulamentadora 29 do Ministério do Trabalho e Emprego. O PCE da Codesp foi elaborado em 2006, embora vigente, carece de atualização face as enormes modificações físicas e operacionais ocorridas no Porto de Santos na última década.

O objetivo do PCE é o planejamento das ações de resposta a acidentes ou incidentes diversos que possam vir a ocorrer na instalação, no caso o Porto de Santos. Tais como incêndio, explosão, acidentes pessoais, queda de homem ao mar, vazamentos ou derramamentos de produtos químicos dentre outros cenários. Assim o PCE, instituído pela NR 29 se confunde em objeto ao PAE, Plano de Atendimento a Emergências, exigido no âmbito do licenciamento por órgãos ambientais, para os cenários de incêndio e explosão (acidentes tecnológicos).

O PCE da Codesp é estruturado de forma a existir uma célula de crise, onde diversos integrantes da organização têm responsabilidades determinadas para assistência as necessidades do atendimento a ocorrência, dentre outras necessidades a provisão de recursos financeiros por exemplo. Além disso estabelece procedimentos genéricos para atendimento a tipos de cenários acidentais, elenca uma gama de recursos materiais e humanos disponíveis e mapeia as rotas de fuga disponíveis em cada região do porto.

Considerando ser evidente a necessidade não só da atualização do programa, mas também a necessidade de que este plano seja bem estruturado, que reflita a nova realidade do Porto e possa se constituir um guia de procedimentos adequado para o atendimento aos diversos possíveis cenários acidentais, enveredamos esforços para a sua atualização. Para tanto foi elaborado Termo de Referência para a realização de estudo de análise de riscos, visando o levantamento dos cenários acidentais e suas consequências não somente para a comunidade portuária, mas também para as comunidades circunvizinhas. Assim aguardamos a licitação desse estudo, o qual tem previsão de conclusão um ano e meio após a sua contratação, para assim estruturarmos um planejamento adequado do atendimento a emergências no Porto de Santos.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 32 de 115

Ao invés de procedimentos genéricos para alguns tipos de cenários, de posse do estudo de análise de risco com a determinação das consequências de cada cenário específico, pode-se estabelecer previamente ações específicas para cada um desses, como por exemplo evacuação de áreas, rotas de acesso e fuga do local sinistrado.

O novo plano deve ainda prever as interfaces com os demais planos existentes no Porto de Santos, inclusive com o plano de emergência contra incêndios previsto na Instrução Normativa do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo para edificações e Áreas de Risco, com os Planos de Emergência Individual, com os planos de atendimento a vazamentos e derrames de produtos químicos dentre outros.

2.2.8. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA

O PPRA, regulamentado pela Norma regulamentadora nº 09 do Ministério do Trabalho e Emprego, tem por objetivo o reconhecimento, a avaliação e o controle dos riscos químicos, físicos e biológicos aos quais possam estar expostos os trabalhadores em função de sua atividade ou em função da presença de substâncias e energias perigosas ou microrganismos patogênicos no ambiente de trabalho. Para os trabalhadores da Codesp, no ano de 2016, foram realizadas uma enorme gama de avaliações de riscos reconhecidos, principalmente em relação a agentes químicos e ruídos, sendo que praticamente todas as avaliações demonstraram que não há exposições que oferecem riscos aos trabalhadores da Codesp. Para o ano de 2017, foram realizadas novas avaliações do agente físico ruído, que corroboram os dados de anos anteriores. O fato das avaliações demonstrarem a inexistência de risco, elimina ou minimiza a necessidade da adoção de medidas de controle, sendo necessário apenas o monitoramento das exposições a fim de detectar previamente qualquer alteração do cenário, de modo a não causar prejuízos a saúde do trabalhador.

A Gerência de Segurança do Trabalho, está procedendo a revisão anual do PPRA, conforme determinado pela NR 09, tal revisão consiste na avaliação do desenvolvimento do programa e determinação de metas e planejamento para o ano em que se segue.

Em relação aos demais trabalhadores portuários, cada empregador é responsável pela elaboração e operacionalização de seu PPRA, reconhecendo, avaliando e controlando os riscos peculiares de sua atividade. Por exemplo, em terminais de graneis líquidos há riscos diferentes em relação a terminais de contêineres.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 33 de 115

2.2.9. PAM

O Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos consiste na associação dos diversos entes da comunidade portuária, sobretudo arrendatários para prover auxílio mútuo em caso de incêndios, fornecendo recursos humanos e materiais para o controle e/ou mitigação de sinistros ocorridos na planta de qualquer dos associados. Na região temos quatro planos de auxílio mútuo, sendo eles o de Cubatão, que congrega as empresas do polo industrial, o de Guarujá que congrega empresas do município, incluindo alguns terminais arrendados e o PIE, Plano integrado de emergências que congrega as empresas operadoras de graneis líquidos perigosos a exceção da Petrobras e Transpetro, as quais são associadas ao PAM de Cubatão e ao PAM do Porto de Santos respectivamente. Assim as áreas de abrangência do PAM do Porto de Santos, intersecciona-se com as áreas de atuação de outros planos, principalmente com as áreas de abrangência do PIE e do PAM do Guarujá.

Dentre as atividades realizadas no ano de 2017, no âmbito do PAM do Porto de Santos destacamos os dois treinamentos simulados de atendimento a emergências realizados, ambos os cenários eram de incêndio em terminais de graneis líquidos, com o objetivo de integrar as equipes de brigadistas, proporcionar aos brigadistas o conhecimento mútuo das instalações atendidas e detectar oportunidades de melhoria nos procedimentos de acionamentos, gestão de recursos e combate a emergência, sendo estes:

- Simulado na área 6 – Granel Química 10/03/17
- Simulado na área 6 – Adonai Química 27/07/17

No ano de 2017 houveram dois acionamentos do plano, sendo um destes para auxílio a ocorrência de incêndio em empresa situada fora da área do porto organizado de Santos no município de Cubatão. Quanto aos acionamentos do PAM no ano de 2017 , foram os seguintes:

- Vale Fertilizantes – 05/01/2017 – Incêndio em armazéns de nitrato de amônio e nitrato de potássio em que os armazéns foram completamente destruídos antes do controle das chamas. Atendido pelo Corpo de Bombeiros do Estado com o auxílio das equipes do PAM de Cubatão e do PAM do Porto de Santos.
- Copersucar – 17/09/2017 – Incêndio em transportadores contínuos, sendo este controlado antes que se espalhasse pelas outras áreas do

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 34 de 115

terminal, sendo atingida apenas uma torre de transferência. Atendido pelo Corpo de Bombeiros do Estado e equipes do PAM do Porto de Santos.

- Além do acionamentos acima, a Coordenação do PAM do Porto compareceu para dar apoio nas seguintes ocorrências :
- Cutrale 09/06 – Vazamento de amônia. Este terminal é situado na margem esquerda do Porto de Santos e trata-se de instalação privada. A Cutrale é associada do PAMG, Plano de Auxílio Mútuo do Guarujá.
- Citrosuco – 18/09 - Vazamento de amônia, neste caso a ocorrência foi controlada pelos brigadistas do próprio terminal e pelo Corpo de Bombeiros do Estado, sem necessidade de acionamento do PAM ou outras instituições de apoio.

2.2.10. Projetos em andamento

Grupo de Trabalho Amônia

Fazem parte do Grupo de Trabalho, a Defesa Civil de Santos, do Guarujá e os terminais portuários que possuem inventários de Amônia, normalmente utilizada em processos de refrigeração, visando à preparação da população circunvizinha em como agir em casos de vazamento de amônia.

2.2.11. Resíduos Sólidos

O tema Resíduos Sólidos é tratado nos níveis de gestão e de gerenciamento.

Para o nível de Gestão, que representa as diretrizes estabelecidas pela CODESP que devem ser respeitadas por todos os atores do Porto de Santos, o documento de referência é o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Porto de Santos (**Anexo 05**).

Já para o nível de Gerenciamento, que representa a operacionalização das diferentes etapas que compõem o assunto, desde a geração até sua efetiva destinação, o documento de referência é o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Porto de Santos (**Anexo 06**).

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 35 de 115

Embora o Plano e o Programa já estejam implantados, os mesmos aguardam análise do IBAMA no âmbito da Licença de Operação nº 1382/2017, portanto, há possibilidade de que o órgão ambiental venha a solicitar complementações.

A área responsável pelo Plano e pelo Programa é a Gerência de Meio Ambiente, contudo, a operacionalização do programa envolve diversos setores da empresa.

2.2.12. Qualidade do Ar

No âmbito da Regularização Ambiental do Porto de Santos, que culminou na emissão da Licença de Operação nº 1382/2017, a Codesp propôs o desenvolvimento de um Programa de Qualidade do Ar (**Anexo 07**). No momento, o Programa passa por análise do IBAMA, estando sujeito a alterações.

Após a validação do Programa, a Codesp desenvolverá um termo de referência para a implantação das ações previstas.

2.2.13. Passivos Ambientais

Constitui-se como condicionante da Licença de Operação do Porto de Santos nº 1382/2017, a execução de Programa de Passivos Ambientais (**Anexo 08**). O mesmo encontra-se atualmente sob análise do IBAMA, desde modo ainda passível de alterações.

O Programa de Passivos Ambientais objetiva a atualização e a ampliação do Diagnóstico integrante do Estudo Ambiental para Regularização do Porto de Santos (EA), bem como o estabelecimento de um plano de ações e execução de diretrizes para identificação de alterações da qualidade natural de solos e de águas subterrâneas que possam incorrer em risco ecológico e à saúde humana em áreas de interesse localizadas na região do Porto Organizado de Santos.

2.2.14. Comunicação Social

A posição estratégica do Porto de Santos na economia nacional e conseqüentes demandas de modernização, ampliação e integração com o sistema retroportuário e com a infraestrutura regional de transportes e serviços implicam em grandes e duradouros projetos com impacto social e ambiental, que requerem agilidade na condução das informações e nos processos de relações públicas.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 36 de 115

Existem também situações específicas que exigem a construção de uma complexa rede de relações institucionais, comunitárias, empresariais e políticas com uma ampla gama de interlocutores - o Porto se encontra próximo de ecossistemas protegidos e de comunidades tradicionais e está localizado numa região altamente politizada e desenvolvida economicamente.

Há, finalmente, questões de sociabilidade particularmente importantes, tanto pelo porte diferenciado do Porto em si, com um público alvo de milhares de pessoas, como pela importância social e econômica de sua inserção no país.

O Programa de Comunicação Social (**Anexo 09**) se justifica ainda pelo seu papel de articulação entre os diversos Programas Ambientais a serem desenvolvidos no processo de regularização ambiental do Porto de Santos.

3. Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário Nacional

3.1. Plano Mestre

Está em fase de revisão pelo MTPAC, o **Plano Mestre do Porto de Santos**, concebido com a missão de realizar a Análise Estratégica do porto, buscando sua inserção de forma harmoniosa no contexto portuário nacional, com base nas suas vantagens competitivas.

3.2. Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ

3.2.1. Situação dos trabalhos de atualização do PDZ.

Atualmente, em paralelo com entrevistas a órgãos externos, para os fins de planejamento de utilização e desenvolvimento das áreas arrendáveis em curto, médio e longos prazos, o Grupo de Trabalho – GT da CODESP reuniu dados cadastrais e informações atualizadas conforme cada *Entregável*, dentro do cronograma definido pelo Grupo de Trabalho. Para as atividades de planejamento, no momento a equipe considera a subdivisão dos terrenos por zona (visão particionada), para, a partir dos resultados de todas as zonas, passar à visão do todo (visão sistêmica).

Alguns prazos do cronograma foram renegociados por razões peculiares diversas. Os principais agravantes à produção dos Entregáveis são resultado do impacto

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 37 de 115

causado por recentes mudanças em cargos do pessoal de nível de comando em áreas-chaves da Codesp.

Cerca de 20% do total dos trabalhos delegados às Gerências segundo o cronograma, está entregue, tanto os em forma de documento (pendentes de avaliação e revisão), assim como cerca de 20% das plantas digitais (camadas) georreferenciadas.

3.2.2. Expectativa para finalização de uma primeira versão completa segundo portaria 3/2014

Final de Agosto de 2018, considerando a previsão de conclusão do Plano Mestre a cargo da UFSC informada pela SNP como em fins de Novembro 2017.

3.2.3. Ações tomadas para estruturar equipe do PDZ na CODESP.

Convite ao Engº Fernando Gazal, do corpo técnico da CODESP, para coordenar a elaboração *interna* do PDZ, por falta de recursos para licitação do trabalho.

- Reuniões informais com a AGEM e Prefeitura Municipal de Santos para obter primeiras noções dos trabalhos de geoprocessamento
- Resoluções DIPRE nº 34.2017, de 29 de março de 2017 e DIPRE Nº 89.2017 de 21 de junho de 2017 (**Anexo 10**), nomeando experiente equipe multidisciplinar inicialmente selecionada pelo Coordenador, para a execução dos trabalhos.
- Inclusão de técnico(s) em geoprocessamento a tempo parcial no grupo de trabalho do PDZ

Uma vez estruturada, a equipe adotou a seguinte metodologia de trabalho:

- a. Denominação de “Entregável” a cada um dos itens, ou grupo de itens constantes do Anexo 3 da Portaria SEP nº. 3/2014.
- b. Os entregáveis, isoladamente ou agrupados, foram distribuídos em forma de tarefa às Unidades Gerenciais da Empresa.
- c. Designação das Unidades Gerenciais detentoras da informação atualizada e conhecimento relativo a cada tarefa objeto de cada Entregável listado, fazendo constar Escopo, Responsável e Prazo de entrega.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 38 de 115

- d. Elaboração do Termo de abertura do Projeto de Elaboração do PDZ e seu respectivo Plano de trabalho, com assinatura do Presidente da Codesp, do Patrocinador, do Gerente e do Líder do Projeto (**Anexo 11**).
- e. Realização de Reuniões periódicas, procurando seguir o formato indicado e a periodicidade indicados no Termo de abertura do Projeto.
- f. Elaboração de Termo de Convênio com a Prefeitura Municipal de Santos, Detentora do mais completo sistema de Geoprocessamento e Georreferenciamento e da Região Metropolitana da Baixada Santista, com finalidades múltiplas, notadamente a expertise e a capacitação de pessoal e de hardware necessários à implementação de um Núcleo de Geoprocessamento na CODESP, mais especificamente na Gerência de Planejamento e Desenvolvimento de Áreas e Instalações, subordinada à Superintendência de Planejamento Portuário, na Diretoria de Relações com o Mercado e Comunidade.

3.2.4. Próximas ações previstas.

Adicionalmente às reuniões ora em curso sobre planejamento portuário de curto, médio e longo prazo, serão ouvidas as Prefeituras dos Municípios envolvidos pela malha Portuária, Associações de Terminais Portuários, Entidades Governamentais e demais setores de atividades relacionadas com o Transporte, Comércio, Meio Ambiente, Navegação, etc., para discussão dos temas relacionados ao futuro do porto, objetivando o respaldo e as justificativas que conduzam tanto à conclusão quanto à validação do PDZ.

De posse da documentação de cadastro, das informações coletadas, do histórico da evolução dos contratos de arrendamento, das políticas de desenvolvimento regional, comercial e socioambiental, normas e regulamentos vigentes e sob a visão de crescimento, será feita a consolidação do trabalho, sempre, e de preferência, orientada pelo consenso dos envolvidos, tendo em conta os anseios de progresso emanados em discussões e recomendações sobre o planejamento e desenvolvimento porto no horizonte de cinco, dez e quinze anos.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 39 de 115

4. Ações de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança

4.1. Segurança Pública Portuária

4.1.1. Ações concluídas em 2017:

- Preparação do Termo de Referência por parte da Unidade de Segurança (US) e apresentação à DIREXE(FI-SUPGP/258.2016, de 03/06/2016 – Exp nº 36772/16-19), concluída em abril/2017.
- Elaboração do Processo de Licitação (abertura de processo licitatório aprovado em reunião DIREXE nº 1834, de 20/09/2017), concluída em setembro/2017.

4.1.2. Ações a serem cumpridas em 2018:

- Contratação de Organização de Segurança (OS);
- Estudos de Avaliação de Risco/Vulnerabilidade;
- Apresentação do Plano de Segurança (revisado);
- Aprovação do Plano de Segurança pela CONPORTOS.

4.2. Saúde nos Portos

Informamos que em 2017 não foi realizado o evento Saúde nos Portos pela inexistência de convênio entre a Secretaria de Portos e o SEST/SENAT assinado em tempo hábil.

4.3. Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário

Informamos que foram realizadas as seguintes ações de qualificação voltadas à Saúde e Segurança do trabalhador portuário e das atividades correlatas (**Tabela 3**).

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 40 de 115

Relacionamos também a quantidade de trabalhadores que participaram desses cursos e as suas respectivas cargas horárias dos temas de Saúde no Trabalho.

Tabela 3 - Cursos em parceria com o Programa de Ensino Profissional Marítimo para Portuários - PREPOM

Curso	Disciplinas	Carga horária	Partic	Carga Total	Período
Curso de Atualização em Operação com Empilhadeira de Pequeno Porte com Clamps	Características, Capacidades e Fatores de Riscos na Operação Portuária. Método de trabalho seguro e medidas de controle dos riscos. Noções sobre Legislação de Saúde e Segurança nas Operações.	4	19	76	Abril e maio
Curso de Atualização Profissional do Trabalhador Portuário	Introdução à Saúde e Segurança do Trabalhador. Equipamentos de Proteção Individual, Coletivo e respiratório. Riscos Ambientais nas Operações Portuárias. Noções Básicas sobre Produtos Perigosos. Princípios Básicos de Prevenção de Incêndios.	24	80	1920	Março e abril
Curso de Operação de Empilhadeira de Grande Porte	Saúde e Segurança, Eficiência e Qualidade na Condução de Empilhadeiras	3	40	120	Maio
Curso de Operação de Empilhadeira de Pequeno Porte	Saúde e Segurança, Eficiência e Qualidade na Condução de Empilhadeiras	3	20	60	Abril e maio
Curso de Operação com Portainer	Riscos de Saúde e Segurança ao Operador	15	10	150	Junho e julho
Curso de Operação com Transteiner	Riscos de Saúde e Segurança ao Operador	8	10	80	Junho e julho
Curso de Operação com Trator e Pá Carregadeira	Regras de Segurança nas Operações	4	40	80	Abril e Maio
Curso de Auxiliar de Descarga Ferroviária E Manobra	Capacitação de Segurança do Trabalho Portuário. Análise de perigos e pontos de controle	30	145	390	Fevereiro a junho
			364	2876	

As atividades da **tabela 3** foram oferecidas pela Fundação CENEP sem nenhum custo para os trabalhadores portuários por meio do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Portuários - PREPOM. Além desses cursos que totalizaram **364**

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 41 de 115

participantes e **2876** horas somente sobre temas ligados à Saúde e Segurança do Trabalho, a CENEP ofereceu os seguintes cursos em parceria com o projeto “UNIPORTO” e à Fundacentro, também sem custos para os trabalhadores portuários e de atividades correlatas à portuária (**tabela 4**).

Tabela 4 - Cursos em parceria com o projeto “UNIPORTO”

Curso	Disciplinas	Carga horária	Partic	Carga Total	Período
Palestra “Responsabilidade dos Gestores sobre Saúde e Segurança do Trabalho”	Normas e procedimentos de responsabilidade dos gestores sobre saúde e segurança.	2	39	78	Julho
Palestra “Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho”	Práticas de 2 (duas) empresas que atuam no Porto: Codesp, Citrosuco e da Consultoria IPS sobre Programas de Qualidade de Vida no Trabalho.	3	30	90	Agosto
Palestra “Equipamento de Proteção Individual” - NR 6	Conteúdo previsto na Norma Regulamentadora nº 6, do Ministério do Trabalho.	2	54	108	Agosto
Palestra “Segurança para Motoristas”	Palestra voltada aos cuidados no trânsito, tendo em vista o número de afastamentos que ocorrem no Porto de Santos, sendo estes, muitas vezes, acidentes de trajeto.	4	26	104	Setembro
Palestra “Saúde e Segurança no Trabalho Portuário” - NR 29	Alterações na Norma Regulamentadora nº 29, do Ministério do Trabalho.	4	98	392	Setembro
Curso “Programa de Prevenção de Riscos Ambientais” -NR 9	Norma Regulamentadora nº 9, do Ministério do Trabalho.	20	40	800	Setembro
Ergonomia Aplicada ao Trabalho – NR 17	Norma Regulamentadora nº 17, do Ministério do Trabalho.	2	12	24	Outubro
Comunicação de Acidentes e Incidentes – Abertura do Relatório de Não Conformidade	Procedimentos de comunicação de acidentes de trabalho de acordo com a legislação que versa sobre o tema.	2	20	40	Novembro
			319	1636	

Por fim e agrupando os dois quadros apresentados, foram ministrados para o Porto de Santos **4.512** horas de cursos e treinamentos voltados à Saúde do Trabalhador Portuário e das atividades correlatas, totalizando **683** participantes.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 42 de 115

Durante este ano foram realizados para os empregados desta Companhia palestras e capacitações voltadas para Saúde do Trabalhador com as suas respectivas cargas horárias e número de participantes, conforme **tabela 5**.

Tabela 5 – Cursos e capacitações para os funcionários CODESP

Cursos em Saúde e Segurança do Trabalho	C.H. Total	Participantes
jan/17		
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	34	17
fev/17		
CONSULTORIO ITINERANTE DE SERVICO SOCIAL - PREVENCAO AO SUICÍDIO	5	5
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	24	12
mar/17		
(PALESTRA) DIA DA MULHER - ALIMENTACAO SAUDAVEL	118	59
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	36	18
mai/17		
(PALESTRA) ADOÇÃO: MITOS E VERDADES	28	14
(PALESTRA) SAUDE DIGESTIVA E SEUS IMPACTOS SOBRE A VIDA COTIDIANA	32	16
ENTENDENDO AS DOENCAS ENDEMICAS	10	1
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	22	11
jun/17		
(SEMINARIO) EQUIDADE DE GENERO NO SETOR PUBLICO	12	1
AEDES DO BEM: COMO UM MOSQUITO GENETICAMENTE MODIFICADO PODE AJUDAR A COMBATER O AEDES AEGYPTI (MES DO MEIO AMBIENTE)	12	6
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	12	6
PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	15	5
jul/17		
NR 06 - O USO CORRETO DOS EPIS	42	21
OFICINA DE SAUDE MENTAL DA GPORT	20	10
ago/17		
(PALESTRA) AMAMENTACAO: DIFICULDADES E DESAFIOS	24	12
set/17		
CLUBE DO VOLUNTARIADO - MATERNIZAR	18	9
NR 06 - O USO CORRETO DOS EPIS	42	21
out/17		
SIPAT - A MENTE HUMANA E SUA INFLUENCIA NA SAUDE DO INDIVIDUO	27	9
SIPAT - APOIO EMOCIONAL E PREVENCAO AO SUICIDIO	78	26
SIPAT - SAUDE OCUPACIONAL E ERGONOMIA	78	26

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 43 de 115

nov/17		
DIVERSIDADE NAS ORGANIZACOES	15	1
Total Geral	704	306

4.4. Emergência e Contingência

4.4.1. Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRES P)

Em 2017, a equipe da GESET finalizou a elaboração do PRES P, com a inclusão dos fluxogramas gerais de acionamento para os seguintes casos:

- Caso suspeito em navio de carga não atracado
- Caso suspeito em navio de passageiros não atracado (**Figura 3**)
- Caso suspeito em navio de carga em operação
- Caso de óbito em navio de carga não atracado

Além dos fluxogramas, o plano aborda também a estrutura de comando e controle, uma extensa lista de contatos com todos os órgãos envolvidos, o protocolos gerais de operação que foram fornecidos pela ANVISA, a frequência de realização de simulados e atualizações, dentre outros. Todos os procedimentos contidos no plano foram baseados em experiências vivenciadas e reuniões realizadas em 2014, quando da organização e realização de um simulado envolvendo um caso suspeito de Ebola em embarcação não atracada.

Apesar da elaboração ter sido finalizada em agosto de 2017, ainda não se pode considerar o plano concluído, visto que ele envolve diversas instituições e para que ele possa surtir os efeitos desejados, é necessário que todos se manifestem com relação ao conteúdo do documento.

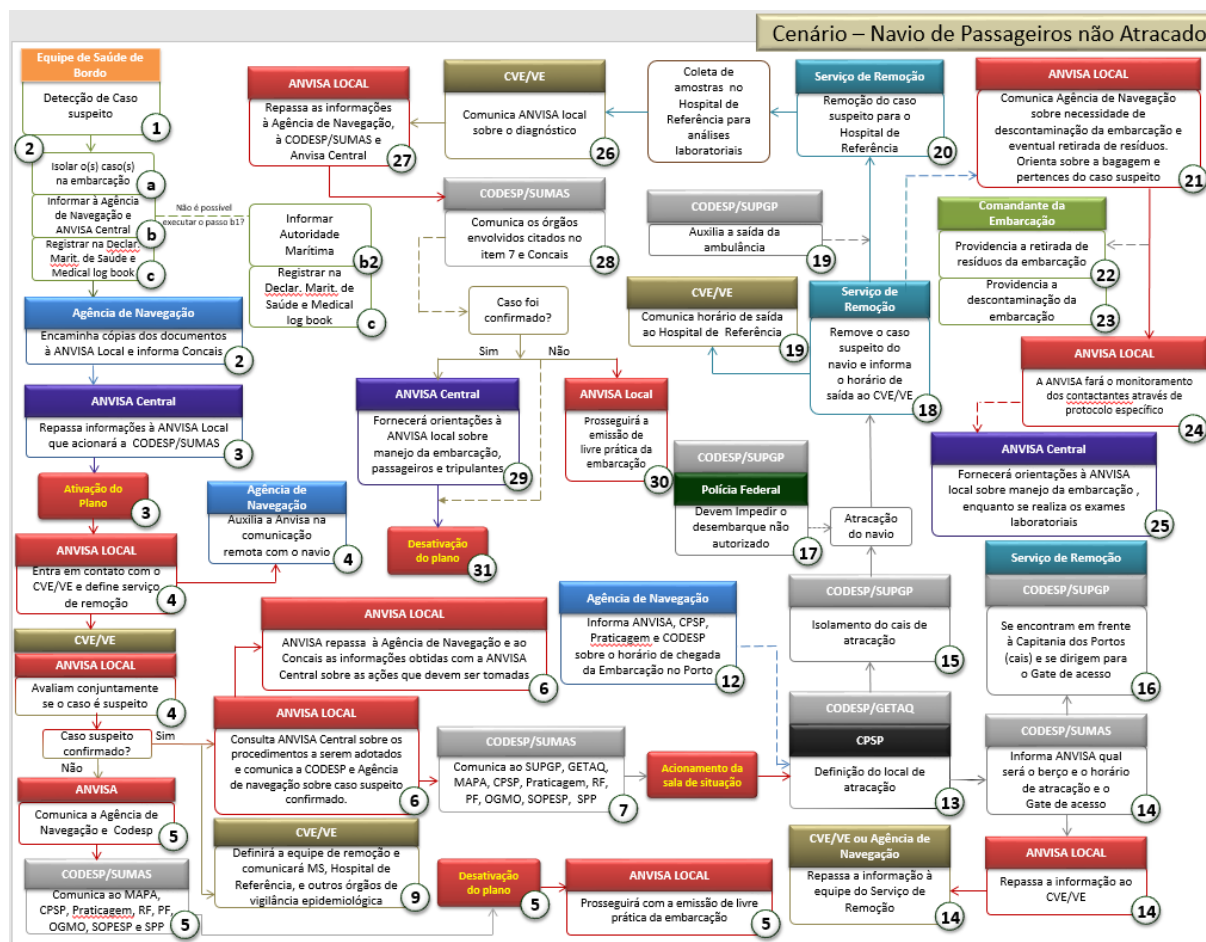


Figura 3: Fluxograma para atendimento de casos suspeito em navio de passageiros não atracado.

O documento foi encaminhado a todos os integrantes da lista de contatos em 28 de agosto de 2017 e foi solicitada a manifestação até dia 31 de outubro de 2017. Até o momento, apenas a Secretaria de Portos e a ANVISA encaminharam considerações, no entanto, a expectativa é que o plano seja concluído no primeiro semestre de 2018.

4.4.2. Monitoramento permanente de atividades realizadas nos terminais de graneis líquidos

Em caráter preventivo, técnicos da CODESP monitoram diariamente as atividades de manutenção realizadas nos terminais de graneis líquidos da Alamoia e Ilha Barnabé. Através do mecanismo de permissão de trabalho, são impedidas a realização de atividades incompatíveis entre si, como serviços de soldagem e operação com inflamáveis

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 45 de 115

por exemplo. Tal mecanismo é de extrema importância, uma vez que estes locais são operados por diversos operadores, cada qual com suas necessidades de manutenção em seus equipamentos, como válvulas, bombas e dutos presentes nos píeres e cais. Assim para todos os serviços de manutenção a ser realizados nestes locais deve ser solicitada pelo operador a CODESP uma permissão de trabalho. Após análise da atividade a ser executada e suas incompatibilidades com as atividades que já estão sendo realizadas cabe aos técnicos a sua liberação, caso a interação entre a atividade solicitada e as atividades já realizadas não ofereça riscos adicionais, ou o seu impedimento, caso ocorra o contrário.

4.4.3. Estudo de Análise de Risco / Plano de Atendimento a Emergências / Programa de gerenciamento de riscos.

Neste ano de 2017 a Gerencia de Segurança do Trabalho conclui a revisão do Termo de Referência para a contratação do Estudo de Análise de Riscos, a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos e consultoria na elaboração do Plano de Atendimento a Emergências. Conforme já explanado o Estudo de Análise de Riscos deverá proporcionar uma visão clara dos riscos de origem tecnológica existentes no Porto de Santos, de forma a propiciar a formulação de novas diretrizes de prevenção a sinistros, assim como também o planejamento das ações de atendimento a emergências.

4.4.4. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB

Neste ano a Gerencia de Segurança do Trabalho concluiu a elaboração do termo de referência para contratação de empresa para a elaboração dos projetos técnicos das medidas de proteção contra incêndios.

Da totalidade de edificações sob responsabilidade da CODESP, apenas três possuem o Auto, estando estes vencidos e pendente de renovação. Desde meados de 2015, a gerência de segurança do trabalho, tem se dedicado em um primeiro momento a realizar o levantamento de todas as edificações e áreas de risco existentes, passíveis de vistoria e emissão do auto e em um segundo momento elaborando termo de referência para a contratação de projetos técnicos das medidas de proteção contra incêndio. Assim foram levantadas mais de uma centena de edificações passíveis da emissão de AVCB ou CLCB. Após diversas revisões e modificações, foi concluída a elaboração do termo de referência e

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 46 de 115

aguardamos a licitação dos serviços. Este é apenas o primeiro passo para a obtenção da documentação, fase de maior complexidade deve suceder a elaboração dos projetos, a adequação das edificações não conformes aos projetos aprovados, processo no qual haverá necessidade de obras e novas licitações.

4.4.5. Cilindros contendo Gases Tóxicos e Inflamáveis

A Companhia solucionou neste ano de 2017, um importante passivo ambiental que gerava riscos de graves acidentes tecnológicos para o Porto e seus arredores. Tratava-se de 115 cilindros contendo Gases Tóxicos e Inflamáveis armazenados no Armazém 11 do Porto de Santos, abandonados no porto há aproximadamente 22 anos. Seu conteúdo eram os gases Fosfina, Silano, Diborano, Diazometano, Cloreto de Hidrogênio e Trifluoreto de Boro.

Após aproximadamente dois anos de estudos para a busca de solução, inexistente no mercado brasileiro, foi realizado o processo de destruição por queima controlada dos primeiros quatro gases citados e a neutralização dos últimos dois, proposto pela empresa Suatrans Emergência S.A.

A operação contou com um grande aparato logístico e de atendimento a emergência, uma vez que dado aos riscos oferecidos por estes gases e a oposição dos municípios da região para a realização do procedimento em seus territórios, o procedimento foi realizado em alto mar, distante em torno de 50 milhas da costa.

Toda a preparação e execução do procedimento contaram com o acompanhamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Capitania dos Portos de São Paulo - CPSP e transcorreu dentro do esperado, sem nenhuma intercorrência a ser relatada.

4.4.6. Inspeções de Áreas, Obras e Serviços

No âmbito de segurança do trabalho e controle de emergências, foram realizadas no ano de 2017, 68 inspeções nos mais variados temas relacionados à Segurança do Trabalho e ocorrências de derramamento de óleo e outros químicos perigosos. Tais como: verificação de não conformidades, princípios de incêndio, condição e atos inseguros etc.

Semanalmente são realizadas inspeções em obras contratadas pela CODESP para verificação dos aspectos de segurança do trabalho, atualmente o foco são

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 47 de 115

duas importantes obras, a recuperação e reforço estrutural do cais entre os armazéns 12A e 23 e a obra da Avenida Perimetral no trecho Canal 4 a Ponta da Praia.

4.4.7. Avaliação de Planos de Segurança de obras e serviços.

De acordo com a resolução Codesp DP 07/20014, todos os planos de segurança, tais como PPRA, PCMSO e PCMAT, de obras e serviços, tanto contratados pela CODESP como os contratados por arrendatários, são avaliados pelas Gerências de Segurança do Trabalho e pela Gerência de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional. Tais análises garantem o atendimento ao mínimo da legislação de saúde e segurança do trabalho por tais empresas e permite aos técnicos da Codesp, compararem informações de campo com o descrito nos planos. No ano de 2017, foram avaliados até novembro os planos de 278 obras e serviços realizados na área do Porto Organizado de Santos.

4.4.8. Sistema Porto sem Papel

A Gerência de Segurança do Trabalho - GESET é anuente para o Risco Operacional no sistema Porto sem Papel e no primeiro semestre de 2017, os setores envolvidos, enveredaram esforços em regulamentar o fornecimento de informações no sistema pelos agentes marítimos. Com a edição da resolução Codesp DIPRE 292.2016, ficaria a atracação dos navios condicionados a anuência de Risco Operacional, o que não ocorre hoje e extinguiria o fornecimento de informações sobre cargas perigosas em trânsito no formato impresso para a CODESP.

A importância de se deter informações sobre as cargas perigosas a serem operadas e/ou presentes nos navios, consiste no poder de planejar ou priorizar as ações em caso de ocorrência de algum sinistro envolvendo tal embarcação, principalmente em caso de incêndio a bordo. Garantir o resfriamento, ou efetuar a remoção de determinadas mercadorias perigosas é primordial para a proteção dos agentes que atuam na extinção do sinistro e para evitar o agravamento da situação. Além disso, experiências demonstram haver enormes dificuldades em obter tais informações no ato da ocorrência.

Após a publicação da resolução, surgiram diversos impedimentos em relação ao fornecimento das informações requeridas na resolução elaborada, na qual se buscou atender o preconizado na Norma Regulamentadora 29 do Ministério do Trabalho e Emprego. Estes impedimentos relacionam-se a limitações do próprio sistema, como por

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 48 de 115

exemplo, a limitação de tamanho para anexação de arquivos e dificuldades de fornecimento de informações pelos agentes marítimos. Em que pese o fornecimento das informações via sistema, ainda ocorre distorções e omissões, para as quais são esperadas soluções a partir das modificações efetuadas recentemente no sistema.

Assim espera-se para 2018 a retomada das tratativas de regulação do fornecimento de tais informações via sistema, extinguindo o fornecimento de tais informações via impressa. Para tanto, entendemos que também é necessária a uniformização de procedimentos em todos os portos brasileiros, uma vez que as principais queixas dos agentes marítimos são justamente a diferença de procedimento e informações requeridas entre os portos nacionais em relação a este assunto.

4.5. Controle Integrado de Vetores

4.5.1. Programa de Controle de Pombos

Uma parte importante do controle de Fauna Sinantrópica Nociva é atuar no bloqueio de acessos impedindo a entrada e manutenção de abrigos de pombos (*Columba livia*) em edificações portuárias. Para isso são necessárias medidas de infraestrutura e a adoção de procedimentos de manutenção regulares eficientes nos edifícios sob responsabilidade da CODESP.

Justifica-se o controle de pombos em razão dos riscos de saúde pública e econômica que os pombos podem proporcionar e da necessidade de atender exigências legais, em especial a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) Nº 72, de 29 de Dezembro de 2009, da ANVISA.

No caso específico do controle de pombos, apesar do abate ser possível pela legislação quando reunidas certas condições, a CODESP opta por aplicar medidas que impeçam o pouso, a permanência e a proliferação dessas aves. Para isso, a Companhia mantém contrato com a empresa Motor Serviços (Contrato DP 84.2015). O escopo deste contrato, com vigência de 24 meses, previu a instalação de medidas físicas (redes, fios tensores e reator eletromagnético) e químicas (gel repelente) para inviabilizar a presença destes animais em locais que mantenham contato com os trabalhadores da Codesp e demais usuários do Porto, conforme evidenciado nas **Figuras 4**.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 49 de 115

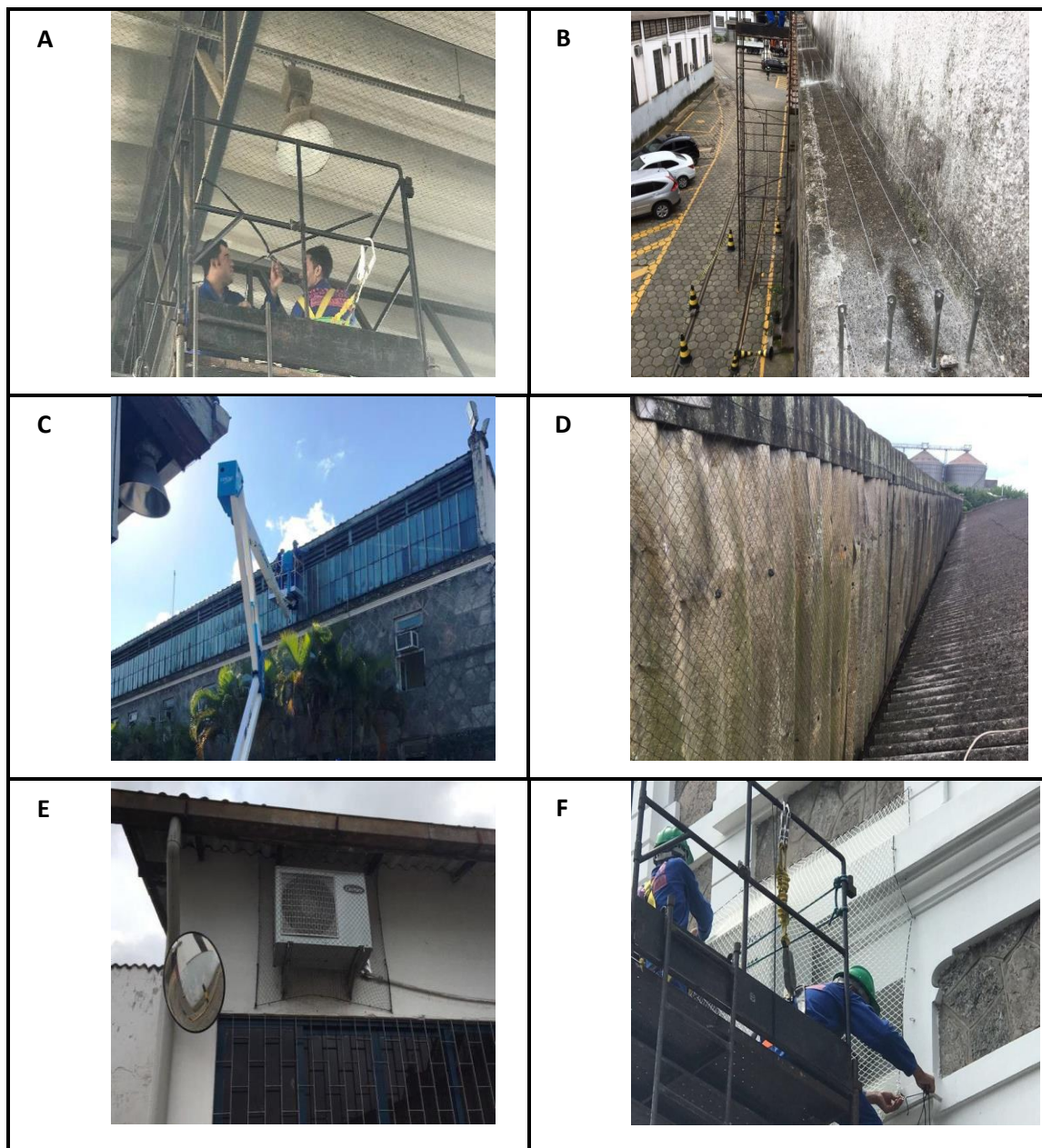


Figura 4: A) Instalação de rede e zíperes para manutenção de luminárias no Gate 20; B) Instalação de fio tensor no edifício do Arquivo Morto e Oficina de Manutenção de Ar Condicionados; C) Instalação de rede de proteção na lateral do prédio da oficina mecânica com utilização de caminhão plataforma; D) Rede instalada no vão do telhado do edifício do Arquivo Morto e Oficina de Manutenção de Ar Condicionados; E) Instalação de rede de proteção em aparelho de ar condicionado localizado no Centro de Treinamento; F) Instalação de rede de proteção em aparelho de ar condicionado localizado no Edifício da Presidência.

Estas medidas começaram a ser instaladas nos edifícios sob responsabilidade da CODESP a partir de abril de 2016, conforme **Tabela 6:**

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 50 de 115

Tabela 6. Cronograma de execução dos serviços de controle e monitoramento de pombos

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO - CONTROLE E MONITORAMENTO DE POMBOS NAS ÁREAS NÃO ARRENDADAS DO PORTO DE SANTOS						
Ordem	Imóvel	Status	% Realizado	Início	Término	Dias trabalhados
01	Gate 24	Concluído	100 %	06/04/2016	12/04/2016	5
02	Gate 25	Concluído	100 %	12/04/2016	28/04/2016	15
03	Estacionamento da Presidência	Concluído	100 %	26/04/2016	09/05/2016	10
04	Antigo relógio de ponto	Concluído	100 %	09/05/2016	12/05/2016	4
05	Gate 11	Concluído	100 %	13/05/2016	02/06/2016	16
06	Garagem de autos (GEPAS)	Concluído	100 %	02/06/2016	11/06/2016	8
07	Setor de Sinalização Gport	Concluído	100 %	13/06/2016	22/06/2016	8
08	Prédio da Presidência	Em instalação	75 %	23/06/2016		33
09	Edifício da DIROP	Concluído	100 %	27/06/2016	18/07/2016	16
10	Setor de Topografia e pintura	Concluído	100 %	10/08/2016	10/08/2016	1
11	Oficina de Carpintaria	Concluído	100 %	11/08/2016	08/03/2017	35
12	Galpão da Oficina de Serralheria e Oficina de Manutenção e Obras	Concluído	100 %	26/09/2016	02/07/2017	45
13	Gates 12	Concluído	100 %	17/10/2016	27/10/2016	9
14	Gate 7	Concluído	100 %	27/10/2016	17/11/2016	12
15	Casa de Força Desativada	Concluído	100 %	27/10/2016	07/11/2016	7
16	Gate 6	Concluído	100 %	18/11/2016	05/12/2016	12
17	Gate 14	Concluído	100 %	05/12/2016	14/12/2016	15
18	Gate 19 + casinha	Concluído	95 %	15/12/2016	06/01/2017	21
19	Gate 20	Concluído	100 %	09/01/2017	30/01/2017	15
20	Oficina Mecânica	Suspenso	65 %	09/03/2017		25
21	Gate 15	Em instalação	100 %	17/04/2017	09/08/2017	12
22	Galpão do Arquivo Morto + Refrigeração	Concluído	100 %	11/03/2017	02/07/2017	44
23	Telhado entre Oficina de Hidráulica e Oficina Mecânica	Em instalação	60 %	12/03/2017		3
24	Gate 21 + UFO 05	Concluído	100 %	27/07/2017	09/08/2017	9
25	Gate 22	Concluído	100 %	24/08/2017	20/09/2017	17
26	Gate 23	Em instalação	70 %	30/09/2017		3
27	Delegacia do Turista	Concluído	100 %	18/10/2017	21/11/2017	3
28	Museu do Porto + Prédio Administrativo	Em instalação	60 %	21/09/2017		15

Alguns locais ainda não foram concluídos, visto que são necessárias manutenções em telhados e outras estruturas prediais, disponibilização de caminhão plataforma pelo setor competente, oportunidade para realização de interdição de áreas muito acessadas, ou seja, aspectos que não dependem apenas da contratada. No entanto, nestes locais as medidas possíveis já foram instaladas, e estão aguardando apenas a finalização.

Para a execução dos serviços, do mês de abril de 2016 a outubro de 2017, foram utilizados os seguintes recursos materiais:

Material	Quantidade Utilizada
Fio tensor	8019,00 m
Gel repelente	38,70 kg
Rede de proteção	19159,48 m²
Tinta repelente	48,15 kg
Reator Eletromagnético	1,00 und

Além disso, é importante ressaltar, que no início dos trabalhos, um biólogo especialista em controle de aves fez um censo abrangendo todas as edificações onde estão previstas medidas. Mensalmente a Contratada repete a verificação nos prédios onde já foram implantadas as medidas para verificar a eficácia das mesmas e, caso seja notado algum novo ponto de presença de pombos, são tomadas as devidas providências para solucionar o problema.

O contrato DP/84.2015 será encerrado em 14 de dezembro de 2017. Em 2017 foi elaborado pela equipe técnica um novo termo de referência para contratação de empresa para dar continuidade aos serviços de instalação e manutenção de medidas contra pombos nos edifícios sob responsabilidade da Companhia, visto que os resultados obtidos através da execução do primeiro contrato foram extremamente eficientes e benéficos (**Figura 5**). Os locais abrangidos pelo contrato serão indicados pela CODESP ao longo da execução dos trabalhos, visto que a população de pombos é dinâmica e deve ser avaliada em cada etapa executada. O novo termo de referência prevê a execução das seguintes atividades:

- Limpeza prévia dos locais que receberão as medidas de controle;
- Localização e retirada de ninhos, ovos, carcaças e aves doentes e filhotes;
- Instalação de barreiras físicas (fios tensores e telas de proteção), químicas (gel repelente) e eletromagnéticas (DIROP e Presidência);
- Treinamentos e palestras – A cada 6 (seis) meses, com 3 horas por encontro.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 52 de 115

Após a aprovação do termo de referência e a execução do processo licitatório, o contrato deverá ter duração de 24 meses e a empresa contratada irá elaborar plano de trabalho e relatórios mensais para o devido acompanhamento das atividades realizadas.

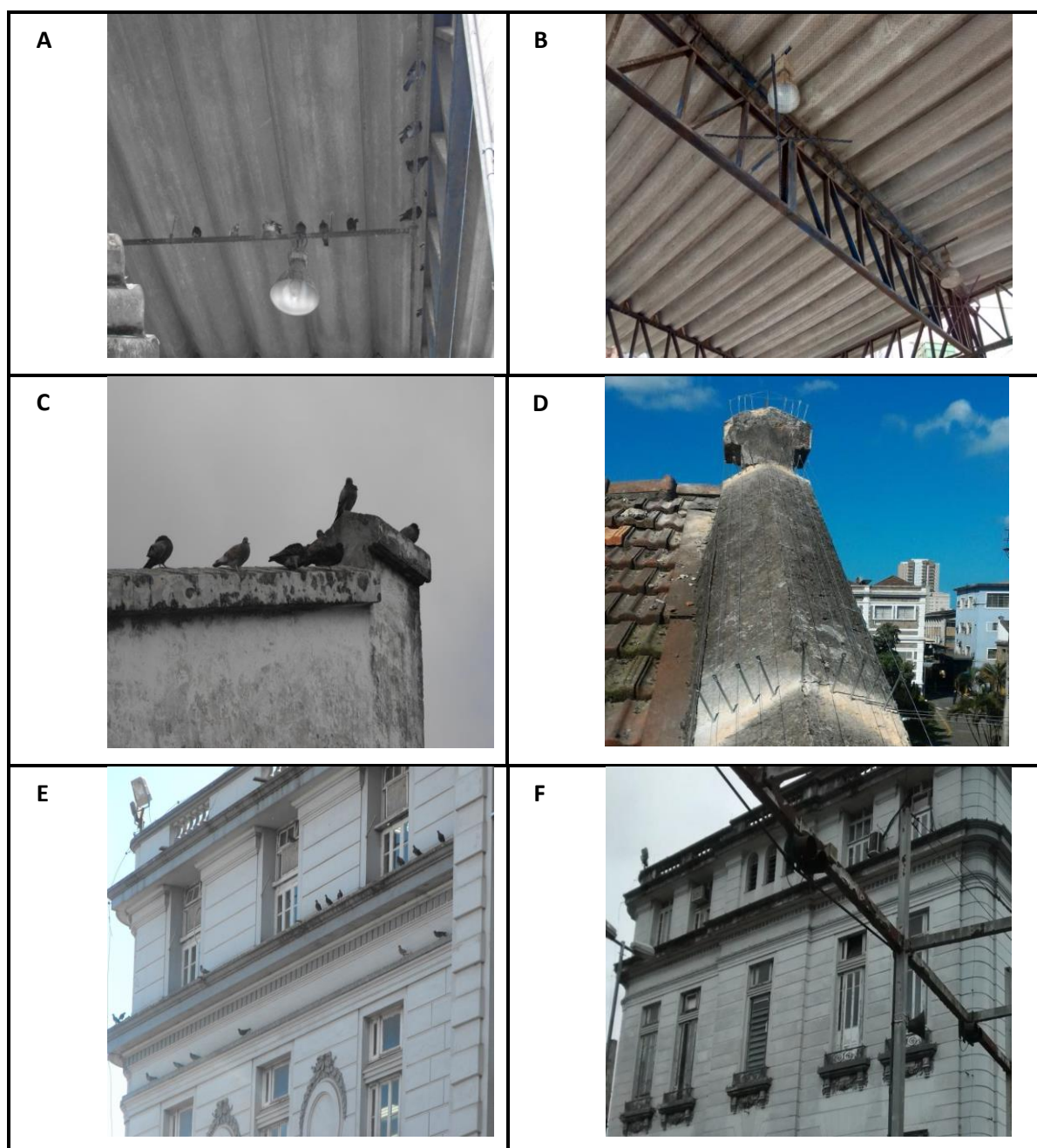


Figura 5: A) Antes – Gate 12, B) Depois – Gate 12, C) Antes – Carpintaria, D) Depois – Carpintaria, E) Antes – DIROP, F) Depois – DIROP

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 53 de 115

4.5.2. Programa de Controle de Roedores

Anteriormente ao contrato DIPRE 61.2017 o tratamento químico para controle de roedores vinha sendo realizado pontualmente em locais com histórico recente de infestação, através da aplicação de iscas raticidas à base de Brodifacoum/Bromadiolol a 0,005% dispostas em porta iscas instalados em pontos estratégicos ao longo do perímetro dos edifícios e monitoradas mensalmente. A **Tabela 7** apresenta os procedimentos realizados no 1º Semestre de 2017:

Tabela 7 – Procedimentos de desratização realizados em 2017 até o mês de junho.

Data	Local	Procedimento	Praga Alvo
4/2/2017	Casa de Pedra	Desratização	Roedor
4/2/2017	Oficina Elétrica	Desratização	Roedor
4/2/2017	Galpão Terwan	Desratização	Roedor
4/2/2017	CCOS Gport	Desratização	Roedor
11/2/2017	Oficina Alemoa	Desratização	Roedor
11/2/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desratização	Roedor
18/2/2017	DIROP	Desratização	Roedor
2/3/2017	CCOS Gport	Desratização	Roedor
2/3/2017	Casa de Pedra	Desratização	Roedor
2/3/2017	Galpão Terwan	Desratização	Roedor
3/3/2017	Oficina Elétrica	Desratização	Roedor
3/3/2017	Oficina Alemoa	Desratização	Roedor
18/3/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desratização	Roedor
25/3/2017	DIROP	Desratização	Roedor
3/4/2017	CCOS Gport	Desratização	Roedor

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 54 de 115

3/4/2017	Casa de Pedra	Desratização	Roedor
3/4/2017	Galpão Terwan	Desratização	Roedor
3/4/2017	Oficina Elétrica	Desratização	Roedor
7/4/2017	Oficina Alemoa	Desratização	Roedor
17/4/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desratização	Roedor
22/4/2017	DIROP	Desratização	Roedor
2/5/2017	CCOS Gport	Desratização	Roedor
2/5/2017	Casa de Pedra	Desratização	Roedor
2/5/2017	Galpão Terwan	Desratização	Roedor
2/5/2017	Oficina Elétrica	Desratização	Roedor
20/5/2017	DIROP	Desratização	Roedor
26/5/2017	Oficina Alemoa	Desratização	Roedor
3/6/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desratização	Roedor

Com a efetivação do contrato DIPRE 61.2017 em julho, o programa de controle de roedores apresentou um salto qualitativo e quantitativo. Foram instaladas um total de 875 túneis porta iscas, contendo iscas em formas de pellets e/ou blocos parafinados no perímetro de todos os imóveis da Codesp na área portuária. Além disso, a contratada dispõe de outras alternativas auxiliares no controle como o uso de Túnel com Placa de Cola para ambientes internos, sachês com raticidade e o pó de contato para roedores, utilizado em locais com fiações e em tocas.

Todos os porta-iscas são numerados e mapeados (**Figura 6**). As iscas são verificadas periodicamente para que estejam sempre frescas e disponíveis às colônias de roedores. Com base no consumo dos diferentes locais por onde as iscas estão distribuídas, é possível mapear as colônias de roedores, e combatê-las com a intensidade necessária para cada situação, agindo com segurança e respeito ao meio ambiente. Destacamos

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 55 de 115

também que todos os rodenticidas utilizados são anticoagulantes devidamente registrados no Ministério da Saúde e próprios para uso em área urbana.

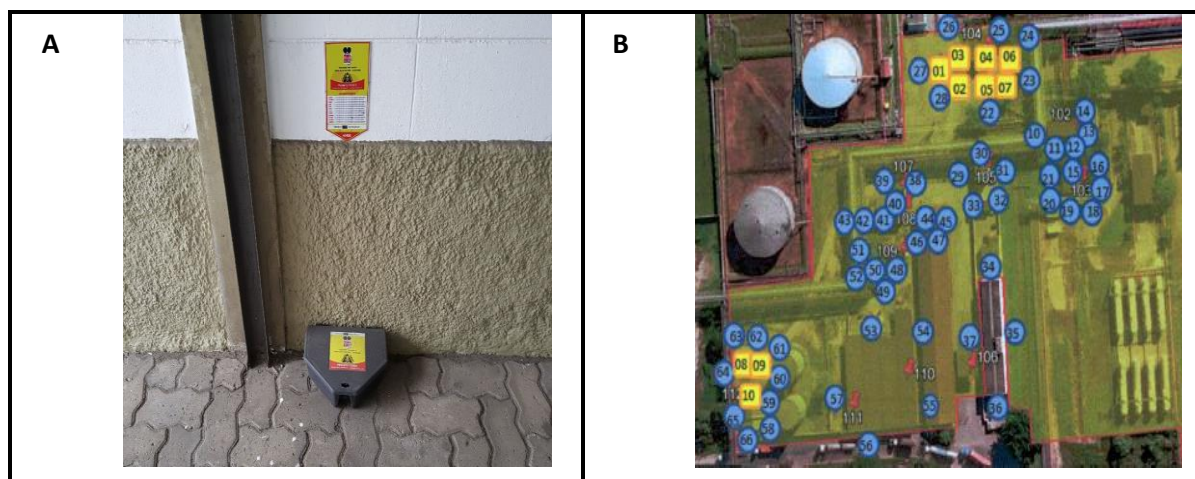


Figura 6: A) Porta isca instalado na GESET, devidamente identificado e numerado, B) Exemplo de mapa de localização dos porta-iscas no Terminal da Alemoa.

4.5.3. Programa de Controle de Culicídeos

Antes do contrato DIPRE 61.2017 o controle do *Aedes aegypti* nas áreas públicas do porto era realizado integralmente por funcionários da Companhia. A metodologia consiste no bloqueio de focos, procurando sempre que possível esgotar mecanicamente a água pluvial acumulada e, dessa forma, evitar o desenvolvimento de larvas. Após a detecção de possíveis focos a equipe solicita aos setores competentes da companhia a promoção de ações preventivas como: remoção temporária de pneus e inservíveis; manejo de peças metálicas em posições que impeçam futuros acúmulos de água; regularização ou desobstrução de calhas pluviais ou redes de drenagem; regularização do pavimento em locais propícios a formação de poças; entre outras atividades.

Em situações onde não é possível eliminar o foco imediato ou permanentemente, a água é tratada com a aplicação de larvicida (**Figura 7**), que impede o desenvolvimento e metamorfose da larva para o inseto adulto. O larvicida utilizado na CODESP (Sumilarv) é fornecido gratuitamente pela Superintendência de Controle de Endemias do Estado de São Paulo (Sucen) que também promove a capacitação técnica necessária para aplicação do produto.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 56 de 115

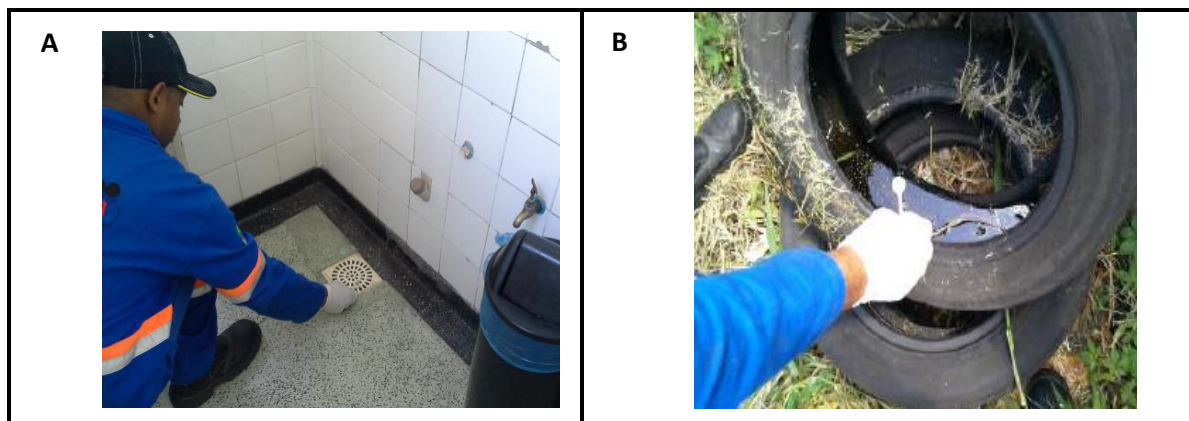


Figura 7: A) Ações de Combate ao Aedes, ralos são verificados periodicamente, B) Pneus encontrados são tratados com larvicida ou tem sua água esgotada e posteriormente são destinados como resíduo.

Os resultados eram monitorados através de 24 armadilhas dispostas ao longo da margem direita do Porto de Santos.

O Contrato DIPRE 61.2017 não implicou em alterações significativas na metodologia descrita acima, mas proporcionou diversas melhorias dentre as quais destacamos:

- Aumento significativo da mão de obra de campo disponível - A contratada dispõe de 8 agentes de campo para atuar exclusivamente no combate de culicídeos, possibilitando a inspeção de todas as áreas de responsabilidade da CODESP em um prazo máximo de 15 dias.
- Fornecimento de inseticidas devidamente registrados e todo aparato de segurança e equipamentos necessários para a aplicação do produto (incluindo mão de obra especializada) – A CODESP não fazia uso de inseticidas para o controle de mosquitos adultos, visto que o emprego dessas substâncias requer capacitação que a CODESP não possui em seus quadros, além disso o emprego dessas substâncias é restrito para órgãos de saúde e empresas especializadas devidamente licenciadas. Assim, a contratação proporcionou mais uma alternativa importante para o controle do mosquito na fase adulta, possibilitando que a companhia aja em diferentes frentes para manter a população de culicídeos sob controle.
- Disponibilização e operação de caminhão Munk equipado com cesto aéreo duplo – Este veículo possibilita a verificação e tratamento mais

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 57 de 115

eficientes de criadouros situados em locais elevados como calhas, coberturas e lajes.

- Aumento do número de armadilhas de monitoramento – Foram instaladas novas armadilhas de monitoramento, elevando a quantidade disponível ao longo do porto de 24 para 50, possibilitando a cobertura de toda a área portuária, incluindo áreas na Margem Esquerda e Ilha do Barnabé que antes não contavam com o sistema.

O resultado das armadilhas de monitoramento norteiam as ações de controle da equipe e permitem identificar pontos estratégicos e locais críticos que necessitam de intervenção prioritária. Esses dados são atualizados semanalmente no mapa do MI Dengue®, como mostra a figura abaixo:

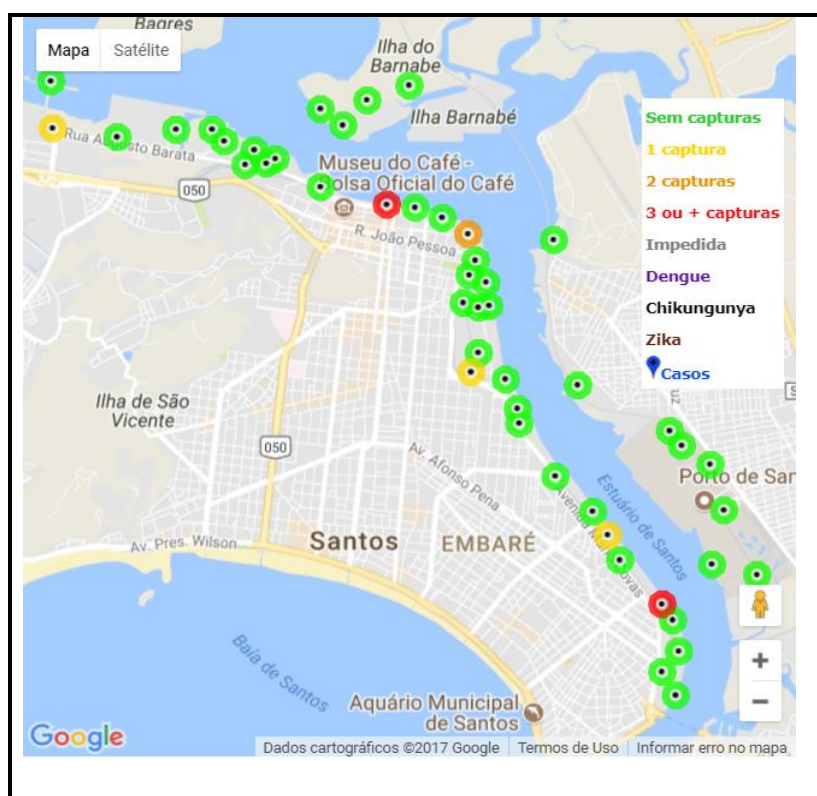


Figura 8 – Capturas de Fêmeas de *Aedes aegypti* observadas nas armadilhas instaladas no Porto de Santos.

Cada círculo na figura acima indica o raio de ação de uma armadilha, a cor verde indica que não foram registradas capturas de fêmeas de *Aedes aegypti* naquela

armadilha na semana, amarela indica uma fêmea capturada, laranja, duas, e vermelha, três ou mais.

A partir dos dados das armadilhas é gerado o Índice Médio de Fêmeas Aladas (IMFA). O IMFA é o principal índice utilizado para a avaliação global da infestação de mosquitos no porto, metodologia também adotada no Município de Santos. Este índice é dado pela razão entre o número de fêmeas de *Aedes aegypti* capturadas e o número total de armadilhas instaladas. O nível de infestação é considerado satisfatório para valores de IMFA inferiores a 0,15, valores entre 0,15 e 0,30 indicam risco moderado, valores entre 0,30 e 0,60 representam a faixa de alerta e valores superiores a 0,60 indicam estado crítico.

Em 2017 o IMFA médio registrado até a data de elaboração deste relatório era de 0,21, que representa risco moderado e está dentro das metas estabelecidas pela companhia junto aos órgãos ambientais. Além disso, salvo algumas poucas exceções, ele tem permanecido abaixo da média histórica registrada como ilustra o gráfico abaixo (**Figura 9**):

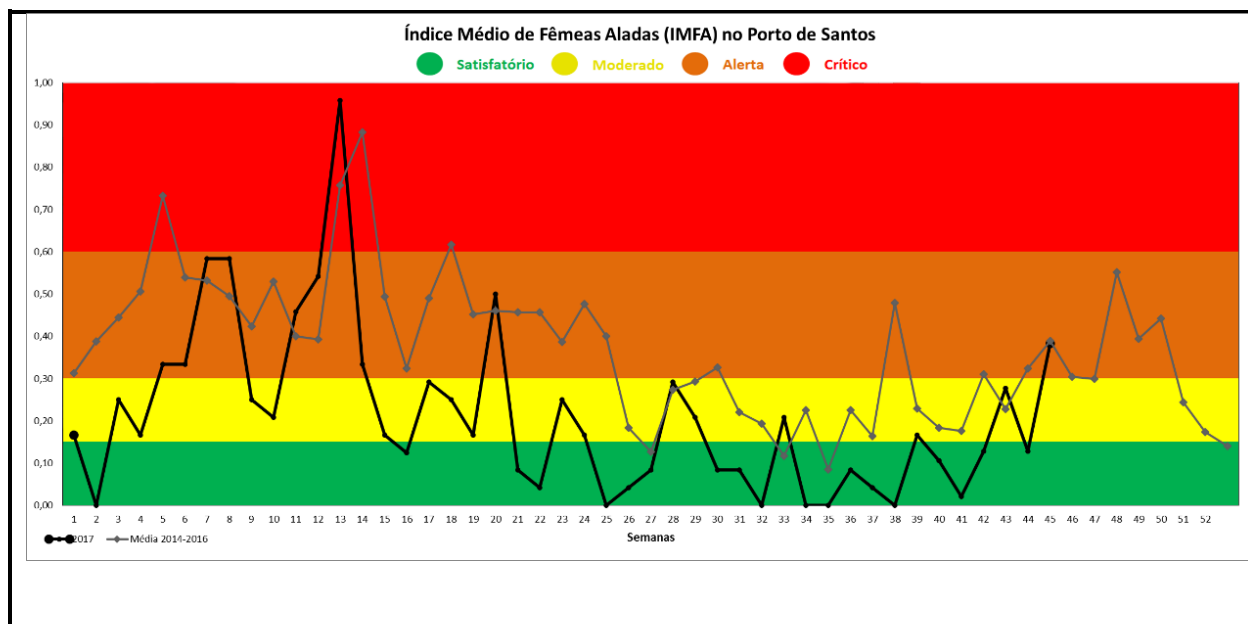


Figura 9 – Evolução de IMFA semanal observado em 2017 (linha preta), em relação à média histórica para o período (linha cinza).

4.5.4. Programa de Controle e Vigilância de Outros Vetores e animais peçonhentos

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 59 de 115

De forma análoga ao controle de roedores, até junho de 2017 o controle de insetos também era realizado pontualmente nas edificações com histórico de infestação. A tabela abaixo sintetiza os procedimentos de dedetização realizados no período:

Tabela 8 – Procedimentos de desratização realizados em 2017 até o mês de junho.

Data	Local	Procedimento	Praga Alvo
11/2/2017	Oficina Alemoa	Desinsetização	Pulgas
11/2/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desinsetização	Insetos rasteiros
18/2/2017	DIRAD	Desinsetização	Insetos rasteiros
18/2/2017	DIROP	Desinsetização	Insetos rasteiros
3/3/2017	Oficina Alemoa	Desinsetização	Pulgas
18/3/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desinsetização	Insetos rasteiros
25/3/2017	DIROP	Desinsetização	Insetos rasteiros
7/4/2017	Oficina Alemoa	Desinsetização	Pulgas
22/4/2017	DIROP	Desinsetização	Insetos rasteiros
20/5/2017	DIROP	Desinsetização	Insetos rasteiros
26/5/2017	Oficina Alemoa	Desinsetização	Pulgas
3/6/2017	UFO 2 e prédios anexos	Desinsetização	Insetos rasteiros

Com o contrato DIPRE 61/2017 todos os imóveis da CODESP passaram a ser dedetizados com periodicidade mínima trimestral. A dedetização é eficaz contra diversos insetos como, baratas, formigas e moscas que podem agir como vetores mecânicos de diversas doenças. O tratamento é realizado através da micropulverização de inseticidas de ação choque ou residual e ocorre geralmente aos sábados para minimizar transtornos aos nossos colaboradores.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 60 de 115



Figura 10: A) Ação de desinsetização realizada na Unidade de fiscalização II, B) Ação de desinsetização realizada no Centro de Treinamento da CODESP.

No Porto de Santos também há ocorrências pontuais do caramujo africano (*Achatina fulica*). Trata-se de um molusco exótico que pode transmitir doenças, além disso, por não possuir predadores locais, causa impactos para a biodiversidade. Para realizar o controle e para não atingir outras espécies nativas, priorizamos o processo de catação manual e destruição mecânica de ovos e carcaças. Os resíduos são destinados para uma unidade básica de saúde do Município de Santos e tratados por incineração.

Animais peçonhentos, como aranhas, escorpiões, lagartas e lacraias urticantes, são avistados com menos frequência na área portuária e registros de acidentes são raros. Em geral os cuidados para evitar esses animais são de características gerais, como o manejo e armazenamento adequado de resíduos sólidos, processos frequentes de capinação, poda de árvores e ações de desinsetização quando necessário. O tratamento químico para Aracnídeos é muito similar ao utilizado para insetos rasteiros, porém para alguns aracnídeos a formulação da calda precisa ser mais concentrada.

Em relação ao controle de abelhas, destacamos que esses animais possuem elevado valor ambiental e econômico, atuando na polinização e na produção de mel e derivados. Sua ocorrência é comum na área portuária, atraídas principalmente em função da intensa movimentação de açúcar. Porém, a presença desses insetos, sobretudo quando em grandes enxames, representa riscos à integridade física e saúde dos trabalhadores e demais usuários do porto, prejudicando o andamento dos trabalhos.

O extermínio de abelhas pode ser enquadrado como crime ambiental, previsto na lei 9.605/1998 dos crimes contra o meio ambiente. A autorização para este tipo

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 61 de 115

de procedimento só pode ser concedida depois de esgotadas todas as tentativas de manejo ou controle. Assim, sempre que necessário, são contratados serviços de um apicultor especializado que realiza a retirada e transporte de enxames para um local seguro, em conformidade com a legislação vigente. Após a retirada, são executados serviços de alvenaria dos acessos e aplicações químicas para inviabilizar a recorrência de colmeias no local.

No ano de 2017 foram realizados 19 atendimentos pelo apicultor (**Figura 11**).



Figura 11: A) Colmeias identificada nas proximidades do Gate 20.B) Apicultor realizando a retirada de colmeia.

4.5.5. Programa de Controle de Animais Domésticos

A presença de animais domésticos na área portuária também traz riscos aos trabalhadores devido à transmissão de doenças e possíveis agravos físicos. Somado a isso, os animais podem interferir negativamente nas operações portuárias e estão sujeitos a riscos como atropelamentos e afogamentos. As atividades deste programa são

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 62 de 115

desenvolvidas continuamente, desta forma, a necessidade de intensificar determinadas ações variam de acordo com o perfil da população de animais presentes na faixa portuária.

Atualmente, a população de cães é estável e, graças às castrações, os nascimentos estão reduzidos a praticamente zero. Esta população consiste basicamente de animais idosos, que viveram a maior parte da sua vida no ambiente portuário. Esses animais recebem cuidados sanitários para evitar a transmissão de doenças e ectoparasitas aos trabalhadores portuários e, principalmente, para a manutenção do seu bem-estar.

A população de felinos, contudo, é muito maior e mais difícil de controlar e recensear, dada as características da espécie. Muitos felinos são irascíveis e não são passíveis de adoção, portanto, para esta espécie é realizada a metodologia CED (captura, esterilização e devolução), acrescida dos cuidados sanitários, que são realizados antes da soltura. Em alguns casos, o felino solto dificilmente é visto novamente, por causa do seu comportamento aguerrido.

Em novembro de 2017, contabilizamos a castração de dezoito animais (dezesesseis felinos e dois caninos), a averiguação de vinte ocorrências de presença de animais errantes na faixa portuária (**Figura 12**), realização de cinquenta e quatro ações de controle de pulgas e carrapatos, trinta e seis vermifugações e a doação de dezoito animais (um cão e dezessete gatos) (**Figura 13**). Ainda, foram realizados quarenta e oito encaminhamentos de animais para atendimento clínico ou de reabilitação, realizados pelo órgão municipal de bem-estar animal (CODEVIDA) ou na Organização Não Governamental Defesa da Vida Animal (**Figura 14**). A equipe também realizou mil cento e dezenove procedimentos que envolviam manejo de animais enfermos, acidentados ou em reabilitação, cuidados de pós-operatório, administração de medicamentos e curativos (**Figura 15 e 16**).

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 63 de 115

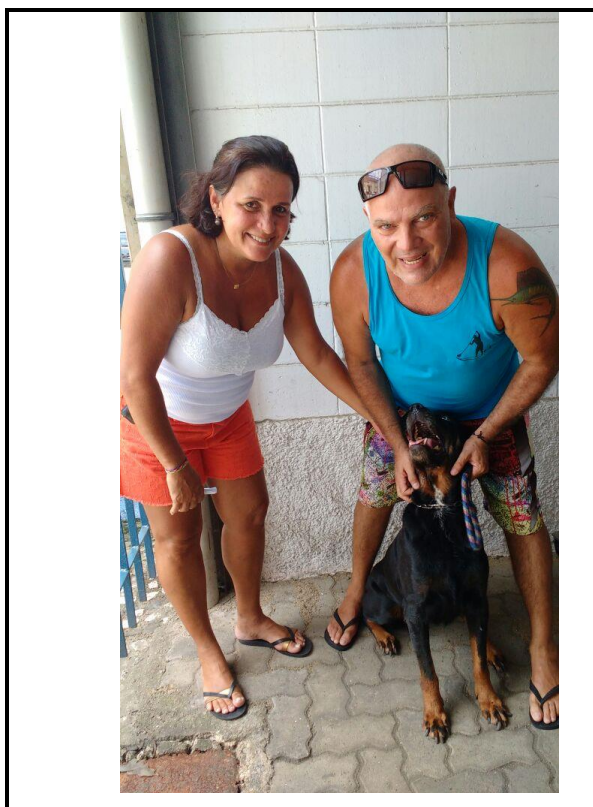


Figura 12: Ocorrência com animal perdido na faixa portuária, tutores encontrados.



Figura 13: Doação de dois felinos nascidos na faixa portuária

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA	Página 64 de 115
	Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	



Figura 14: Animal idoso, portador de neoplasia em baço e fígado, atendido pelos Médicos Veterinários da ONG Defesa da Vida Animal.



Figura 15: Animal recebendo tratamento prescrito por Médico Veterinário da ONG Defesa da Vida Animal

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 65 de 115

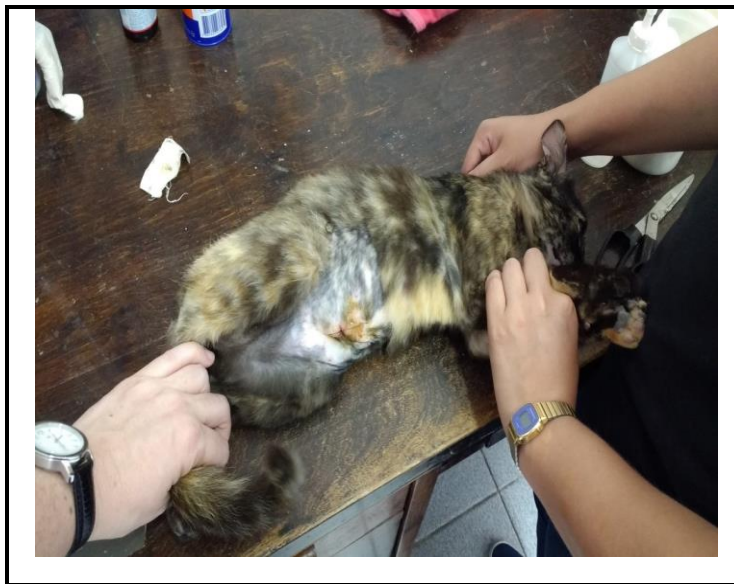


Figura 16: Felino fêmea recebendo curativo em ferida de castração.

O Programa aguarda a adequação de uma sala denominada “ambulatório veterinário”. Uma parte deste ambiente será transformada em gatil, permitindo melhor segregação dos animais mantidos temporariamente no setor, melhorando as condições sanitárias e facilitando a higiene do local. O restante do espaço será uma sala multifuncional que permitirá a realização pequenos procedimentos veterinários, análise larvária por microscopia e armazenagem dos equipamentos utilizados nos programas de Vigilância Sanitária.

Por este motivo, reduzimos a frequência de captura de animais domésticos neste terço final de 2017. Após a reforma, as atividades de captura e castração de felinos domésticos serão intensificadas. As atividades de monitoramento de novos animais na faixa portuária e de conscientização da população portuária com relação à permanência de animais domésticos na faixa portuária continuam ocorrendo, independentemente da reforma.

No momento, o maior desafio do programa está na educação da população frequentadora da faixa portuária que insiste em alimentar, abrigar, abandonar ou manter animais na faixa portuária sob o pretexto de remoção do animal de situação de risco da área municipal ou manutenção para companhia no ambiente de trabalho. Hoje a CODESP já atua para coibir este tipo de atividade, mas ainda há um longo caminho a percorrer na educação ambiental.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 66 de 115

4.5.6. Ações de Fiscalização

A equipe técnica da Área de Vigilância Sanitária da Codesp realiza inspeções periódicas visando detectar condições favoráveis à proliferação da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN) existentes nas áreas públicas e arrendadas do Porto Organizado de Santos.

Em 2017, até o momento da elaboração deste documento, foram realizadas 170 inspeções nas áreas públicas e em obras sob-responsabilidade da Codesp, com mão de obra própria, conforme exemplificado na **Figura 17**. Todas as inspeções geram relatórios técnicos que tramitam internamente entre diversos setores da empresa, que buscam solucionar os problemas constatados de forma célere e conjugados.



Figura 17: A) Tambores preenchidos com areia em canteiro de obras da CODESP, após constatação da irregularidade pelos técnicos da gerência, B) Utilização de larvicida de forma preventiva em dispositivo de drenagem, C) Inspeção realizada conjuntamente com a equipe da Prefeitura de Santos no Centro de Treinamento e Áreas Administrativas da Codesp, D) Mutirão realizado em parceria com a Prefeitura de Santos na região de Outeirinhos.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 67 de 115

Além de atuar diretamente nas áreas públicas, a CODESP também colabora com os terminais arrendatários prestando apoio técnico, compartilhando boas práticas e, na qualidade de administrador portuário, atuando na fiscalização de forma a garantir que as exigências estabelecidas na legislação e nos contratos de arrendamento sejam cumpridas. Essa fiscalização é conduzida de acordo com Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos (**Anexo 4**), que estabelece os procedimentos para realização de inspeções presenciais de técnicos e especialistas portuários da Companhia.

As ações de fiscalização têm foco prioritariamente preventivo e buscam identificar eventuais condições propícias para a manutenção da fauna sinantrópica nociva (condições de acesso ao interior de armazéns ou silos devido a falhas estruturais, excesso de grãos desperdiçados nas operações portuárias, etc.) e quando aplicável exigir as devidas medidas mitigadoras e corretivas. Os terminais são incentivados a buscar processos mais eficientes de forma a reduzir o desperdício e/ou aperfeiçoar os seus procedimentos de limpeza.

Todas as irregularidades constatadas durante a inspeção e os respectivos prazos para resolução do problema são registrados em um Relatório de Inspeção emitido pelo técnico em campo. Após o vencimento do prazo, uma nova inspeção é realizada no local e, caso as irregularidades não tenham sido sanadas, um Relatório de Ocorrência Portuária (ROP) é elaborado e encaminhado à ANTAQ para abertura de processo infracional. Até novembro de 2017, 8 ROP's foram elaborados pela equipe de Vigilância Sanitária, visto que todas as outras não conformidades foram solucionadas pelos terminais.

Em 2017, até a data de elaboração deste documento, a equipe técnica da GESET já havia realizado 50 ações de fiscalização com foco em vetores e pragas urbanas, nas áreas arrendadas do Porto de Santos.

Cabe destacar também que no dia 22 de setembro de 2016 foi publicada a Resolução Codesp DIPRE Nº 237.2016 que estabeleceu a obrigatoriedade da implantação do programa integrado de controle e monitoramento da Fauna Sinantrópica Nociva em todas as arrendatárias, consignatárias e locatárias do Porto Organizado de Santos. As empresas devem enviar relatórios mensais à Administração Portuária, evidenciando as ações de controle de pragas realizadas em suas respectivas áreas.

É importante ressaltar que, dada a importância epidemiológica das doenças ligadas ao *Aedes aegypti* na região da Baixada Santista, as empresas já são obrigadas

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 68 de 115

desde 2014 a formalizarem plano anual de intensificação de ações de combate ao vetor e a submeterem relatórios mensais para autoridade portuária conforme estabelecido na Resolução Codesp DP Nº 09.2014.

A Codesp mantém controle dos relatórios exigidos nas Resoluções DP Nº 09.2014 e DIPRE 237.2016 e trimestralmente encaminha esses documentos ao posto Portuário da ANVISA Local, em consonância com o Art. 105 da RDC ANVISA 72/2009. As Resoluções Codesp Nº 09.2014 e Nº 237.2016 foram anexadas ao documento para consulta.

4.5.7. Medidas de Infraestrutura

Uma parte importante do controle de Fauna Sinantrópica Nociva é atuar no bloqueio de acessos impedindo que animais sinantrópicos adentrem e mantenham abrigos em edificações portuárias. Para isso são necessárias medidas de infraestrutura e a adoção de procedimentos de manutenção regulares eficientes em janelas e portas danificadas por exemplo.

Em relação aos serviços de manutenção para evitar condições de acesso para a fauna sinantrópica nociva em geral, como o reparo de janelas, troca de vidros e reparos em telhados, quando constatada a necessidade de tais serviços, a GESET notifica a Gerência de Manutenção Portuária e Predial (GEMAP) que analisa o problema e executa as medidas corretivas necessárias. Em 2017, até a data de elaboração deste relatório, haviam sido realizados 105 serviços de manutenção relacionados conforme **Tabela 9**. Cabe destacar que as ocorrências não precisam ser necessariamente notificadas pela GESET, qualquer funcionário da companhia pode reportar o problema, além disso, a própria GEMAP realiza programas de manutenção regulares independentes de notificação prévia.

Tabela 9 – Serviços de manutenção em edificações realizados em 2017.

Nº	Descrição do Serviço	Data de emissão
0004/2017	Conserto de vazamento no telhado.	03/01/2017
0006/2017	Reparo no telhado e cumeeira	03/01/2017
0041/2017	Reparo no telhado.	16/01/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 69 de 115

0042/2017	Troca de vidro.	16/01/2017
0045/2017	Reparo em tela da 4º Subsede.	16/01/2017
0067/2017	Revisão e reparos em calhas na Casa de Pedra	19/01/2017
0073/2017	Confecção de quinze tampas de ralo em ferro.	19/01/2017
0101/2017	Troca de vidro da janela - armazém 11	30/01/2017
0102/2017	Troca de vidro da janela da porta de entrada - armazém XXXIX	30/01/2017
0103/2017	Troca de vidros de duas janelas.	30/01/2017
0109/2017	Reparo no telhado - apresenta vazamentos no ambiente interno.	30/01/2017
0125/2017	Substituição de vidros no telhado da Serralheria.	01/02/2017
0137/2017	Conserto de vidro de janela que está solto. - GATE 11	03/02/2017
0138/2017	Conserto de telhado - GATE 25	03/02/2017
0141/2017	Conserto de vidro de janela. - GATE 08	03/02/2017
0150/2017	Substituição de tampa de concreto.	08/02/2017
0169/2017	Confecção e instalação de tela mosquiteiro em janela de banheiro -Casa 9.	08/02/2017
0186/2017	Instalação de calha no telhado da sala da gerência.	10/02/2017
0227/2017	Troca de vidro	17/02/2017
0231/2017	Descupinização de móvel	20/02/2017
0257/2017	Troca de vidro quebrado - Gate 19	22/02/2017
0272/2017	Troca de vidro quebrado - GATE 19	24/02/2017
0274/2017	Reparo e manutenção de calha - COS 2	24/02/2017
0276/2017	Reparo no telhado da oficina de Carpintaria	24/02/2017
0279/2017	Reparo ou substituição de telas enferrujadas com buracos	03/03/2017
0301/2017	Troca de vidro quebrado - GATE 4	08/03/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 70 de 115

0318/2017	Conserto de condutor de calha - Prédio SUPGP	13/03/2017
0322/2017	Reparo no telhado devido a chuva	14/03/2017
0342/2017	Revisão geral no telhado.	17/03/2017
0343/2017	Reparo no telhado da guarita do 33 - Infiltração	20/03/2017
0359/2017	Desobstrução de calha	24/03/2017
0360/2017	Reparo do telhado	24/03/2017
0361/2017	Desobstrução de calha ou troca de telha por conta de vazamento de água pela parede	24/03/2017
0370/2017	Colocação de calhas na lateral e posterior - COS 1 - Sinalização	24/03/2017
0382/2017	Troca de vidro quebrado - GATE 2	24/03/2017
0414/2017	Reparos nos rufos e nivelamento de calhas do Museu do Porto	28/03/2017
0435/2017	Remoção dos vidros quebrados no telhado da oficina mecânica, e substituição dos vidros quebrados	31/03/2017
0439/2017	Revisão geral no telhado da oficina mecânica, em cima das salas da antiga GERAR	31/03/2017
0447/2017	Instalação de calha no telhado da sala da logística - COS 2	31/03/2017
0457/2017	Substituição de vidro	05/04/2017
0458/2017	Confecção de uma tampa para caixa de drenagem	05/04/2017
0460/2017	Tratamento contra cupins e revisão geral	05/04/2017
0471/2017	Substituição das calhas do telhado, oficina mecânica, no corredor das salas da GEUTI	06/04/2017
0475/2017	Descupinização de armário no banheiro	06/04/2017
0483/2017	Conserto de telhado nas catracas do GATE 14	10/04/2017
0484/2017	Reparo no telhado	10/04/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 71 de 115

0495/2017	Reparo de vazamento no telhado do escritório	13/04/2017
0497/2017	Reforma do telhado da oficina mecânica	13/04/2017
0507/2017	Troca de vidro em mesa	18/04/2017
0513/2017	Troca de vidro quebrado no banheiro - ginásio	19/04/2017
0535/2017	Substituição de vidros no vitrô do vestiário da Serralheria	26/04/2017
0545/2017	Colocação de três vidros	26/04/2017
0553/2017	Instalar cinco tampas nas caixas de tomadas para guinastes no cais do armazém 38	27/04/2017
0554/2017	Trocas de vidros no beiral das janelas	27/04/2017
0555/2017	Nivelar a calha do telhado - GATE 23	27/04/2017
0560/2017	Limpeza de calha - Garagem	02/05/2017
0566/2017	Substituição de duas tampas de caixa de passagem localizadas no cais do armazém 32 entre os cabeços 307/308 e 311/312. Travas dois tampões localizados no cais dos armazéns 30 e 31 entre os cabeços 288/289 e 300/301	04/05/2017
0571/2017	Troca de vidro da janela	04/05/2017
0588/2017	Substituição de dois vidros de janela	08/05/2017
0619/2017	Confecção e instalação de ralo na entrada do estacionamento.	11/05/2017
0671/2017	Confecção de quadro de madeira com tela de nylon	24/05/2017
0672/2017	Troca de telas.	24/05/2017
0680/2017	Instalação de tela em janela no galpão do armazém 10 (aguadeiro).	24/05/2017
0698/2017	Troca de vidro quebrado - COS 4	26/05/2017
0703/2017	Limpeza de calhas e reforma geral, quando necessário.	26/05/2017
0725/2017	Reposição da tampa da caixa de passagem	31/05/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 72 de 115

0743/2017	Instalação de telas nas janelas dos sanitários da casa de pedra	05/06/2017
0744/2017	Recolocação de porta do armário	05/06/2017
0747/2017	Reparo na calha de fibra	07/06/2017
0834/2017	Troca de vidro	26/06/2017
0837/2017	Substituição de vidros quebrados e trincados	26/06/2017
0867/2017	Troca de vidro quebrado no banheiro - GATE 27	29/06/2017
0883/2017	Manutenção do telhado	10/07/2017
0919/2017	Instalação de vidros no escritório da GEMED na Ilha Barnabé	13/07/2017
0962/2017	Manutenção da calha do prédio do centro de treinamento	25/07/2017
0989/2017	Substituição de tampa de caixa de passagem	01/08/2017
1001/2017	Substituição da calha da casa de bombas na Alamoia	03/08/2017
1017/2017	Recolocação de telha na cobertura do alojamento de amarradores no Saboó	09/08/2017
1035/2017	Troca de vidro na sala do coordenador - SUPGP	10/08/2017
1045/2017	Substituição da tampa da caixa de passagem de fibra ótica em frente ao GATE 10	15/08/2017
1098/2017	Reparo da alvenaria em torno de uma tampa de ferro e troca de tampa quebrada.	28/08/2017
1104/2017	Colocação de vidro nas janelas das salas do prédio da mecânica.	28/08/2017
1147/2017	Instalação de tela no tubo extravasor da caixa d'água do sanitário feminino	31/08/2017
1188/2017	Confecção de dois tampões próximo da Copersucar ao lado do armazém 6	14/09/2017
1193/2017	Troca de vidro no banheiro interno - GATE 11	14/09/2017
1202/2017	Descupinização de mesa e quadro da DIPRE	14/09/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 73 de 115

1206/2017	Substituição de vidros trincados e/ou quebrados	14/09/2017
1210/2017	Reparo em rufo no telhado da sala da logística - COS 2	14/09/2017
1214/2017	Troca de vidro quebrado e reparo em batente de madeira - GATE 14	14/09/2017
1286/2017	Troca de tampa de ferro ao final do armazém 27	28/09/2017
1295/2017	Troca de tampa de ferro no fornecimento de água a navios	28/09/2017
1324/2017	Revisão nas calhas e condutores de águas	03/10/2017
1326/2017	Revisão geral e conserto das calhas	04/10/2017
1356/2017	Troca de vidro da janela da copa	10/10/2017
1445/2017	Colocação de vidros na oficina da manutenção civil	25/10/2017
1448/2017	Reparos nas janelas de madeira da casa de máquinas do elevador da DIREN, com colocação de vidros	25/10/2017
1453/2017	Reparo em calhas e condutores	27/10/2017
1463/2017	Substituição de tampa e conserto do cais entre os cabeços 229 e 239, conforme foto anexa.	27/10/2017
1465/2017	Fechamento com tela da oficina mecânica	30/10/2017
1476/2017	Troca dos vidros quebrados das janelas do portão - ponto	31/10/2017
1479/2017	Troca de vidro avariado - GATE 15	01/11/2017
1493/2017	Conserto de calha na manutenção civil	07/11/2017
1510/2017	Troca de tampa com grelha na Av. Augusto Barata em frente ao OGMO	08/11/2017
1511/2017	Troca de tampa com grelha no cais em frente ao GATE 27	08/11/2017
1526/2017	Confecção de anteparo contra pombos para ar condicionado	09/11/2017

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 74 de 115

4.5.8. Contratos e Gestão

Conforme solicitado, seguem cópias digitalizadas dos seguintes documentos

(Anexo 12):

- Contrato DP 84.2015 (Controle de pombos);
- Contrato DIPRE 61.2017 (Controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas);
- Termo de Referência para a contratação de serviço de controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas nas áreas não arrendadas do Porto de Santos;
- Plano de trabalho - Controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas - Contrato DIPRE 61.2017

4.6. Qualidade do Ar

Como citado no capítulo 2.2.12, a CODESP ainda não possui um Programa de Qualidade do Ar implantado.

Contudo, algumas ações pontuais são realizadas, como:

Inspeções trimestrais de fumaça preta nas vias portuárias (relatórios no **Anexo 13**);

Inspeções ambientais nos arrendatários, onde é verificada a ocorrência de dispersão de material particulado ou percepção olfativa da presença de gases (exemplo de relatórios no **Anexo 13**). Nestes casos, são exigidas ações de controle dos responsáveis, e quando necessário, as irregularidades são comunicadas à ANTAQ; e

Monitoramento dos dados de qualidade do ar, através das Estações de Monitoramento da Cetesb, instaladas em Santos/SP e Guarujá/SP.

Analisando a série histórica de inspeções na área portuária, vem sendo percebida uma melhoria na qualidade do ar, motivada pela implantação de novas tecnologias de controle pelos arrendatários, bem como, um maior compromisso com os controles operacionais.

4.7. Qualidade da Água

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 75 de 115

As ações de monitoramento da qualidade da água na área do Porto Organizado de Santos são realizadas no âmbito dos programas de monitoramento ambiental previstos pela Licença de Instalação nº 961/13 (Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água - Dragagem) e pela Licença de Operação nº 1382/17 (Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas).

a) Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água (Licença de Instalação nº 961/13)

O Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água, associado às obras de dragagem, tem como objetivo avaliar as alterações na qualidade de água nas adjacências das operações das dragas, principalmente em decorrência da ressuspensão de sedimentos provocada pelo overflow.

A amostragem de água ocorre nas imediações da operação da draga no Canal Portuário de Santos. A campanha de amostragem é realizada no rastro de uma draga estacionária com escavadeira a cabo com caçambado, tipo “*ClamShell*” ou de uma draga autotransportadora.

Anualmente é prevista a realização de oito campanhas, sendo estimadas duas campanhas semestrais para cada um dos trechos do canal. Não obstante, o número e/ou localização destas campanhas pode variar com vistas à programação das operações de dragagem.

Na **Tabela 10** abaixo constam as campanhas realizadas no período abrangido pelo presente relatório. Ressalta-se que relatório consolidado para o ano de 2017 (janeiro a dezembro) deverá ser concluído, revisado e protocolado junto ao IBAMA no primeiro trimestre de 2018.

Tabela 10: Datas de realização das campanhas de monitoramento do Subprograma de Monitoramento da Qualidade da Água.

Data	Trecho amostrado
22/02/2017	Trecho 4
08/03/2017	Trecho 2
23/06/2017	Trecho 3
27/07/2017	Trecho 4
12/09/2017	Trecho 1

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 76 de 115

De forma geral, as alterações da qualidade da água durante a operação da draga, quando observadas, ocorreram de maneira temporária, sendo que, transcorridos 45 minutos após o início do overflow da draga, todos os parâmetros apresentaram concentrações similares às registradas nos pontos controle.

Um maior detalhamento do escopo do programa, bem como das campanhas realizadas e resultados obtidos ao longo do período de abrangência deste relatório se encontram nos relatórios mensais constantes no **Anexo 14**.

Ressalta-se que o IBAMA, por meio do Parecer Técnico 02001.000734/2017-61 COPAH/IBAMA, sugeriu que este subprograma seja futuramente encerrado face ao escopo semelhante ao outro monitoramento das águas vigente. Entretanto, o mesmo solicitou a continuidade do subprograma associado à dragagem até manifestação do Instituto derivada da avaliação dos resultados obtidos.

b) Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas (Licença de Operação nº 1382/2017)

O Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas possui um escopo mais abrangente, tendo como objetivo a avaliação semestral de parâmetros físicos e químicos em amostras de água coletadas ao longo de toda extensão do canal do Porto Organizado de Santos.

Atualmente a CODESP vem executando este programa de monitoramento mantendo o escopo da atividade preconizado pelo estudo de regularização ambiental protocolado junto ao IBAMA em 2011.

No período abrangido pelo relatório, foram realizadas duas campanhas do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, sendo uma no mês de maio/17 e a mais recente no mês de novembro/17.

Para a campanha de maio/17, os resultados obtidos não evidenciaram indícios de contaminação por metais ou compostos orgânicos semivoláteis ao longo do canal de navegação. Por outro lado, observou-se uma leve tendência de diminuição das concentrações de oxigênio dissolvido e pH e de aumento de nitrato e nitrogênio amoniacal em direção ao interior do estuário, fato que pode estar associado à maior contribuição de matéria orgânica oriunda da drenagem continental, de origem natural e/ou antrópica.

Já as análises químicas da campanha de novembro/2017 estão em fase de análise pelo laboratório responsável. Desse modo, a discussão integrada dos resultados deverá ser efetuada em posteriormente no relatório anual consolidado. Ressalta-se que o

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 77 de 115

mesmo deverá ser concluído, revisado e protocolado junto ao IBAMA no primeiro trimestre de 2018.

Um maior detalhamento do escopo do programa, bem como das campanhas realizadas e resultados obtidos ao longo do período de abrangência deste relatório se encontram nos relatórios mensais constantes no **Anexo 14**.

Em junho de 2015 o IBAMA emitiu o Parecer 02001.02121/2015-04 COPAH/IBAMA, por meio do qual avaliou o estudo de regularização supracitado. Neste parecer, foram propostas uma série de readequações nos programas de monitoramento propostos, entre os quais consta o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas.

Face ao exposto, a CODESP elaborou um escopo revisado do referido programa, protocolando o mesmo junto ao IBAMA para análise e manifestação por meio da Carta DIENG-GD/179.16, de 26/04/2016. Não obstante, cumpre-nos ressaltar que paralelamente a este processo a CODESP continuou a executar as campanhas de monitoramento desta atividade dentro do escopo que já vinha sendo considerado.

Dessa forma, em que pese o órgão ambiental federal afirmar no Parecer 02001.000734/2017 COPAH/IBAMA que o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas já se encontra em execução, é importante destacar que o atual escopo aprovado pelo IBAMA difere daquele atualmente em execução pela CODESP.

Ademais, o novo escopo do programa em atendimento ao solicitado pelo órgão ambiental envolve um maior número de análises químicas e esforço amostral, incorrendo, conseqüentemente, em um maior valor global. Nesse sentido, salienta-se que o contrato atual, face às premissas da legislação vigente, não possui margem para um aditamento de recursos de forma a viabilizar uma readequação do escopo do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas atualmente contratado.

Com vistas ao acima exposto, considerando os prazos envolvidos para elaboração de Termo de Referência, abertura de processo licitatório e contratação do novo escopo, entende-se que a implantação da nova versão Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas somente será possível para o primeiro semestre de 2018. Não obstante, faz-se de suma importância ressaltar que as campanhas de monitoramento que vêm sendo realizadas considerando o escopo antigo deverão ser mantidas por esta Autoridade Portuária até que se obtenha sucesso na contratação supracitada.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 78 de 115

4.8. Resíduos Sólidos

4.8.1. Plano de Gestão

As ações de gestão de resíduos sólidos, norteadas pelo Plano de Gestão, resultam em um banco de informações encaminhadas periodicamente pelos diversos atores do Porto de Santos.

Mensalmente, todos os atores do Porto de Santos tem a obrigação de encaminhar o inventário dos resíduos destinados no mês de referência, com as devidas comprovações (Certificados de Destinação). Todos os dados são conferidos pela equipe técnica da Gerência de Meio Ambiente, e ao observar qualquer incongruência nas informações o gerador é notificado a apresentar esclarecimentos ou corrigir as divergências. Após o fim do ano, todos os inventários são compilados e os dados são analisados criticamente, sendo que os resultados obtidos na análise são expostos no Relatório Anual de Resíduos Sólidos do Porto de Santos, publicado no primeiro semestre do ano subsequente. O relatório de 2016, publicado no primeiro semestre de 2017, encontra-se disponível no site do Porto de Santos:

<http://www.portodesantos.com.br/meioAmbiente.php#painel15>

Já no caso dos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos diversos atores, a periodicidade de envio é anual. As informações de cada PGRS são analisadas pela equipe técnica da Gerência de Meio Ambiente, e havendo a necessidade de complementações ou correção de incoerências, o responsável é notificado a corrigi-las. Para que fosse facilitada a orientação geral na elaboração dos PGRS, a CODESP desenvolveu em julho de 2017 o Roteiro para Elaboração de Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que contém a estrutura mínima e orientação de desenvolvimento de cada um dos itens do Programa. O roteiro encontra-se disponível no mesmo link supracitado. Mesmo após a aprovação, os diversos atores do Porto de Santos têm a obrigação de revisar o documento com periodicidade mínima anual.

Ainda, no Plano de Gestão são previstas ações de conscientização sobre resíduos sólidos junto à comunidade portuária. Neste âmbito, foram desenvolvidas as seguintes ações em 2017:

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 79 de 115

- **Mês do Ambiente Sustentável**, onde foram desenvolvidas diversas palestras abertas ao público interno e externo (**Anexo 15**). Este evento ocorre anualmente (desde 2013) no mês de julho;
- **Monitoria** de unidades de ensino, empresas ou grupos específicos, que possuem interesse em conhecer as atividades do Porto de Santos. Nestas ocasiões são apresentados os aspectos ambientais da atividade portuária, conscientizando os participantes sobre os principais impactos e seus controles (incluindo a problemática dos resíduos sólidos portuários);
- **Palestra** sobre Gestão de Resíduos Administrativos e Domiciliares, ministrada junto ao Centro de Excelência Portuária de Santos (CENEP) em 24/10/2017, com a participação de terminais portuários, órgãos públicos e comunidade em geral (**Anexo 16**).

4.8.2. Programa de Gerenciamento

As ações de gerenciamento de resíduos sólidos, norteadas pelo Programa de Gerenciamento, são relacionadas à operacionalização das diferentes etapas do processo de geração à destinação dos resíduos.

Neste âmbito, podem ser destacadas:

- a) **Reforma das Centrais de Resíduos**: Dentro do PGRS são previstas diversas áreas de armazenamento de resíduos sólidos, distribuídas nos três municípios que abrigam o Porto Organizado de Santos. Algumas destas áreas necessitam de reformas (de básicas a estruturais) para a devida adequação às normas de referência. Ao longo de 2017 foi concluída a reforma da Central de Resíduos da Ilha do Barnabé (**Figura 18**) e iniciada a reforma da Central de Resíduos Recicláveis (**Figura 19**).

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 80 de 115

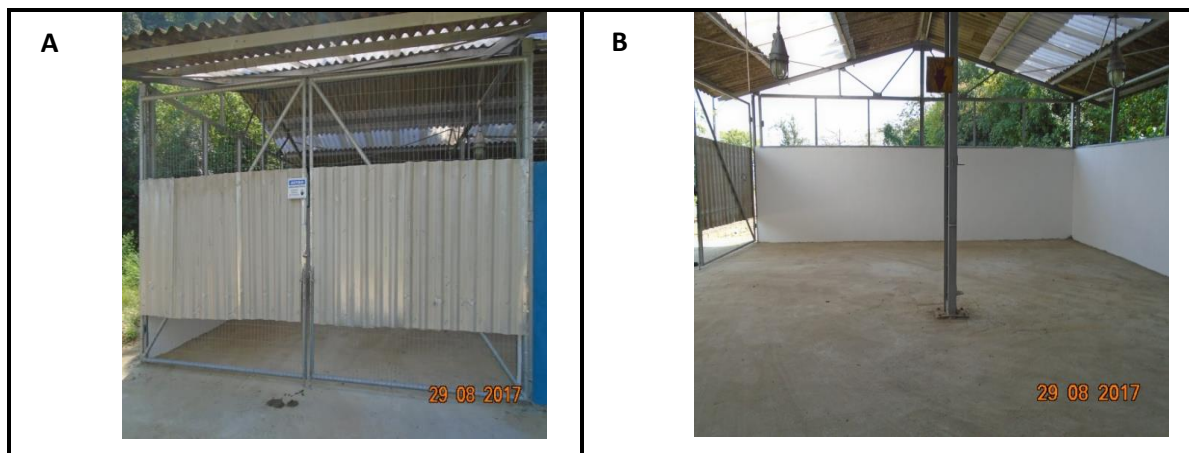


Figura 18: A-B) Central de Resíduos da Ilha do Barnabé

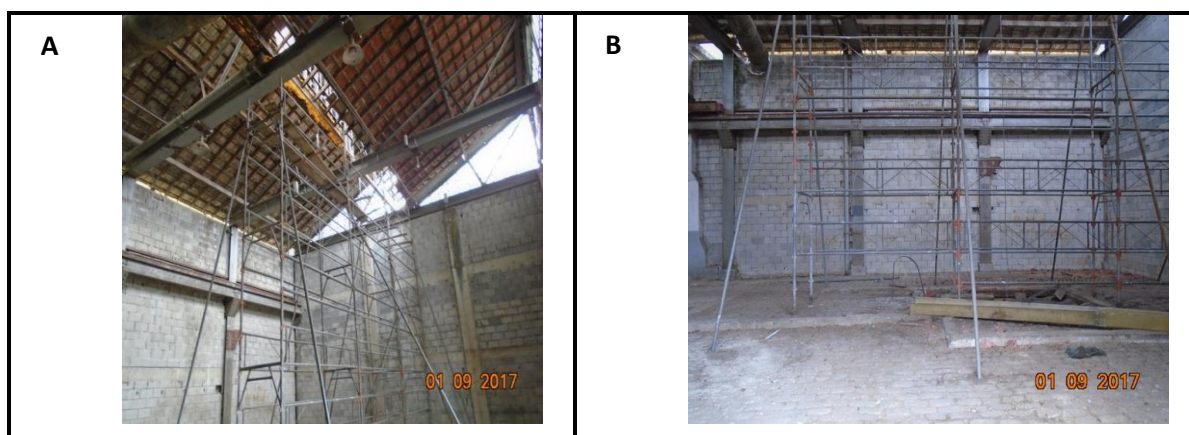


Figura 19 A-B): Central de Recicláveis em reforma.

- b) As etapas de coleta, manuseio, acondicionamento e transporte interno dos resíduos são realizados através dos seguintes contratos:
- DP/74.2013 - CONSÓRCIO PORTO PARA A VIDA: Responsável pela limpeza das áreas públicas e vias portuárias
 - DP/03.2015 - EMPRESA NACIONAL DE SERVICOS S/C LTDA: Responsável pela limpeza das áreas administrativas da empresa.
- c) Em relação à destinação dos resíduos há seis vertentes:
- Resíduos Perigosos: A CODESP está desde novembro de 2016 sem um contrato para destinação dos resíduos perigosos. Houve a tentativa de contratação através do Pregão Eletrônico nº 41.2017, contudo, todas as licitantes foram desclassificadas ou inabilitadas.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 81 de 115

Atualmente, está em andamento o Pregão Eletrônico nº 81.2017, com previsão de conclusão até o fim de 2017.

Excepcionalmente, houve a destinação de resíduos de um processo de tratamento de gases contidos em cilindros industriais, realizado em alto mar, através da empresa SUATRANS EMERGÊNCIA S.A. - Contrato DIPRE/61A.2017.

- Resíduos Não Perigosos: A destinação é procedida através do Contato DP/74.2013, com o CONSÓRCIO PORTO PARA A VIDA.
- Resíduos com valor agregado: Nestes casos a CODESP promove o leilão dos materiais, resultantes principalmente de baixa patrimonial e demolição de estruturas.
- Resíduos de Atendimento a Emergências: São resultantes do atendimento a emergências ambientais, em terra ou no estuário, atendidas pelo Contrato DP/23.2015, com a empresa BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S/A.
- Resíduos de Tratamento de Efluentes: São resultantes do processo de tratamento do sistema de esgotamento sanitário do Porto de Santos, realizado pela empresa CEMBRA ENGENHARIA LTDA, através do Contrato DP/4.2014.
- Resíduos de Obras: São resultantes das obras de infraestrutura do Porto de Santos, e são gerenciados pela empreiteira responsável por cada obra. Ao longo de 2017 as obras foram realizadas através dos contratos DP/51.2014 - CONSÓRCIO ANDRADE GUTIERREZ/ OAS/BRASFOND/NOVATECNA (responsável pela obra de recuperação e reforço estrutural dos berços entre os armazéns 12A e 23) e DP/72.2015 - CONSTRUTORA CAPPELLANO LTDA. (responsável pela obra de melhoria da infraestrutura viária da perimetral da margem direita - Trecho Canal 4 / Ponta da Praia).

A **Tabela 11** apresenta o quantitativo de resíduos destinados pela CODESP no ano de 2017, no período de janeiro a novembro. Ressalta-se, contudo, que os dados apresentados estão incompletos, pois alguns certificados ainda não foram emitidos pelos receptores finais, portanto, os valores poderão sofrer variação após o fechamento oficial.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 82 de 115

Tabela 11: Quantitativo parcial dos resíduos gerados pela Codesp, no período de Janeiro a Novembro de 2017 (dados incompletos).

Classe (ABNT)	Resíduos (Descrição - IN IBAMA 13/12)	Quantidade	Destinação
I	13 02 01 (*) Óleos de motores , transmissões e lubrificação usados ou contaminados	770 L	Rerrefino
	15 02 02 (*) Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	2.180 kg	Coprocessamento e Incineração
	16 10 01 (*) Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	6.380 kg	Incineração
IIA	15 01 01 Embalagens de papel e cartão	33.620,40 kg	Reciclagem
	15 01 02 Embalagens de plástico 20 01 39 Plásticos	6.345 kg	Reciclagem
	15 01 06 Misturas de embalagens	9.700 kg	Reciclagem
	16 01 04 Veículos em fim de vida esvaziados de líquidos e outros componentes perigosos	2 Un	Reutilização
	17 02 01 Madeira	78.040 kg	Reciclagem
	17 04 01 Cobre, bronze e latão	16.000 kg	Reciclagem
	17 04 02 Alumínio	25.000 kg	Reciclagem
	17 04 05 Ferro e aço	2.070.000 kg	Reciclagem
	17 04 07 Mistura de sucatas	54.660 kg	Reciclagem
	19 08 12 Lodos do tratamento biológico de efluentes industriais não abrangidas em 19 08 11	443.710 kg	Aterro Sanitário Classe IIA
	19 12 02 Metais ferrosos	5.930 kg	Reciclagem
	20 02 01 Resíduos de varrição , limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana biodegradáveis e Comerciais (atividades de escritório) 20 03 01 Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	3.954.320 kg	Aterro Sanitário Classe IIA

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 83 de 115

IIB	17 01 01 Resíduos de cimento	3.219.180 kg	Reciclagem
	17 01 07 Misturas de cimento, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos não abrangidas em 17 01 06	3.315.305,35 kg	Reciclagem
	17 03 02 Misturas betuminosas não abrangidas em 17 03 01 (<u>Pavimento Asfáltico</u>)	88.560 kg	Reciclagem
	17 05 04 Solos e rochas não abrangidos em 17 05 03	40.806.573,75 kg	Reutilização
	17 09 04 Mistura de resíduos de construção e demolição não abrangidos em 17 09 01, 17 09 02 e 17 09 03	1.318.756,50 kg	Reciclagem

Ainda, no Programa de Gerenciamento são previstas ações de conscientização sobre resíduos sólidos para os colaboradores da Codesp. Neste contexto foram realizadas as seguintes ações:

- **Mês do Ambiente Sustentável**, onde foram desenvolvidas diversas palestras abertas ao público interno e externo (**Anexo 15**). Este evento ocorre anualmente (desde 2013) no mês de julho;
- **Palestra** sobre Gestão de Resíduos Administrativos e Domiciliares, realizada no Centro de Treinamento da CODESP, em 13/09/2017, com a participação de colaboradores de diversos setores da empresa (**Anexo 17**).

O gerenciamento de resíduos sólidos dos arrendatários do Porto de Santos é responsabilidade exclusiva de cada um deles, devendo, contudo, atender às diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão do Porto de Santos.

As práticas de gerenciamento de cada arrendatário são verificadas pela CODESP em fiscalizações ambientais, onde, quando constatada alguma irregularidade, os mesmos são notificados a sanar os problemas. Havendo reincidência ou não atendimento às determinações da CODESP, o caso é reportado à ANTAQ, para abertura de processo administrativo.

Como já citado no capítulo 4.8.1., as informações de destinação dos resíduos dos arrendatários são inseridas no Relatório Anual de Resíduos Sólidos do Porto de Santos, elaborado no primeiro semestre de cada ano.

O gerenciamento de resíduos de embarcações é realizado conforme diretrizes da Resolução DP/13.2014, de 03/02/2014, publicada pela CODESP visando a melhor atender a Resolução ANTAQ 2.190/2011, de 28/07/2011.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 84 de 115

Compete à CODESP o credenciamento de empresas para a realização de serviços de coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos e oleosos provenientes de embarcações atracadas no Porto Organizado de Santos. A relação de empresas credenciadas, bem como os tipos de resíduos os quais cada empresa está habilitada a coletar, pode ser consultada por meio do link direto <http://www.portodesantos.com.br/meioAmbiente.php#painel16> ou por meio de acesso ao site do Porto de Santos na guia Cadastro de Prestadores de Serviços.

As operações de coleta possuem acompanhamento de representante da área de fiscalização de operações da CODESP, devendo as empresas credenciadas apresentarem os devidos comprovantes de coleta e destinação dos resíduos coletados segundo procedimentos estabelecidos na Resolução DP/13.2014.

Os quantitativos de retirada de resíduos de embarcações são compilados semestralmente, conforme exigência prevista na alínea c, do Inciso V, do Art. 33, do Anexo da Resolução ANTAQ nº 3.274, de 06 de fevereiro de 2014.

Estes dados são publicados no site do Porto de Santos, podendo ser consultados por meio do link <http://www.portodesantos.com.br/meioAmbiente.php#painel15>

Os dados do segundo semestre de 2017 somente serão disponibilizados no primeiro trimestre de 2018.

4.8.3. Desafios

Entre os principais desafios do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos podem ser destacados os apresentados a seguir:

- 1) Cadastramento de Cooperativas: Em atendimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de Outubro de 2006, a Codesp deve promover o cadastramento de cooperativas para a destinação de seus resíduos recicláveis.

Contudo, pelas experiências já verificadas junto à Receita Federal, e aos municípios de Santos/SP e de São Paulo/SP, há uma grande dificuldade em encontrar cooperativas que atendam aos requisitos mínimos do Decreto. Portanto, entende-se como um desafio a busca por alternativas para esta ação.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 85 de 115

- 2) A Codesp não dispõe de um Programa de Coleta Seletiva implantado, pois, carece de um diagnóstico amplo sobre a geração de resíduos dentro da empresa. Este diagnóstico foi licitado em 2016, através da Concorrência nº 01/2016, publicada em 15/08/2016, que culminou na contratação da empresa FRAL CONSULTORIA, em 12/06/2017, com o escopo de *“Prestação de serviços de estruturação do Plano de Gestão e do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Porto Organizado de Santos”*.

Contudo, o contrato passa por análise jurídica em razão de algumas irregularidades administrativas, estando, no momento, suspenso.

Após a retomada dos trabalhos, serão iniciados os diagnósticos necessários para qualificar e quantificar com confiabilidade a geração de resíduos da CODESP. Acreditamos que estes diagnósticos serão concluídos somente em 2018.

- 3) Conclusão das Reformas das Centrais: Das centrais de resíduos utilizadas pela CODESP, pende a conclusão da reforma da central de Itatinga, da Central de Outeirinhos e da Central de Recicláveis.

Acredita-se que todas as reformas sejam concluídas em 2018.

- 4) Construção de uma Central de Perigosos (Projeto COPPE) - A COPPE/UFRJ, através de contrato firmado junto à antiga SEP (Secretaria Especial de Portos), elaborou um projeto básico para a construção de uma central de resíduos perigosos na área da Alemoa. Contudo, após análise técnica, a CODESP manifestou a necessidade de diversas revisões do projeto, que inviabilizavam sua implantação. Entretanto, nunca recebemos a revisão do projeto.

Caso o projeto não seja revisado, a Companhia buscará a contratação da revisão com a construção da Central, para os próximos anos.

4.9. Fluentes Líquidos

A Gerência de Controle Ambiental (GECAM) da CODESP efetua vistorias periódicas com o objetivo de fornecer orientações técnicas aos arrendatários, de forma a

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 86 de 115

garantir a preservação dos sistemas existentes de coleta e destinação de efluentes além de angariar informações acerca do gerenciamento dos efluentes gerados nos terminais. Periodicamente, estes terminais fornecem laudos que comprovam a destinação dos seus efluentes de acordo com as legislações vigentes.

A GECAM também efetua vistorias em área pública do cais a fim de verificar possíveis não conformidades referentes às atribuições desta Gerência. Estas fiscalizações visam atender ao Plano Sistemático de Fiscalização – PAF (**Anexo 18**), que contempla uma análise integrada das principais ocorrências de caráter ambiental ocorridas na área do Porto Organizado. No período abrangido pelo presente relatório, foram realizadas 157 inspeções nas áreas públicas e terminais arrendados na Área do Porto Organizado.

Cabe ressaltar durante o ano de 2017 a CODESP tem envidado esforços para viabilizar a implantação do Programa de Monitoramento de Efluentes, de forma a atender à condicionante 2.5.1 da Licença de Operação nº 1382/2017.

Este programa deverá contemplar ações de monitoramento e fiscalização dos lançamentos de efluentes líquidos resultantes das operações do Porto Organizado de Santos, permitindo assim a adoção de medidas estruturais e/ou mitigatórias para a adequação de eventuais desconformidades.

Para tanto, o programa prevê ações como a elaboração de um Cadastro de Efluentes do Porto Organizado de Santos (a ser atualizado periodicamente após sua elaboração), identificação de desconformidade e proposição de soluções, apoio às atividades de fiscalização por parte da CODESP, acompanhamento dos monitoramentos dos efluentes gerados e procedimentos de controle, bem como a realização de amostragens em campo de forma a monitorar da qualidade dos efluentes drenados para o Estuário de Santos em pontos do Porto Organizado de Santos que apresentam maior potencialidade de contaminação, com vistas às cargas movimentadas nas adjacências e o histórico de ocorrências atendidas pela Autoridade Portuária.

Nesse sentido, a CODESP se encontra em fase final de elaboração de um Termo de Referência visando subsidiar a contratação de empresa especializada para a implementação da referida atividade. Estima-se que todo o processo envolvendo a finalização do Termo de Referência, abertura de processo licitatório, contratação da empresa vencedora do certame e consequente implantação do programa seja concluídos no quarto trimestre de 2018.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 87 de 115

4.10. Monitoramento de Biota, Bioindicadores e biomonitores

4.10.1. Biota aquática

As ações de monitoramento de fauna aquática no Porto Organizado de Santos são realizadas no âmbito dos programas de monitoramento ambiental previstos pela Licença de Instalação nº 961/13, referente às obras de dragagem de manutenção, consistindo nas seguintes atividades:

- Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica, onde constam monitoramentos da macrofauna bentônica, comunidade demersal bentônica e bioacumulação;
- Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada;
- Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário;
- e
- Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica.

Ressalta-se que o contrato por meio do qual vinham sendo executados os subprogramas de monitoramento da Área de Disposição Oceânica, da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada e da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica encerrou-se no início de julho/17. Uma vez que não foi possível proceder com a continuidade do mesmo (tanto por prorrogação contratual quanto por realização de novo processo licitatório), as campanhas desses monitoramentos só foram executadas até o primeiro semestre de 2017. Não obstante, a CODESP vêm envidando esforços para viabilizar uma nova contratação visando a continuidade destas atividades. Por sua vez, o Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário se encontra vinculado a outro instrumento contratual, ainda vigente. Desta forma, o mesmo vem sendo executado normalmente.

Ainda, é importante destacar que estes mesmos programas de monitoramento ambiental também constam elencados na Licença de Operação nº

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 88 de 115

1382/2017, que ampara o processo de regularização ambiental do Porto Organizado de Santos.

Estes monitoramentos vinham sendo executados desde 2010, desde o início das obras de dragagem de aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos. Nesse sentido, com base nos resultados obtidos e considerações da equipe técnica da CODESP e consultores responsáveis pela execução dos programas CODESP, foi encaminhada ao IBAMA (por meio da Carta SUMAS-GD/391.2016) uma proposta de escopo revisada para a execução destes monitoramentos, de forma a otimizar os resultados obtidos e o esforços envidados para a execução destas atividades. No presente momento, esta Autoridade Portuária aguarda manifestação do IBAMA acerca da aprovação destes novos escopos para sua posterior implantação em substituição aos anteriores.

a) Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica: Monitoramento da Estrutura da Comunidade Bentônica

O objetivo deste programa é monitorar trimestralmente a estrutura da comunidade bentônica, identificando possíveis alterações na sua composição taxonômica, na riqueza, na abundância e na diversidade das espécies no Polígono de Disposição Oceânica – PDO e áreas adjacentes. Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

No período abrangido pelo presente relatório foram realizadas duas campanhas do referido programa, sendo a primeira em janeiro/17 e a mais recente em abril-maio/17.

No **Anexo 19** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nas duas campanhas.

b) Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica: monitoramento das comunidades demersal-bentônica e pelágica na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO)

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 89 de 115

O monitoramento das comunidades demersal-bentônica e pelágica na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO) tem como objetivo monitorar os efeitos da disposição de materiais dragados na região do Porto de Santos sobre a comunidade demersal bentônica e pelágica e identificar possíveis alterações na composição de espécies e índices ecológicos, contemplando a avaliação da qualidade ambiental associada ao sedimento marinho oriundo da disposição de sedimentos dragados.

Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

Ao longo do período de vigência do presente relatório foram realizadas duas campanhas desta atividade, sendo a 1ª Campanha em janeiro/17 e mais recente em abril/17.

No **Anexo 20** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nas duas campanhas.

c) Subprograma de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica: bioacumulação na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO)

Este programa tem como objetivo monitorar a qualidade do pescado coletado na área do PDO e adjacências por meio das análises de bioacumulação em tecidos, durante as operações de dragagem de manutenção do Canal de Navegação do Porto de Santos.

A frequência das atividades de coleta do monitoramento de bioacumulação na comunidade de demersais bentônicos é semestral, sendo a mesma realizada concomitantemente à campanha de monitoramento da estrutura da comunidade demersal-bentônica e pelágica no PDO.

Ao longo do período de vigência do presente relatório foi realizada uma única campanha desta atividade, em janeiro/17.

No **Anexo 21** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nas duas campanhas.

d) Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores - Bioacumulação na área a ser dragada

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 90 de 115

O programa tem como objetivo monitorar a qualidade do pescado coletado ao longo do canal do Porto de Santos por meio das análises de bioacumulação em tecidos, durante as operações de dragagem de manutenção do Canal de Navegação do Porto de Santos.

O monitoramento tem periodicidade semestral e contempla coletas nos quatro trechos do canal de navegação do Porto de Santos, além de uma área controle mais afastada, localizada no Canal de Bertioga (Largo do Candinho).

Ao longo do período de vigência do presente relatório foi realizada uma única campanha desta atividade, em janeiro/17.

No **Anexo 22** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nesta campanha.

e) Subprograma de Monitoramento de Quelônios no Interior do Estuário

O presente programa consiste em campanhas semanais de avistamento de quelônios, onde é quantificada a frequência de ocorrência de tartarugas em quatro pontos de observação distribuídos ao longo do sistema estuarino de Santos.

Ao longo do período de vigência do presente relatório foram realizadas 48 campanhas semanais de avistamento de quelônios.

No **Anexo 14** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nestas campanhas.

f) Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica

O Subprograma de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica contempla a avaliação semestral das comunidades planctônicas e bentônicas, visando acompanhar os possíveis impactos das dragagens de manutenção do canal de acesso ao Porto de Santos, berços e nas regiões adjacentes, bem como propor eventuais medidas mitigadoras.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 91 de 115

Complementarmente, ainda que não seja o foco principal do programa, também é avaliada a ocorrência de espécies bioinvasoras e ameaçadas de extinção entre os táxons inventariados no âmbito do presente monitoramento.

Ao longo do período de vigência do presente relatório foi realizada uma única campanha desta atividade, em janeiro/17.

No **Anexo 23** é apresentado o relatório abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos nesta campanha.

4.10.2. Monitoramento de Avifauna

O monitoramento das aves da região de manguezais do Porto Organizado de Santos faz parte do programa para atendimento ao PBA de monitoramento de avifauna, previsto na regularização ambiental. É realizado através de levantamentos de campo trimestrais, durante um período de 24 meses (teve início em novembro de 2016), onde será possível conhecer a comunidade de aves que abriga e utiliza o ecossistema local, a fim de avaliar os impactos da atividade portuária e propor medidas mitigadoras.

Em novembro de 2017 foi apresentado o segundo Relatório Semestral contendo dados compilados referentes às campanhas C1 a C4 e análises comparativas verificando as primeiras tendências da população de aves da região.

Até o presente momento foram registradas 102 espécies de aves na área de estudo, sendo dessas 07 ameaçadas de extinção, 07 endêmicas e 05 migratórias. Foi possível avaliar, com base nas campanhas realizadas, que a região enfrenta diversas pressões antrópica, não somente da atividade portuária. O principal impacto ambiental atribuído à região de estudo e que influencia significativamente a comunidade de aves é a redução de habitat, principalmente das áreas de manguezais e florestas.

O monitoramento continuará sendo realizado até outubro de 2018, completando oito campanhas. A partir de mais campanhas será possível chegar a um diagnóstico sobre a situação da comunidade de aves da região, os principais impactos e pressões que a fauna sofre no local e assim poder se pensar em possíveis medidas mitigadoras.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 92 de 115

4.11. Educação Ambiental

4.11.1. Programa de Educação Ambiental – Licença de Instalação nº 961/2013 (obras de dragagem)

A primeira etapa do Programa de Educação Ambiental - PEA foi realizada entre 2010 e 2011, no âmbito das condicionantes da Licença de Instalação nº 666/2009, que amparava a obra de dragagem de aprofundamento do canal de navegação do Porto de Santos.

Esta etapa inicial consistiu na elaboração de um Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP), no qual foram identificados e caracterizados os problemas, conflitos socioambientais, desafios e potencialidades das comunidades alvo. O diagnóstico envolveu oito comunidades: Monte Cabirão e Ilha Diana, no município de Santos, Santa Cruz dos Navegantes, Rio do Meio, Praia do Góes, Perequê, Sítio Conceiçãozinha e Sítio Cachoeira, no município de Guarujá.

Com vistas ao DSP, o IBAMA solicitou a continuidade do PEA com a implementação de projetos considerando as potencialidades apontadas pelo diagnóstico. Assim, no primeiro semestre de 2014 teve início a segunda fase do programa. Essa etapa consistiu no retorno às comunidades para atualização e complementação do DSP e construção participativa dos projetos.

Para essa fase foram definidas duas das oito comunidades com base nos critérios de vulnerabilidade ambiental aos impactos do empreendimento, nível de organização comunitária, existência de ações compensatórias e educativas, e receptividade ao PEA. A partir desses critérios foram definidas as primeiras comunidades alvo dessa fase: Rio do Meio e Santa Cruz dos Navegantes, ambas localizadas no Guarujá. Cabe destacar que a implementação desses projetos depende do cumprimento de etapas burocráticas, tais como sua aprovação pelo órgão ambiental e processos licitatórios para contratação de empresas para sua execução.

No presente momento vem sendo conduzida pelo PEA a implementação da Rede Social Colaborativa de Santa Cruz dos Navegantes, projeto construído de forma participativa na comunidade no âmbito do PEA. A Rede consiste em um espaço para reunir e organizar os projetos, empreendimentos e iniciativas comunitárias, de modo que os grupos

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 93 de 115

se orientem por objetivos comuns, fortaleçam os laços de confiança e solidariedade, construindo caminhos de sustentabilidade para todos.

A implementação se iniciou por meio de ação voltada a identificar e agregar jovens lideranças ao projeto. Para isso foi oferecido aos jovens da comunidade o curso “Oficina de Cinema: Roteiro e Documentário”. Para a formação do grupo de participantes desse curso, foi necessário realizar um processo de mobilização que contou com a participação das lideranças já envolvidas na construção da Rede.

O grupo de alunos da Oficina de Cinema vem dando continuidade às suas atividades por meio da produção de série de documentários sobre personagens com forte atuação na comunidade e vídeos que possam auxiliar os projetos /iniciativas envolvidas na Rede.

Isso aponta para caminhos de profissionalização dos jovens envolvidos na oficina, podendo resultar na estruturação de núcleo de produção na própria comunidade ou na inserção desses jovens no mercado de trabalho do audiovisual.

Ainda em relação à construção da Rede Santa Cruz, a mesma vem buscando viabilizar formações/capacitações relacionadas à economia solidária e empreendedorismo, abrangendo tópicos como:

- Empreendedorismo e redes;
- Autogestão e organização de finanças solidárias;
- Organização contábil e precificação;
- Produção audiovisual;
- Artesanato e Comercialização;
- Panificação e confeitaria;
- Turismo de base comunitária; e
- Curso na área de atividades portuárias.

Ao longo desse período, observou-se o crescente envolvimento e comprometimento das lideranças da comunidade com o projeto. Esse fato ficou explicitado nas atitudes proativas relacionadas aos encaminhamentos que demandam tarefas para ser realizadas após as reuniões. Além disso, observou-se a qualidade da participação das lideranças nas reuniões, que vêm contribuindo para a construção da trajetória do projeto. As lideranças ainda revelaram, nas atitudes e participação, uma crescente apropriação do conceito de atuação em rede.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 94 de 115

No **Anexo 14** são apresentados os relatórios abrangendo a metodologia do programa, bem como os resultados obtidos durante o período abrangido por este documento.

4.11.2. Programa de Educação Ambiental Patrimônio

Entre os dias 25 e 27/9/17, foram realizadas atividades de integração/reciclagem com os colaboradores da empreiteira responsável pelas obras de melhoria do sistema viário da Margem Direita do Porto de Santos (trecho entre o canal 4 e a Ponta da Praia).

Foram abordados temas referentes à legislação ambiental, boas práticas no gerenciamento de resíduos sólidos e educação patrimonial, referente ao Programa de Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico (**Figura 20**).



Figura 20: A-B) Ações Programa de Educação Ambiental e Patrimonial com os operários de obras.

Ainda para a obra da Av. Perimetral da margem direita citada acima, foram realizadas ações para atendimento ao Programa de Educação Ambiental vinculado à Licença de Instalação da obra. A atividade foi realizada no dia 01 de dezembro de 2017 das 9h00 às 11h30 na escola pública municipal UME Auxiliadora da Instrução no bairro do Estuário (**Figura 21**). Participaram da atividade três salas do 5º ano do ensino fundamental, que envolveu aproximadamente 60 alunos na faixa dos 10 anos de idade. Foi escolhida tal escola devido à proximidade da obra da Av. Perimetral. A atividade foi estruturada em apresentações e oficina. As apresentações abordaram os seguintes temas: Apresentação institucional, Apresentação do vídeo “Brasil, Crianças e Culturas” produzido pela CODESP,

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 95 de 115

Introdução ao Meio Ambiente, Importância dos manguezais, Poluição ambiental, Consumo consciente, Geração, segregação e destinação correta de resíduos, Controle de vetores – dengue (parceria com a Prefeitura de Santos). Na oficina foram apresentados dois painéis interativos relacionados à segregação e destinação correta de resíduos sólidos e aos impactos causados pela segregação/destinação incorreta dos resíduos, além de uma dinâmica educacional denominada “Passa e destina resíduos” para fixação do conhecimento. Tem-se a intenção de ampliar o Programa para outras escolas da região e comunidades do entorno da obra em 2018.



Figura 21: A-B) Ações Programa de Educação Ambiental na escola UME Auxiliadora da Instrução.

4.12. Certificações

Com a implantação da sua Política Ambiental, a CODESP vem desenvolvendo diversas atividades alinhadas ao seu compromisso de assegurar a melhor alternativa em serviços portuários, com a garantia de preservação de um ambiente sustentável, melhorando, continuamente, o nosso desempenho nessa área.

Nossa meta, agora, é obter a certificação internacional ISO 14001:2015, que representa a excelência no sistema de gestão ambiental. Ao longo dos próximos meses estaremos empenhados em atender a todas as etapas definidas no plano de ação aprovado pela nossa Diretoria, que envolverão melhorias nos processos de gerenciamento de efluentes, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, produtos químicos, entre outros.

Temos como meta a solução de todos os aspectos ambientais da empresa até 2019, com a implantação de controles para os impactos ambientais e a conscientização

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 96 de 115

de todos os colaboradores, para que entre 2019/2020 possamos ser auditados e certificados na ISO 14001:2015.

Já fizemos muito, como a criação do Instrumento Normativo de Gestão Ambiental, que permeia todos os setores da empresa, bem como a instalação de painéis com a Política Ambiental em todos os edifícios da empresa, para garantir sua ampla difusão. Definimos, também, as metas de sustentabilidade, realizamos auditoria ambiental portuária exigida pela Resolução Conama 306/2002 e formamos 19 auditores ambientais na Companhia. Além disso, desenvolvemos planos de ação para regularização dos principais aspectos ambientais desta Companhia.

4.13. Comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas e etc.)

4.13.1. Terras Indígenas

Num *buffer* de 50 km da área do Porto Organizado existem sete Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas cadastradas na FUNAI, sendo duas declaradas e cinco regularizadas, conforme apresentado na **Tabela 12** e **Figura 22** abaixo.

Uma vez que as terras indígenas estão distantes da área portuária, não existem ações relacionadas a tais comunidades.

Tabela12: Terras Indígenas Cadastradas

TERRA INDÍGENA	ETNIA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Guarani da Barragem	Guarani Kaiowa	São Paulo	26,3	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Guarani do Aguapeu	Guaraní	Mongaguá	4.372,26	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Guarani do Ribeirão Silveira	Guarani	Santos, São Sebastião	948,4	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Itaóca	Guarani Mbya	Mongaguá	533	Declarada	Tradicionalmente ocupada
Krukutu	Guarani	São Paulo	25,88	Regularizada	Tradicionalmente ocupada

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA	Página 97 de 115
	Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	

Rio Branco Itanhaém	Guaraní	Itanhaém, São Vicente, São Paulo	2.856,10	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tenondé Porã	Guarani	Mongaguá, São Bernardo do Campo, São Paulo, São Vicente	15.969,00	Declarada	Tradicionalmente ocupada

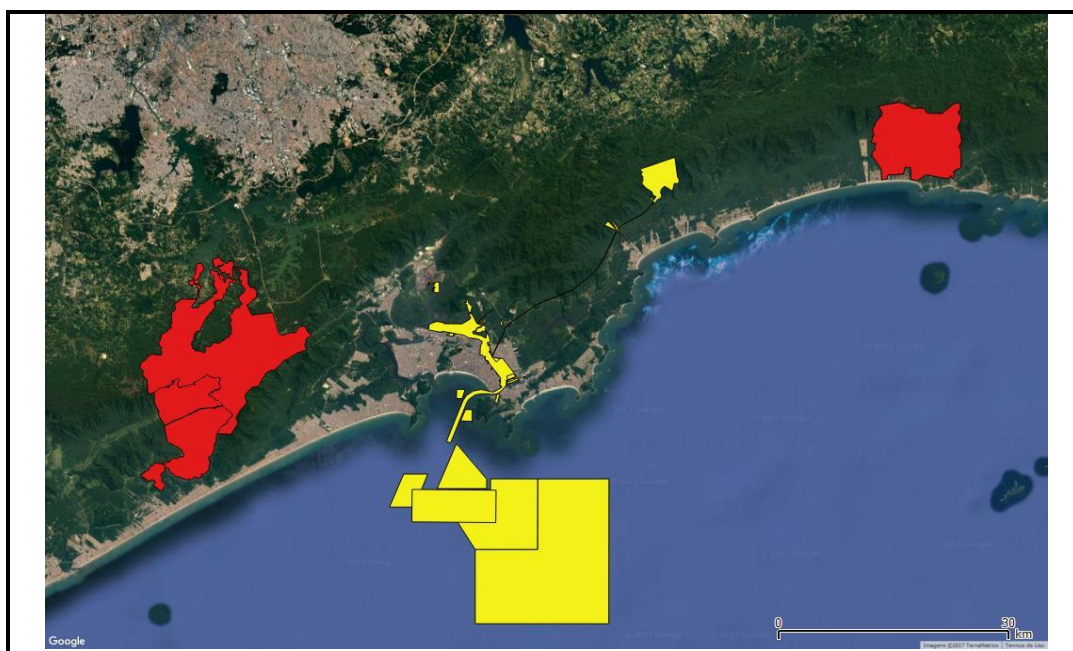


Figura 22: Área do Porto Organizado de Santos em amarelo e Terras Indígenas em vermelho.

4.13.2. Comunidades Quilombolas

Existem três comunidades quilombolas localizadas no entorno do Porto Organizado, entretanto, a mais de 18 quilômetros de distância da Vila de Itatinga (**Figura 23**). São elas: PDS Fazenda Vargem do Rio Jundiáí, PDS Santo Ângelo e PA Sítio Casa Grande, sendo as duas primeiras localizadas no município de Mogi das Cruzes e a última localizada no município de Biritiba-Mirim.

Uma vez que as comunidades quilombolas estão distantes da área portuária, não existem ações relacionadas a tais comunidades.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 98 de 115

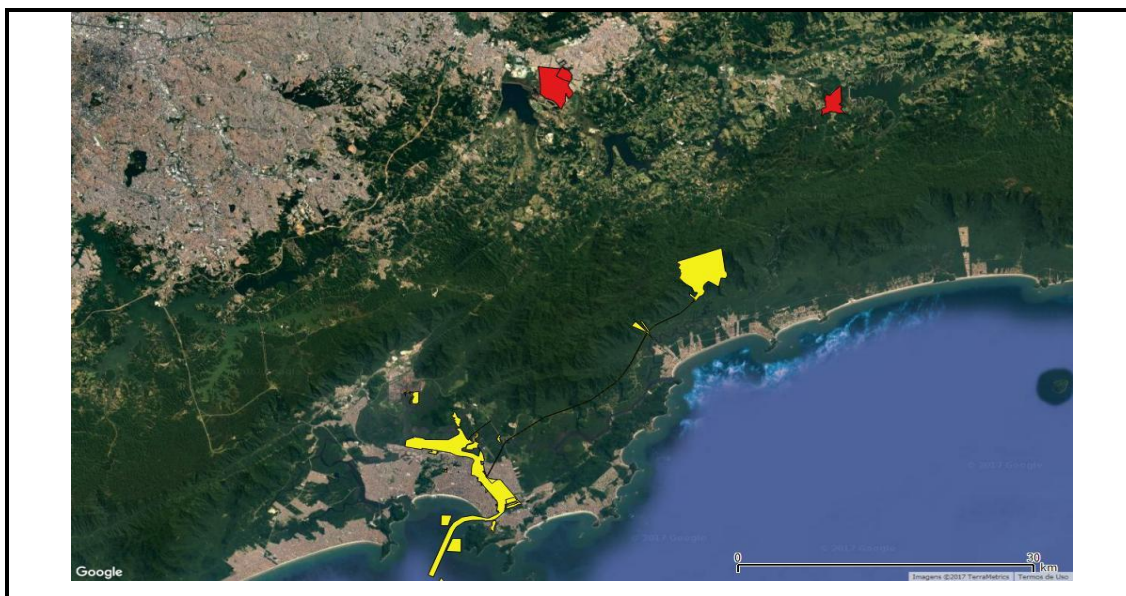
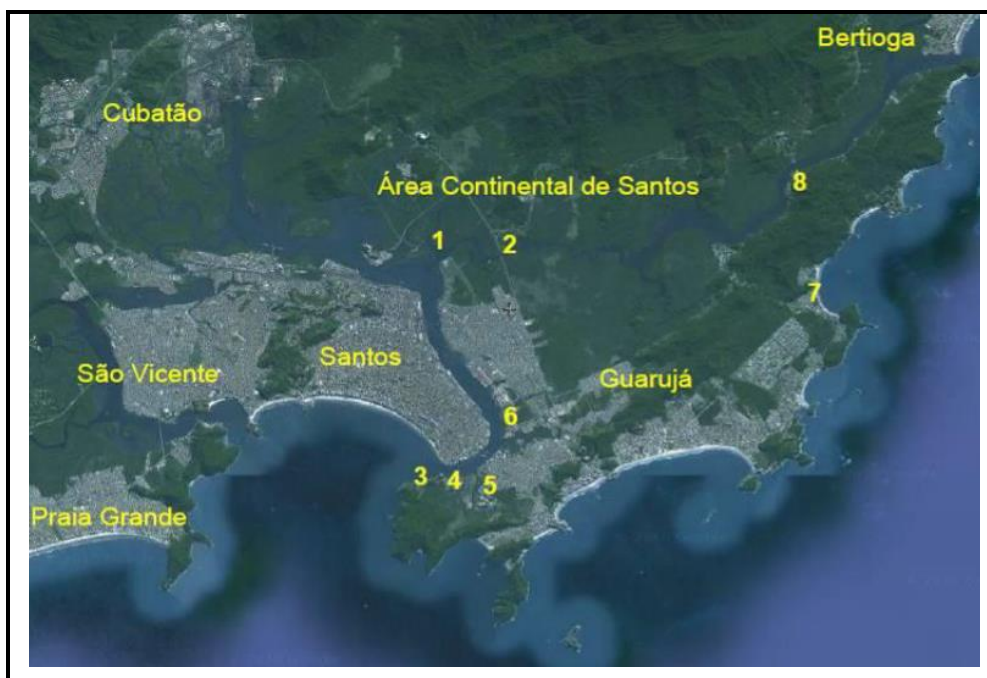


Figura 23: Área do Porto Organizado de Santos em amarelo e Comunidades Quilombolas em vermelho.

4.13.3. Comunidades Ribeirinhas

Nas proximidades e até mesmo no interior das áreas do Porto Organizado há presença de comunidades com vulnerabilidade socioambiental e que dependem ou não da pesca tradicional e de subsistência (**Figura 24**).



	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 99 de 115

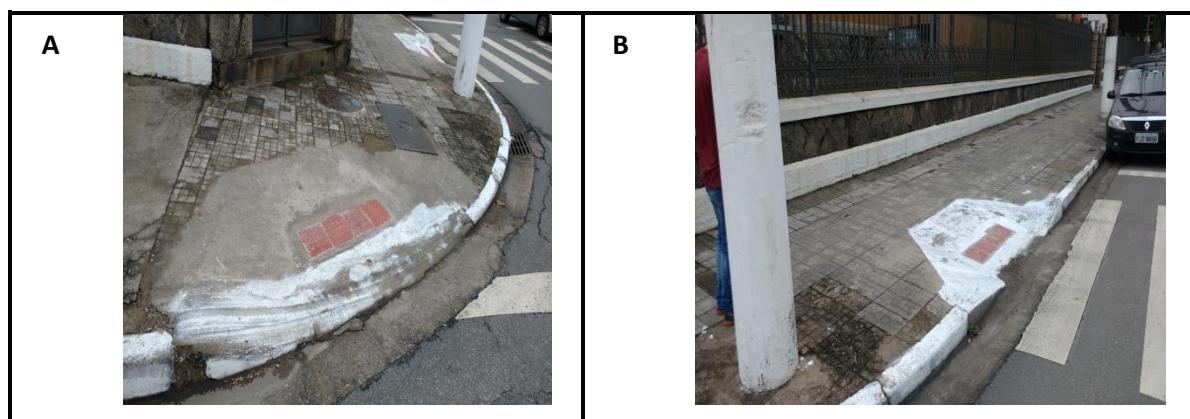
Figura 24: (1) Ilha Diana; (2) Monte Cabrão, ambas situadas no município de Santos, em sua porção continental; e (3) Praia do Góes; (4) Santa Cruz dos Navegantes; (5) Rio do Meio; (6) Conceiçãozinha; (7) Perequê; (8) Sítio Cachoeira, situadas no município de Guarujá.

4.14. Igualdade de Gênero e Direitos das Mulheres

Em 2017, foram realizadas palestras referentes ao tema, conforme **Tabela 5** apresentada no item 4.3. Saúde e Capacitação do Trabalhador Portuário e no mês de julho dois colaboradores da Companhia participaram do “Seminário Internacional – Equidade de Gênero no Setor Público” realizado pela Escola Nacional de Administração Pública em parceria com a ONU Mulheres e Embaixada da Suécia e Noruega, em Brasília, conforme FI GECAR nº 350/2017, de 14 de julho de 2017 (**Anexo 24**).

4.15. Acessibilidade nos Portos

Referente à questão de Acessibilidade, no ano de 2017, a Companhia adequou os passeios fronteiros dos imóveis da CODESP, confeccionando rampas de acesso e instalação de piso tátil (**Figura 25 - A e B**). Concomitantemente, estamos executando uma reforma no nosso Centro de Treinamento, que contempla a construção de sanitário com acessibilidade (**Figuras 25 - C e D**).



	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 100 de 115

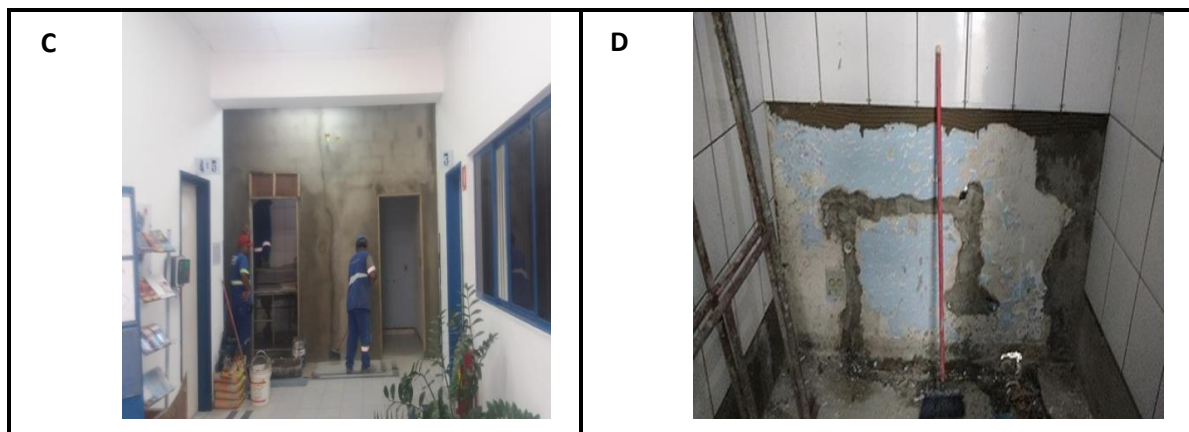
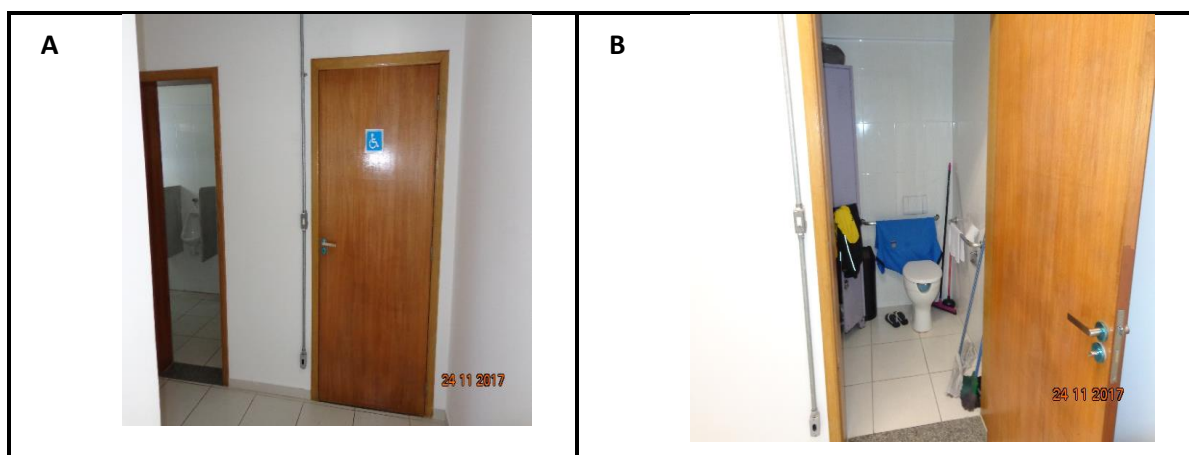


Figura 25: Acessibilidade A–B) Rampas de acesso e instalação de piso tátil; C-D) Construção de sanitário com acessibilidade.

Outras obras de adequação foram e estão sendo realizadas durante esse ano:

- Criação do novo banheiro contemplado na reforma do prédio do VTMIS na Ponta da Praia (**Figura 26 – A e B**);
- Novo banheiro público que está sendo construído ao lado da CONCAIS (**Figura 26 - C e D**);
- Novo banheiro que está sendo construído dentro do armazém 32 da FÍBRIA (**Figura 26 – E e F**);



	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 101 de 115



Figura 26: A-B) Reforma prédio VTMS; C-D) Construção de banheiro público no CONCAIS; E-F) Construção de banheiro no armazém 32.

Na área de projetos tivemos as seguintes atividades relacionadas à acessibilidade:

- Aprovação em DIREXE nº 463.2017 de 06/09/2017 do Projeto Executivo da 2ª Fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda – Guarujá, que contempla os projetos de Mobilidade e Acessibilidade. O Ministério Público Estadual do Guarujá está analisando o projeto para verificação do atendimento às exigências de Mobilidade e Acessibilidade.
- Apresentação da Portofer de proposta para a elaboração de projeto executivo para a implantação de passarelas de pedestres nos trechos de travessia em nível sob a linha férrea na Margem Direita (Passarela da Alfândega, Passarela do Canal no Mercado e Passarela da Praça da Santa).

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA	Página 102 de 115

- Elaboração de Projeto de Reforma de Edifício (parte da edificação ocupada pelo OGMO – Av. Mário Covas) para futura transferência do pessoal que ocupa as instalações do prédio da DIROP.
- Elaboração de projeto para nova edificação a ser ocupada pela Delegacia de Apoio ao Turista do Porto de Santos, na região do Viaduto da Santa.

4.16. Relação Porto-Cidade

Na **Tabela 13** segue relação de eventos patrocinados pela CODESP.

Tabela 13: Eventos Porto - Cidade

Patrocínio	Datas	Evento
Descida das Escadas de Santos	Fevereiro	Abertura
A Descida das Escadas de Santos é uma referência da modalidade Downhill Urbano no Brasil. A competição terá 100 atletas e será assistida por 10 mil pessoas no local, além de televisionada nacionalmente pela rede globo de televisão.	17/02/2017	Início do treino
	18/02/2017	Treino
	19/02/2017	Campeonato
6º Santos Jazz Festival	27/07/2017	Abertura
O Santos Jazz Festival é uma iniciativa pioneira, sendo o único festival de jazz de Santos e região, que visa apresentar o melhor da música essencialmente brasileira, promovendo o intercâmbio entre intérpretes brasileiros e algumas participações internacionais. Serão montados palcos em praças e lugares abertos da cidade, com média de 15 apresentações, valorizando a cena cultural local.	30/07/2017	Encerramento
Mantas do Brasil	Jan/Dez	Marinas/escolas de margulho/video aulas
O projeto Mantas do Brasil visa o conhecimento, pesquisa científica, educação ambiental e a preservação da maior espécie de arraia do mundo (<i>Manta birostris</i>), além da preservação e a conscientização acerca do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. Em	Jan/Dez	Posts no Facebook
	Jan/Dez	Conselhos Gestor Corporativo/Consultivo do PEMLS e APA Marinha Litoral Centro (Santos, São Vicente e Praia Grande)
	Fev/Dez	Infomantas
	Abril e Dez	Releases de Imprensa

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 103 de 115

2012, a espécie foi recategorizada como vulnerável à extinção, na lista vermelha da IUCN (União Internacional de Conservação da Natureza).	Maio	Peça Teatral “OCEANO”
	Mai/Ago	Atividades de pesquisa científica em campo
	Mai/Out	Aulas de conscientização, meio ambiente e concientização
Pinacoteca Benedito Calixto	Março	Exposição: "Benedito Calixto e o Porto de Santos"
A Pinacoteca Benedito Calixto é um dos principais aparatos culturais da cidade de Santos, recebendo mostras temporárias, apresentações musicais e teatrais, e com um importante acervo do pintor santista que lhe confere o nome.	Maio	Exposição: "Mobiliário Brasileiro do Século XX."
	Agosto	Exposição: "Um olhar contemporâneo sobre o porto: relendo Calixto e suas representações da enseada de Santos. "
	Novembro	Exposição: "Paulo Von Poser e seus desenhos de Santos, Mostra do Itaú Cultural ou Gregório Gruber"
	Ano todo	Oficinas e Atividades
Guerreiro Sem Armas	03/07/2017	Recepção dos Jovens
O Instituto Elos atua desde 2000 com intervenções ativas em comunidades de risco e baixa renda, buscando o desenvolvimento social das regiões e populações impactadas de forma permanente e sustentável. No Festival Elos, buscam impactar 3 comunidades, apresentando e ocupando sua nova sede no Morro da Nova Cintra. O instituto é mais conhecido pelo projeto Guerreiros sem Armas, patrocinado pela Codesp em 2015	04 e 05/07/2017	Integração
	06/07/2017	Jogos Indígenas: TERRA
	07 e 08/07/2017	Atividade do olhar
	09/07/2017	Atividade do afeto
	10/07/2017	Oficina de Comunicação Não Violenta
	11/07/2017	Atividade do Afeto e Show de Talentos
	12/07/2017	Atividades de Afeto
	13/07/2017	Jogos Indígenas na natureza: ÁGUA
	14 e 15/07/2017	Atividade do Sonho
	16/07/2017	Atividade Aberta: Encontro de Sonhos
	17/07/2017	Atividade no Alojamento
	18/07/2017	Atividade do cuidado
	19/07/2017	Jogos Indígenas na natureza: FOGO
	20/07/2017	Atividade Aberta: Encontro de Projeto
	21/07/2017	Atividade do Cuidado
	22 e 23/07/2017	Atividade Aberta: Encontro de Projeto
	24/07/2017	Atividade do Cuidado
	25/07/2017	Atividade Aberta: Realização do Sonho da Comunidade – Mão na Massa
	26/07/2017	Jogos Indígenas na natureza: AR
	27/07/2017	Tour por todas as comunidades do programa
	28/07/2017	Atividade Aberta: Encontro de Futuro nas Comunidades
	29/07/2017	Atividade Aberta: Encontro Re-evolução e Celebração
	30/07/2017	Jogos Indígenas na Natureza: Os 4 elementos

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 104 de 115

	31 e 01/08/2017	Encontro de Futuro com os Jovens Guerreiros
	02/08/2017	Celebração Final dos Guerreiros Sem Armas
Coral Infantil Porto dos Anjos	Fev/Jun	Aulas do Curso “Musicalização através do canto” 1º semestre
Organizado pela empresa Theotokos Produções Artísticas e Eventos LTDA - ME.	15/06 a 15/07	Escola, comunidade ou instituição a confirmar - Apresentação Musical
	15/06 a 15/07	Escola, comunidade ou instituição a confirmar - Apresentação Musical
	15/06 a 15/07	Escola, comunidade ou instituição a confirmar - Apresentação Musical
	15/06 a 15/07	Escola, comunidade ou instituição a confirmar - Apresentação Musical
	15/06 a 15/07	Escola, comunidade ou instituição a confirmar - Apresentação Musical
	Ago/Nov	Aulas do Curso “Musicalização através do Canto 2º Semestre”
	29/11 a 17/12	Bolsa do Café (a confirmar) - Apresentação Musical
	29/11 a 17/12	Basílica do Embaré (a confirmar) - Apresentação Musical
	29/11 a 17/12	Pinacoteca Benedicto Calixto (a confirmar) - Apresentação Musical
	29/11 a 17/12	Paróquia Coração de Maria (a confirmar) - Apresentação Musical
	29/11 a 17/12	Outro (a confirmar) - Apresentação Musical

4.17. Demais ações

4.17.1. Atividades de Fiscalização GECAM

Em 2017, as atividades de fiscalização desenvolvidas pela Gerência de Controle Ambiental – GECAM compuseram um somatório de 151 vistorias realizadas até o presente momento. Estas fiscalizações buscaram atender ao Plano Sistemático de Fiscalização vigente, que contempla uma análise integrada das principais ocorrências de caráter ambiental ocorridas na área do Porto Organizado.

No **Anexo 25** consta a planilha com a lista das vistorias realizadas dentro do período abrangido por este relatório.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 105 de 115

4.17.2. Gerenciamento Ambiental das Obras de Reforço e Recuperação do Cais dos Armazéns 12A ao 23

No ano de 2017, continuaram em andamento as obras de reforço e recuperação estrutural do cais situado entre os Armazéns 12A ao 23, sendo que a GECAM prosseguiu realizando atividades para garantir o adequado gerenciamento ambiental das atividades envolvidas. Foram realizadas vistorias de campo, atividades de educação ambiental com os colaboradores do Consórcio responsável pela execução do empreendimento, ações de comunicação social com os atores externos à obra, campanhas de monitoramento da qualidade da água estuarina, dentre outros trabalhos previstos nos Programas Ambientais exigidos pelo IBAMA.

Através das vistorias em campo, foram gerados relatórios semanais, mensais e semestrais, tendo sido enviado ao IBAMA, no ano de 2017, um relatório semestral, referente ao primeiro semestre do ano. Além disso, constantemente são revisados e propostos novos métodos e processos operacionais como forma de garantir a melhoria contínua no que tange à adoção de medidas para preservar a qualidade ambiental.

4.17.3. Obras de alinhamento de cais - PAC COPA

As obras estão suspensas desde fevereiro de 2016 e o respectivo contrato de execução foi cancelado em 2017.

O IBAMA foi comunicado sobre esse cancelamento (**Anexo 26**), em atendimento à condicionante específica nº 2.2, da LI 871/2012.

4.17.4. Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho entre Canal 4 e a Ponta da Praia

O gerenciamento ambiental foi assumido pela CODESP desde abril de 2016, em função da suspensão e cancelamento posterior do processo licitatório para a contratação de empresa especializada.

Foram elaborados e protocolados no IBAMA os relatórios semestrais números 1 e 2 (**Anexo 27**), contendo todas as atividades desenvolvidas dentro dos programas ambientais, os quais são parte integrante das condicionantes da LI 1098/2015.

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 106 de 115

4.17.5. Monitoramento arqueológico - 12A ao 23

O monitoramento da obra em questão está autorizado pelo IPHAN no âmbito da Portaria nº 7, Processo no 01450.011483/2014-83, de 24 de março de 2017. A publicação no D.O.U. foi realizada em 27 de março de 2017, renovando a portaria por 24 meses, portanto, a mesma é válida até 24 de março de 2019.

Foram realizadas atividades de monitoramento arqueológico da obra e vistoria aos bens tombados no Canal da Bacia do Mercado, Estação Elevatória de Esgotos e Cemitério do Paquetá.

As obras que estão sendo executadas no cais não ocasionam nenhum dano aos bens tombados das estruturas do Canal da Bacia do Mercado. A reestruturação do Canal e Bacia do Mercado foi finalizada, conforme TAC firmado com o Ministério Público Federal e Estadual referente ao Procedimento Administrativo nº 1.34.012.000382/2002-79, trazendo melhorias para a cidade de Santos. Também as obras de manutenção e limpeza da Estação Elevatória de Esgotos são visíveis, contudo, ressalta-se que as rachaduras ocasionadas pela constante movimentação da rede ferroviária estão afetando consideravelmente o bem tombado. Já o Cemitério do Paquetá encontra-se sem alterações aparentes nos túmulos tombados, e a reforma do Traçado de Circulação Interna foi concluída.

4.17.6. Reforço do Cais da Ilha Barnabé

O monitoramento da obra em questão está autorizado pelo IPHAN no âmbito da Portaria nº 55, de 14 de outubro de 2016. A publicação no D.O.U. foi realizada em 17 de outubro de 2016, renovando a portaria por 24 meses, portanto, a mesma é válida até 13 de outubro de 2018.

Aguarda-se o início das obras para monitoramento arqueológico.

4.17.7. Avenida Perimetral da margem direita - Trecho 4

Foi realizado monitoramento arqueológico de todas as atividades que envolvem escavação na obra, como abertura das caixas para execução da nova linha ferroviária. Até o momento foram coletados, triados, higienizados e tombados 1.635

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 107 de 115

fragmentos com possível interesse arqueológico. Entre o material coletado estão pedaços de cerâmica e potes de vidro e metal.

As obras que estão sendo executadas na Perimetral, entre Canal 4 e Ponta da Praia, não ocasionaram nenhum dano aos bens tombados (Canal 4, 5 e 6) até o presente momento. O material arqueológico identificado e coletado em campo durante o monitoramento arqueológico foi encaminhado ao laboratório para curadoria, em atividade contínua, conforme a coleta em campo.

4.17.8. Educação Patrimonial

O programa de educação patrimonial, intitulado “Brasil, crianças e culturas” foi realizado em conjunto com todas as ações de monitoramento arqueológico do Porto de Santos. São elas: Monitoramento Arqueológico do reforço estrutural do cais existente entre os armazéns 12A a 23 (Margem Direita); Monitoramento Arqueológico da Perimetral entre o Retão da Alemoa ao Saboó (Margem Direita); Monitoramento Arqueológico da Perimetral do Mergulhão (Margem Direita); Monitoramento Arqueológico da Perimetral entre o Canal 4 à Ponta da Praia (Margem Direita) e, Monitoramento Arqueológico do Reforço Estrutural do Cais da Ilha Barnabé (Margem Direita).

A proposta maior deste programa foi registrar em forma de vídeo-carta o conhecimento que essas crianças têm sobre o Porto de Santos, sua história, a profissão do trabalhador portuário, a transformação da mão-de-obra, mapas antigos do porto, relatos dos trabalhadores portuários mais antigos, sempre tendo em vista o viés da cultura material (utilizada aqui como eixo temático arqueológico) e imaterial através da transmissão da cultura via oral e no exercício das atividades portuárias.

O documentário foi finalizado nos meados de 2017

5. Campanhas e eventos realizados

Mês do Ambiente Sustentável 2017 (06 a 29/06/2017), conforme **Anexo 15**.

6. Objetivos e Metas para 2018

6.1. GECAM

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 108 de 115

Para o ano de 2018, a GECAM elegeu duas metas principais, sendo as mesmas inseridas dentro do Plano Estratégico Institucional da CODESP.

A primeira consiste na obtenção de nota máxima do indicador 4.1.3 do Índice de Desempenho Ambiental - IDA, referente às ações de levantamento e monitoramento de espécies aquáticas exóticas/invasoras na área do Porto Organizado de Santos. Para tanto, deverá ser implantado no ano de 2018 o Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas Marinhas.

Em complementação às atividades já executadas, tal atividade contemplará o monitoramento de forma contínua a biota do Estuário de Santos com vistas à constatação da presença de espécies exóticas, tendo como base as coletas de organismos desenvolvidas no âmbito dos programas ambientais pertinentes desenvolvidos no âmbito da Licença de Operação do Porto de Santos, o desenvolvimento de material de conscientização à comunidade portuária acerca dos riscos oriundos da introdução de espécies bioinvasoras na região e a avaliação dos riscos pertinentes à invasão biológica, propondo medidas mitigatórias e preventivas, quando necessário. Ainda, dentro do escopo deste programa deverá ser elaborado um diagnóstico e banco de dados para a ocorrência de espécies exóticas na área do Porto Organizado de Santos.

Já a segunda meta consiste na implantação do Programa de Monitoramento de Efluentes, já apresentado no capítulo 4.9 do presente relatório. Atualmente, tal documento encontra-se em revisão interna por parte do corpo gerencial da CODESP. Estima-se que todo o processo envolvendo a abertura de processo licitatório, contratação da empresa vencedora do certame e consequente implantação do programa sejam concluídos no quarto trimestre de 2018.

6.2. GESET - Área de Vigilância Sanitária

As metas do programa de controle de vetores constam no Plano Básico Ambiental – PBA aprovado pelo IBAMA, que pode ser consultado no **Anexo 03**. O programa implantado atende integralmente a legislação vigente, porém, amparados na política ambiental da CODESP que tem no estímulo a melhoria contínua um de seus pilares, estamos buscando aperfeiçoar constantemente os nossos processos. A presença de

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 109 de 115

vetores e pragas urbanas é um tema depende do engajamento e conscientização de todos os envolvidos, para que se consigam resultados satisfatórios.

Dessa forma além das metas pré-estabelecidas no PBA a CODESP no ano de 2018, companhia se compromete com as seguintes metas adicionais:

- Realizar palestras e eventos para colaboradores da empresa e abertas a toda a comunidade portuária sobre o controle realizado, medidas preventivas e novas tecnologias disponíveis no mercado.
- Elaborar material de caráter educativo, como folders cartazes apontando para a importância do controle de pragas e divulgando medidas preventivas acessíveis a qualquer trabalhador ou usuário do Porto de Santos.
- Manter as ações de fiscalização nas áreas públicas sob responsabilidade da Codesp,
- Fiscalizar todas as empresas arrendatárias, de acordo com o cronograma estabelecido no Plano de Inspeção de Condições Favoráveis ao Abrigo e Proliferação de Fauna Sinantrópica Nociva nas Áreas Arrendadas do Porto de Santos;
- Concluir o Plano de Resposta às Emergências em Saúde Pública no Porto de Santos (PRES P)

6.3. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA

São objetivos e metas no âmbito do PPRA, a realização de novas avaliações quantitativas de exposição a agentes químicos e físicos, a revisão anual do programa e o planejamento de alguma medida de controle que se faça necessária a partir do resultado das avaliações. A **Tabela 14** demonstra o cronograma de atividades do PPRA referente ao período 2017/2018.

Tabela 14 - Cronograma de atividades PPRA – 2017/2018

Medidas Propostas	2017		2018									
	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 112 de 115

6.6. Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações

Para 2018, deverá ser implantado o monitoramento de ruídos e vibrações no âmbito do Licenciamento Ambiental. Atualmente são realizadas medições somente do parâmetro ruído para as obras em andamento, assim para o ano de 2018 deverão ser iniciadas também as medições de vibrações em relação à possibilidade de danos em edificações e de conforto da população do entorno portuário. Para tanto, os serviços de monitoramento deverão ser contratados. Embora exista escopo bem definido (**Anexo 28**), ainda está pendente a elaboração do Termo de Referência para licitação. Ainda não há cronograma definido.

6.7. Sistema Porto sem Papel

Continuidade das ações para eliminação da entrega da Lista de Mercadorias Perigosas – LMP impressas e vinculação da atracação das embarcações a anuência de risco operacional do sistema. Ainda não há cronograma definido.

6.8. Melhorias na gestão de informação e estatísticas de acidentes ocorridos no Porto de Santos.

Através de publicação de resolução, regulamentar a forma e a obrigatoriedade do envio de dados estatísticos de acidentes do trabalho a CODESP para todos os entes portuários tais como arrendatários, prestadores de serviços a embarcações etc. Atualmente não existe mecanismo definido para o envio destas informações a CODESP, esperamos assim criar este mecanismo de forma a tecer dados estatísticos confiáveis com menor gasto de tempo e energia.

6.9. PAM - Plano de Ajuda Mútua do Porto de Santos

São previstas para 2018 no âmbito do PAM, as seguintes atividades:

- Realização de Treinamentos internos com os Terminais com o apoio do Corpo de Bombeiros;
- Aperfeiçoamento dos Brigadistas do Porto junto ao Corpo de Bombeiros;
- Entrega do Mapeamento de Rotas de Fuga e acesso de todo o Porto Organizado;

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 113 de 115

- Realização de visitas Técnicas conjuntas PAM / Corpo de Bombeiros em todos os Terminais do Porto;
- Integração e padronização dos procedimentos operacionais com os demais PAM's da Região. (SICOE);
- Realização Mensal de reuniões para tratar de atividades de prevenção e assuntos técnicos relevantes à segurança do Porto;
- Operacionalização da nova sede do PAM do Porto.

6.10. Gerenciamento ambiental de obras

6.10.1. Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho entre Canal 4 e a Ponta da Praia

Continuidade do gerenciamento ambiental e arqueológico até a finalização das atividades.

Entrega ao IBAMA dos relatórios semestrais números 4 e 5.

6.10.2. Alinhamento de cais - PAC COPA

Retomar o gerenciamento ambiental, caso as obras sejam liberadas em 2017.

6.10.3. Programa de Passivos Ambientais

Prevê-se para 2018 a abertura de processo licitatório e contratação da empresa executora do Programa.

7. Anexos

- **Anexo 01** - Relação de treinamentos e capacitações realizados ao longo do ano de 2017;
- **Anexo 02** - Relatórios contemplando o escopo dos programas e comprovações das atividades realizadas;

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 114 de 115

- **Anexo 03** - Plano de Controle Integrado de Vetores – PCIV;
- **Anexo 04** - Plano Fiscalização Fauna Sinantrópica;
- **Anexo 05** - Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do Porto de Santos;
- **Anexo 06** - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Porto de Santos;
- **Anexo 07** - Programa de Qualidade do Ar;
- **Anexo 08** - Programa de Passivos Ambientais;
- **Anexo 09** - Programa de Comunicação Social;
- **Anexo 10** - Resoluções DIPRE nº 34.2017, de 29 de março de 2017 e DIPRE Nº 89.2017 de 21 de junho de 2017;
- **Anexo 11** - Termo de abertura do Projeto de Elaboração do PDZ e seu respectivo Plano de trabalho;
- **Anexo 12** - Contrato DP 84.2015 (Controle de pombos); Contrato DIPRE 61.2017 (Controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas); Termo de Referência para a contratação de serviço de controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas nas áreas não arrendadas do Porto de Santos; Plano de trabalho - Controle e monitoramento de vetores e pragas urbanas - Contrato DIPRE 61.2017;
- **Anexo 13** – Relatórios de Inspeções ambientais;
- **Anexo 14** – Relatórios de Monitoramento da Qualidade da Água;
- **Anexo 15** - Palestras de conscientização sobre Resíduos Sólidos;
- **Anexo 16** - Palestra de Gestão de Resíduos Administrativos e Domiciliares no CENEP;
- **Anexo 17** - Palestra de Gestão de Resíduos Administrativos e Domiciliares no CETRE;
- **Anexo 18** - Plano Sistemático de Fiscalização – PAF;
- **Anexo 19** - Relatório de Monitoramento da Estrutura da Comunidade Bentônica;
- **Anexo 20** – Relatório de monitoramento das comunidades demersal-bentônica e pelágica na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO);
- **Anexo 21** – Relatório de Monitoramento Ambiental da Área de Disposição Oceânica: bioacumulação na área do Polígono de Disposição Oceânico (PDO);
- **Anexo 22** – Relatório de Monitoramento da Qualidade de Organismos Bioindicadores – Bioacumulação;

	FOLHA DE INFORMAÇÃO	
	REFERÊNCIA Relatório Anual de Atividades dos Setores de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança – Portaria SEP Nº 104/2009.	Página 115 de 115

- **Anexo 23** - Relatório de Monitoramento da Biota Aquática nas Áreas Dragadas - Macrofauna Bentônica, Comunidade Fitoplanctônica e Zooplanctônica;
- **Anexo 24** - FI GECAR nº 350/2017, de 14 de julho de 2017;
- **Anexo 25** - Planilha com a lista das vistorias realizadas pela GECAM;
- **Anexo 26** – Carta DIENG-GD/105.17 - Encerramento do contrato do SCC;
- **Anexo 27** – Relatórios Semestrais - Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho entre Canal 4 e a Ponta da Praia;
- **Anexo 28** - Programa de Programa de Monitoramento e Controle de Ruído Ambiental; Programa de Monitoramento e Controle de Vibrações.